

LARISSA VIEGAS DE MELLO FREITAS

**O FEMINISMO QUE VEIO DO CAMPO: MOVIMENTOS DE
MULHERES E TRAJETÓRIAS DE IDENTIFICAÇÃO
(BRASIL E PARAGUAI, 1985 - 2010)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito
para a obtenção do título de Mestra
em História.

Orientadora: Profa. Dra. Joana
Maria Pedro

**Florianópolis
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Freitas, Larissa Viegas de Mello

O feminismo que veio do campo : movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985 - 2010) / Larissa Viegas de Mello Freitas ; orientadora, Joana Maria Pedro - Florianópolis, SC, 2014.

217 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Feminismo. 3. Mulheres Camponesas. 4. História Comparada. 5. Movimentos sociais do campo. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

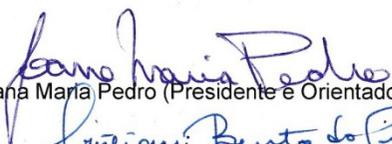
O feminismo que veio do campo: movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985-2010).

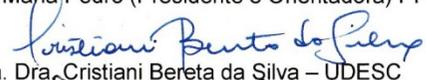
Larissa Viegas de Mello Freitas

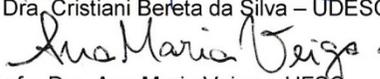
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

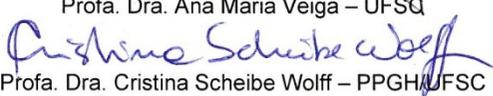
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Profa. Dra. Joana Maria Pedro (Presidente e Orientadora) PPGH/UFSC


Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva – UDESC


Profa. Dra. Ana Maria Veiga – UFSC


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza – PPGH/UFSC (suplente da casa)

Profa. Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato Schmitt – USJ (suplente de fora)


Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 23 de abril de 2014.

Ao meu pai, meu avô, as militantes do MMC e da CONAMURI e a todos e todas que como eles sonham e lutam dia a dia por um mundo mais justo, gentil, democrático, feminista e, acima de tudo, mais solidário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Programa de Pós-Graduação e História por todo o auxílio concedido sempre que solicitado. Agradeço a Cristiani, ao Antonio e ao Thiago por sempre terem sido tão solícitos em absolutamente tudo o que precisei da secretaria da Pós. Agradeço a professora Eunice por também sempre estar de portas abertas a me atender em tudo o que precisei durante esses três anos. Agradeço aos professores e as professoras das disciplinas que tive a oportunidade de fazer, tendo ampliado e aprimorado imensamente meus conhecimentos sobre historiografia, teoria e metodologia da história. Agradeço também ao CNPq por ter me concedido a bolsa que auxiliou no meu sustento e nas viagens de campo que tive a oportunidade de fazer.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado e as professoras Maria Ignêz Paulilo e Cristina Scheibe, que fizeram parte da minha banca de qualificação agradeço por todas as orientações, críticas e indicações concedidas. Meus sinceros agradecimentos também as professoras que aceitaram fazer parte da minha banca de defesa, Ana Maria Veiga, Cristina Scheibe Wolff e Cristiani Bereta da Silva.

Agradeço incomensuravelmente a professora Joana pela orientação concedida durante esses anos todos. Se há uma palavra que pode traduzir o sentimento que tenho sobre essa jornada com a professora Joana, essa palavra é gratidão. Serei eternamente grata pela paciência, compreensão, pelos conselhos, pela confiança e por sempre ter acreditado em mim. Enfim, professora, muito obrigada pelas palavras sábias e certeiras que sempre foram fonte de inspiração para mim. Ajudaram-me muito e continuam ajudando sempre que alguns problemas ou complexos de inferioridade aparecem.

Agradeço enormemente a todas as “companheiras” do MMC e da CONAMURI que tive a oportunidade de conhecer, trocar experiências, confidências, convivências. Agradeço por terem me acolhido e me ajudado nessa pesquisa. Foram tantas amizades feitas, tantos laços amarrados que somente por isso já é possível dizer o quanto esse mestrado valeu à pena. Agradeço a Catiane, a Geneci e a Letícia por terem sido os meus contatos mais diretos no MMC. Agradeço também a querida Perla Alvarez e a todas as camponesas da CONAMURI por terem me acolhido tão cordialmente e possibilitado a pesquisa que foi feita no Paraguai. Graças a vocês meninas e todo o suporte e materiais disponibilizados que essa pesquisa foi possível de ser feita. Agradeço também a Dona Marilene e ao Seu Vilmar por terem me hospedado em seu sítio em Curitiba e terem me ensinado sobre a vida no campo e a

lógica da agricultura familiar. Agradeço por todo o carinho, paciência e atenção dispensadas a mim enquanto estive com vocês. Foram experiências muito marcantes e especiais que estarão para sempre na minha memória.

Foram muitas as dificuldades encontradas ao longo desse mestrado. Desde o início, em 2011, ocorreram tantos problemas e empecilhos que a vontade de desistir apareceu várias vezes. Isso só não ocorreu devido à ajuda de várias pessoas. Sem elas dificilmente teria conseguido terminar essa dissertação. Por isso é a todas essas pessoas que dedico essa pesquisa. As minhas amigas e amigos que sempre estiveram por perto e compartilharam as alegrias e dificuldades da vida pessoal, acadêmica etc. Priscila, Carolina, Luisa, Laurita, Mirian, Lilian, Elis, Isabel, Mayra, Camila, Onete, Didi, Elô, Letícia, Isabela, Tamy, Bernardo, Francine, Sérgio, Adriano, Vitória, Rogeli, Jair, Gabriela, Jaime, Tiago. Não há palavras suficientes para traduzir o sentimento que tenho com relação a vocês. Amo vocês profundamente e agradeço por todas as conversas, conselhos, risadas, festas, reuniões, cafés e pelos momentos sempre bons que passamos juntxs. Agradeço também as colegas e professoras do LEGH, o laboratório mais generoso, agradável e acolhedor da UFSC!

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família amada que sempre me ajudou e me amparou e me deu colo nos momentos mais difíceis. Ao meu amado pai agradeço por tudo o que sempre fez por mim, pelo apoio incondicional nos meus projetos, pela confiança e por acreditar tanto em mim. Aos meus queridos avós Vanda e Athayde que sempre me acolheram e me apoiaram de todas as maneiras possíveis. Ao meu irmão Neto, que sempre esteve ao meu lado nos mais variados momentos e que sempre me ajudou e me manteve em pé nas horas mais difíceis, sobretudo após o falecimento da nossa mãe, em setembro do ano passado. Desde aquele momento muitas coisas mudaram, se transformaram em nossas vidas, mas o fato de estarmos unidos sempre nos fortaleceu e nos mantém firmes em nossos projetos de vida.

Enfim, a todas e todos que me acompanharam nessa jornada, muito obrigada por tudo! Minha gratidão será eterna. Amo muito vocês!

Querer-se livre é também querer livres os outros.
Simone de Beauvoir

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo investigar duas organizações de mulheres inseridas em movimentos sociais no campo em dois países do Cone Sul, Brasil e Paraguai, entre os anos de 1985 e 2010, período que compreende as fases finais das ditaduras militares até a atualidade. As organizações são: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC), brasileiro, e a paraguaia Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI). Com o intuito de observar as trajetórias de identificação com o feminismo de suas militantes, para compreender quando e como essas mulheres incorporaram, ao longo de complexos processos de apropriação e identificação, determinados conceitos feministas nos discursos e práticas políticas de suas organizações, que influenciaram seus ideais políticos, suas lutas e conquistas. E, ainda, qual o feminismo praticado por elas. Este estudo será realizado sob a perspectiva da História Comparada e dos Estudos de Gênero e utilizará, como fontes documentais, entrevistas, relatos de memórias, livros de conteúdo biográfico, informes, cartilhas e periódicos produzidos por esses movimentos sociais de mulheres.

Palavras-chave: Feminismo; Movimentos Sociais do Campo; Camponesas; História Comparada;

ABSTRACT

This research aims to investigate two organizations of women entered in rural social movements in two countries of the Southern Cone, Brazil and Paraguay, between the years 1985 and 2010, a period that includes the final stages of the military dictatorships until today. The organizations are: the Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC), Brazilian and Paraguayan Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI). In order to observe the trajectories of identification with their militant feminism, to understand when and how these women have incorporated over complex processes of appropriation and identification, certain concepts in feminist discourses and political practices of their organizations, which influenced his ideals politicians, their struggles and achievements. And also what feminism practiced by them. This study will be conducted from the perspective of Comparative History and Gender Studies and use as documentary sources, interviews, reports, booklets and periodicals produced by these social movements of women.

Keywords: Feminism; Social Field Movements; Peasantry; Comparative History;

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – Capa cartilha CEB 1987: “Caminhando e Cantando as Sementes da Libertação”-----	168
Imagem 2 – Capa Cartilha MMC 2007: “Organizar a Base, Produzir Alimentos saudáveis e Construir os Caminhos da Libertação”-----	168
Imagem 3 – Capa Cartilha MMC s/d: “Sementes de Vida nas Mãos das Mulheres Camponesas”-----	176
Imagem 4 – Capa Caderno nº 3 Movimento de Mulheres Camponesas 2006: “Solo Útero do Planeta Terra”-----	176
Imagem 5 – Capa cartilha MMC 2011: “Camponesas Promovendo Soberania Alimentar com a Diversidade Brasileira”-----	177
Imagem 6 – Capa Caderno nº 2 Movimento de Mulheres Camponesas 2006: “Alimentação uma necessidade Vital”-----	177
Imagem 7 – Capa Cartilha CONAMURI 2007: “Semilla Roga”-----	178
Imagem 8 – Capa Panfleto Informativo CONAMURI 2011: “Ley del Maíz”-----	178
Imagem 9 – Capa do Documento de Sistematización Colaboración ACH – CONAMURI 2010: “Relato del Camiño Compartido en el fortalecimiento de una organización de mujeres campesinas e indígenas (2007-2010)”-----	178
Imagem 10 – Capa Cartilha Campanha Internacional Via Campesina 2012: “Basta de Violência Contra a Mulher”-----	181
Imagem 11 – Capa Cartilha CONAMURI s/d: “Basta de Violencia contra las Mujeres”-----	181
Imagem 12 – Capa Cartilha MMC 2008 “Mulheres Camponesas Caminhando Rumo a Superação da Violência”-----	182
Imagem 13 – Imagem de Divulgação Campanha Internacional Via campesina s/d: “Basta de Violencia Contra las Mujeres”-----	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -----	p. 123
Quadro 2 -----	p. 139
Quadro 3 -----	p. 144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CDE – Centro de Documentación e Estúdios
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CMC – Coordinación de Mujeres Campesinas
CONAMURI – Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas
CLOC - Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF – Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MCP – Movimento Campesino Paraguai
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR/PE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MMTR/RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs – Organizações não governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
STR – Sindicato de Trabalhadoras Rurais
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	23
CAPÍTULO 1 Caminhos percorridos: Considerações sobre a pesquisa de campo.....	51
1.1 Pesquisa de Campo em Curitiba/Lages – Primeiros Contatos....	54
1.2 Pesquisa de Campo em Assunção – Impressões iniciais.....	61
1.3 Ida a Caaguaçu e retorno a Curitiba, Lages e Chapecó – outras viagens realizadas.....	68
CAPÍTULO 2 Práticas “implícitas” de feminismo e antecedentes do processo de identificação do MMC e da CONAMURI com o feminismo.....	77
2.1 Feminismo como um tema transversal no processo de formação de movimentos de mulheres do campo.....	80
2.2 Gênero, classe, religiosidade e feminismo: Interloções, distanciamentos e proximidades.....	86
2.3 Campesinato e Movimentos sociais do campo: análises sobre as categorias camponês/camponesa e as articulações do MMC e da CONAMURI com a Via Campesina e a CLOC.....	95
2.4 Feminismo como uma preocupação mais recente.....	107
CAPÍTULO 3 Que Feminismo é esse? CONAMURI e MMC numa perspectiva comparada.....	119
3.1. As categorias Gênero, Patriarcado, Mulher(es) Camponesa(s): algumas considerações.....	119
3.2. “Sem Feminismo não há socialismo”: um novo projeto de sociedade.....	121
3.2.1 Feminismo Camponês e “libertação” das mulheres: questões de cunho geracional e religioso.....	163
3.3 O “Feminismo Camponês” em campanhas, discursos e práticas cotidianas do MMC e da CONAMURI: (Eco)feminismo, agroecologia e os projetos de soberania alimentar.....	171
3.3.1 Campanhas por igualdade de gênero, combate à violência, saúde e direitos das mulheres: feminismo articulado em redes de movimentos sociais e na operação de políticas públicas.....	180
3.4 Feminismo para que, afinal? Algumas reflexões sobre feminismo, sujeitos, identidades e empoderamento.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
FONTES.....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
APÊNDICES.....	213

APRESENTAÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é investigar, dentro de uma perspectiva da História Comparada, as influências e os significados do feminismo no interior de dois movimentos sociais de mulheres no campo, surgidos entre as décadas de 1980 e 2000: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), brasileiro, e a Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), paraguaio. Procuo, dessa forma, entender como o fato de esses movimentos terem se pronunciado como feministas influenciou suas lutas, conquistas e ideais políticos, quando esse processo se deu e qual feminismo é vivenciado por elas.

Esse período, entre as décadas de 1980 e 2000, foi marcado por uma conjuntura de profundas transformações sociais, culturais e políticas nesses dois países, já que passaram de regimes ditatoriais a regimes democráticos. São países que fazem parte do chamado Cone Sul¹, e em períodos muito próximos - no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980 - todo esse território passou por ditaduras militares, tendo sido palco para inúmeros tipos de organizações, mobilizações e manifestações sociais de oposição a esses regimes.

A inserção do feminismo nesses territórios, de modo geral, aconteceu exatamente nessa conjuntura de mobilizações sociais que eclodiram, sobretudo, no decorrer da década de 1970. O feminismo pode ser entendido, tanto como uma corrente filosófica, quanto como um movimento social², que inspirou (e ainda inspira) a organização de mulheres em inúmeros tipos de movimentações sociais ao longo de todo o século passado. De acordo com Fougeyrollas-Schwebel:

Falar de “movimentos feministas” permite designar sob uma mesma denominação as diversas formas de movimentos de mulheres, o feminismo liberal ou burguês, o feminismo radical, as mulheres marxistas ou socialistas, as mulheres lésbicas, as mulheres negras, e todas as dimensões categoriais dos movimentos atuais.³

¹ Os países do Cone Sul são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

² FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 144-145.

³ Idem

O feminismo tem historicamente se configurado de formas diversas e distintas nos múltiplos espaços onde emergiu⁴, tal como tem ocorrido nos movimentos de mulheres camponesas que pretendo investigar.

Conforme nos indica Varela, ainda nos dias de hoje as feministas de um modo geral continuam a fazer basicamente as mesmas perguntas com relação às situações de opressão vividas pelas mulheres mundo afora, passados mais de dois séculos de lutas feministas variadas. Durante este tempo, o feminismo evidentemente mudou e se ampliou em vários pontos, mas não deixou para trás o seu cerne, ou seja, o de ser:

[...] un discurso político que se basa en la justicia. El feminismo es una teoría y práctica política articulada por mujeres que tras analizar la realidad en la que viven toman consciencia de las discriminaciones que sufren por la única razón de ser mujeres y deciden organizarse para acabar con ellas, para cambiar la sociedad. Partiendo de esa realidad, el feminismo se articula como filosofía política y, al mismo tiempo, como movimiento social.⁵

Para esta autora o feminismo é, ao mesmo tempo, um discurso e a tomada de uma consciência crítica que torna visível relações desiguais de poder em discursos aparentemente neutros, colocando em questão as situações de subjugação das mulheres. Destaca ainda que, desde o seu surgimento, o feminismo defendeu que as mulheres tivessem direitos iguais aos dos homens e isso transformou o modo como viam o mundo e se posicionavam diante dele.⁶ As considerações propostas por Varela estão entre os principais pontos de partida que utilizo para tentar entender as práticas feministas do MMC e da CONAMURI.

Há de se ter a convicção, portanto, de que não se deve falar em um feminismo homogêneo, singular e universal, que influencia os mais diversos setores sociais, mas sim em uma pluralidade de feminismos,

⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁵ VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: Ediciones B. 2005. p.14.

⁶ BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas** : o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. p. 77.

que emergiram e que tem emergido de acordo com demandas e necessidades específicas de diferentes grupos e categorias sociais ao longo da história.

A identificação desses dois movimentos sociais⁷ com o feminismo ocorreu ao longo de graduais e complexos processos, cujos formatos, ainda estão sendo estabelecidos. Percebemos, ainda, que a identificação efetiva de ambos os movimentos de mulheres camponesas⁸, como feministas, data de tempos bastante recentes. O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil passou a inserir de forma explícita o termo feminismo em seus discursos e reivindicações políticas, a partir do ano de 2006; a CONAMURI, por sua vez, passou a fazer isso com maior frequência e clareza somente a partir de 2009. Procurar entender como e de que maneiras isso ocorreu – e, de certa forma, ainda tem ocorrido, visto que o feminismo é um debate em crescente construção dentro desses movimentos - também é um dos objetivos dessa pesquisa.

⁷ Sobre Movimentos sociais uso a explicação proposta por Gohn: “Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial.”. GOHN, Maria da Glória. 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, jan./jun. 2000. p. 13. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/778>>. Acesso em dezembro de 2013. A esse respeito ver também TOURAINE, Alain. **Movimentos sociais hoy**. Barcelona [Espanha]: Hacer, 1990; SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**. [online]. 2006, vol.21, n.1 [cited 2015-12-09], pp. 109-130. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf> >. Acesso em dezembro de 2013.

⁸ As palavras ‘camponês’, ‘camponesa’, ‘campesina’, ‘campesinato’ são historicamente datadas e passaram a ser utilizadas, em larga medida por uma decisão coletiva de movimentos sociais no campo, num contexto de necessidade de afirmação da importância de se definir uma identidade camponesa, popular e revolucionária. Logo, os usos dessas palavras são políticos, passando a ser mais utilizados principalmente no decorrer da década de 2000, algo que pôde ser notado nos dois países dessa pesquisa.

Mas, apesar de ser algo recente, o processo de identificação e os usos das palavras feminismo/feminista/feministas nos discursos e práticas das militantes desses movimentos possuem historicidade. Ambos defendem uma corrente do feminismo que seja popular, camponesa e revolucionária, algo atualmente entendido como fundamental para a “superação de uma cultura patriarcal e machista [...]”.⁹ Defendem dessa maneira um projeto agroecológico e feminista de transformação da sociedade, que teria por característica principal a luta contra aquilo que nomeiam de capitalismo patriarcal.

O feminismo defendido por esses dois movimentos de mulheres é historicamente conhecido como feminismo marxista ou feminismo socialista. Essa é uma corrente do feminismo que ganhou contornos mais nítidos a partir da década de 1960, mas, por outro lado, possui teorizações que vem de longa data, desde inícios do século XX, dentro do que é conhecido como feminismo de primeira onda.¹⁰ Teve como suas principais precursoras Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai. Rosa Luxemburgo, todavia, apesar de ter linhas de pensamento bastante próximas as de Zetkin, principalmente, não possui entre suas publicações a defesa de questões especificamente feministas. Mas é a ela que a maior parte das camponesas recorrem, quando são indagadas sobre leituras feministas.¹¹

Pude perceber, de acordo com Fougeyrollas-Schwebel, que a maioria das mulheres socialistas que fez parte da Segunda e Terceira Internacional Socialista, ocorridas na Europa, entre fins do século XIX e

⁹ COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Géneros Patriarcado y Feminismo. **Curso de formación Pytyvõhára 1**. Assunción, Paraguay. Feb. 2012. p. 23.

¹⁰ O feminismo conhecido como de Primeira Onda ocorreu entre fins do século XIX e início do XX e se refere, de modo geral, à lutas em vários países do mundo pelo sufrágio universal e por igualdade de direitos sociais e políticos entre homens e mulheres. Os debates feministas e socialistas que emergiram também nessa época se inserem neste contexto sufragista e nas ascensões de partidos e organizações socialistas em vários países europeus. A esse respeito ver: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

¹¹ Durante o trabalho de campo, os nomes de Luxemburgo e Zetkin foram os mais citados quando questionamentos sobre leituras e referenciais teóricos sobre as práticas do feminismo nesses dois movimentos foram feitos por mim tanto no Brasil quanto no Paraguai. Diário de Campo dia 20 de maio de 2012.

início do século XX, rejeitava ser qualificada de feminista, pois entendia que tal denominação estava marcada por fundamentos burgueses de luta por direitos.¹² Essa concepção acabou por influenciar muitos movimentos de esquerda e socialistas que surgiram ao longo de todo o século XX – inclusive os que compõem esta pesquisa.

O feminismo que aqui irei chamar de socialista, também de acordo com o que aparece em predominância nas fontes, está repleto de significados que vão além das referências teóricas ao feminismo de primeira onda, pois as apropriações que foram feitas dele se relacionam com outros pensamentos surgidos em momentos posteriores. A esse respeito podemos pensar, inclusive, nas ideias de circulação, ressignificação e até mesmo de criação, para uma compreensão maior dos significados desse “dizer-se feminista” por parte desses movimentos. Por exemplo, a partir da ideia de circulação, é possível detectar que, desde alguns anos antes do surgimento desses movimentos sociais de mulheres camponesas, havia todo um contexto de circulação de ideias feministas no Brasil e em outros países do Cone Sul, o que, de certa forma, contribuiu para a própria organização desses dois movimentos.

A década de 1970 ilustra bem isso, sobretudo no que se refere às transformações sociais que começaram nesse período, como a chamada revolução sexual, a emergência do feminismo chamado de Segunda Onda, que inclusive estava vinculado a inúmeros protestos e mobilizações sociais de resistência aos regimes ditatoriais pelos quais passaram os países do Cone Sul nessa época.

A partir do que foi brevemente levantado, já é possível perceber que esse caráter recente da identificação desses movimentos de mulheres camponesas com o feminismo possui nuances complicadas. Que foram construídas por décadas, em meio a vários processos históricos, circulação de ideias, fundamentações e apropriações teóricas. Então, outro objetivo desta pesquisa é retomar e procurar desvelar, ao menos em parte, alguns desses processos, assim como entender que tipos de questionamentos foram feitos nas discussões das mulheres que participaram e que participam desses movimentos, e que culminaram nessa identificação com o feminismo.

A pergunta “Que feminismo é esse?” fez parte da capa do encarte especial “Mulher”, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 08 de março de 2007. Na sequência, aparecia o seguinte subtítulo:

¹² FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Op. Cit. p.144.

Depois de passar anos batendo na tecla da descriminalização do aborto, da violência contra a mulher e da dupla jornada de trabalho, as feministas brasileiras estão diante de um novo desafio: rejuvenescer ou desaparecer¹³.

Destaco essa citação, pois ela gerou em mim uma série de inquietações. A primeira delas foi a utilização do termo “mulher” da chamada, como se fosse possível reuni-las em um substantivo singular, essencializado, palavra há algumas décadas abandonada pelos movimentos feministas pluralizados¹⁴. Depois, que toda a estrutura dessa capa, sua chamada e subtexto, nos induzem a pensar sobre os rumos tomados pelo feminismo brasileiro nas últimas décadas e sugere que ele, já em 2007, estava desgastado e precisaria ter seus pressupostos reformulados, caso quisesse manter sua legitimidade e relevância. Mas será mesmo que essas reivindicações, já consideradas históricas, foram efetivamente alcançadas, a ponto de tornar o feminismo algo obsoleto?

Ainda se trouxermos esses “velhos e desgastados desafios”, levantados pelo jornal, para a atualidade, sete anos mais tarde, não é convincente afirmar que as reivindicações “clássicas” do feminismo estejam desgastadas ou ultrapassadas pelo simples fato de que tais demandas ainda não foram completamente alcançadas e, infelizmente, em muitos casos isso está longe de acontecer.

Quando se fala em feminismo nos meios de comunicação de massa, é muito comum serem feitas leituras estereotipadas e generalizantes das lutas consideradas clássicas do movimento, e a Folha de São Paulo não fugiu muito disso em seu encarte especial do Dia Internacional das mulheres de 2007. Foi exatamente esse raciocínio o propulsor de outra indagação: em que medida temas como o da violência contra a mulher ou da dupla jornada, dentre tantos outros, estão fora do contexto social atual? Se nos grandes centros as mulheres vivem as realidades das violências, preconceitos, desigualdades e exclusões ainda não superadas, imagino se nas áreas mais periféricas, interioranas e rurais tais problemas não sejam mais acentuados.

Esse questionamento feito pela Folha, de certa forma, também suscitou os questionamentos e análises que serão feitas sobre as práticas

¹³ FOLHA DE SÃO PAULO. Mulher. São Paulo. 08 de março de 2007.

¹⁴ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol. 24, n.1, p. 82. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>> Acesso em: 27 de outubro de 2010.

desse feminismo considerado recente, que tem sido adotado tanto pelo Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), quanto pela Coordenadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), respectivamente.

As campanhas mais recentes, dos dois movimentos de mulheres camponesas citados, também serão analisadas, mais adiante, para ajudar na compreensão de como as entidades escolhidas para este estudo entenderam e utilizaram o termo feminismo durante o período em questão. E, afinal, que feminismo é esse que foi e está sendo praticado pelas mulheres que participam desses movimentos sociais do campo?

Minha história com o tema das mulheres camponesas e com o feminismo começou no ano de 2008. Naquela ocasião, recordo-me que procurava um tema de pesquisa que me inspirasse no meu curso de graduação em História, quando duas amigas (Isabel Hentz e Priscila Carboneri), que eram bolsistas de iniciação científica no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), comentavam empolgadamente sobre o que era conhecido até então como “Projeto Cone Sul”. Esse projeto era coordenado pelas professoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, e em linhas gerais, objetivava investigar de forma articulada as temáticas de gênero, ditaduras e feminismos nos países do Cone Sul, numa perspectiva comparativa, a partir da década de 1960 até os dias atuais.

Apesar de naquela época não saber praticamente nada sobre o que eram os estudos de gênero, nem sobre o que tratava o feminismo, pensei naquele momento que estudar sobre ditaduras poderia ser um bom caminho para encontrar um objeto de pesquisa que me interessasse, visto que tudo que dizia respeito a estudos sobre América Latina sempre me chamava atenção de alguma forma. Ao começar a frequentar as reuniões semanais do LEGH e presenciar discussões sobre os feminismos que começaram a se organizar na América Latina durante aquele período da segunda metade do século XX, além das discussões teóricas sobre a categoria gênero que ocorriam constantemente, me deparei com reflexões que literalmente ampliaram minha mente, minha capacidade de concatenar ideias, enfim, modificaram profundamente as minhas noções sobre o mundo e a sociedade em que vivo.

Foi durante estas reuniões que me descobri feminista. Foi a partir desses estudos orientados que me identifiquei com o feminismo e alterei a minha visão de mundo. Percebi que várias das minhas inquietações e revoltas com relação aos vários tipos de opressão que eu, como mulher, tinha vivido até então, possuíam uma explicação histórica. Aprender

sobre aquelas teorias e categorias analíticas me inspirava de uma maneira que nunca pensei que fosse possível.

A partir dessa identificação e da construção subjetiva que se iniciou na minha vida, desde então me recordo de ter lido dois textos¹⁵ sobre movimentos de mulheres e feminismos no Paraguai que me chamaram a atenção. O Paraguai é um país que faz fronteira com o estado onde nasci e vivi a maior parte da minha vida, o Mato Grosso do Sul. Muitas referências culturais, hábitos e costumes dos habitantes da região oeste de Mato Grosso do Sul são influenciados pela cultura paraguaia, como o hábito de tomar tereré, de cozinhar sopa paraguaia, de utilizar palavras em guarani como algo corriqueiro, ou a existência de “ares interioranos” com certa calma nas práticas cotidianas, o que é bastante característico dessa região.¹⁶ Por essas razões, esse foi um país que sempre me despertou curiosidade, mas que, sobre o qual, nunca havia feito uma pesquisa mais sistematizada.

Um dos textos que li indicava que variados movimentos de mulheres no Paraguai haviam surgido no final da década de 1970 e que, dentre eles, um que possuía uma atuação destacada era o movimento das mulheres camponesas. Concomitante a esse interesse pelo tema, a professora Joana havia comentado que iria abrir uma seleção para uma bolsa de iniciação científica, cujo tema era o feminismo que vinha dos movimentos de mulheres camponesas. Esta seleção de bolsa aumentou meu interesse em aprender mais sobre o feminismo e também por procurar saber mais sobre que tipos de relações, diferenças, pontos em comum e especificidades esse feminismo dito camponês possuía com o feminismo que eu recentemente havia me identificado.

O ponto de partida para esse caminho de aprendizado foi a leitura do artigo que outra colega do LEGH, a Gabriela Marques, havia recém publicado¹⁷. Esse artigo falava sobre o Movimento de Mulheres

¹⁵ Os textos são: DURÉ, Elizabeth. *Feminismo, movimientos sociales y expresiones políticas em Paraguay*. In: PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresión Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005 e BARREIRO, Line et al. *Sociedad Civil y Construcción Democrática en Paraguay: Experiencias de participación e incidência de los Movimientos Sociales*. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). **La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur**. San Pablo: Instituto Polis, 2004. p. 135-195.

¹⁶ Este tema será mais desenvolvido durante o capítulo 1.

¹⁷ MARQUES, Gabriela Miranda. *Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura*. **Rev. Santa Catarina em História** [online] - Florianópolis – UFSC -

Camponesas de Santa Catarina, um movimento que se dizia específico de mulheres, autônomo e de classe. A partir de então, comecei a investigar em que outros países do Cone Sul as mulheres de áreas rurais se organizaram naquele período de ditaduras militares. Foi quando encontrei fontes e textos do acervo do LEGH, que indicavam que no Chile, na Bolívia e no Paraguai havia vários grupos de mulheres que se consideravam camponesas e que se organizavam em movimentos sociais específicos, desde o final dos anos 1970.

Havia também no acervo do laboratório uma série de entrevistas de mulheres de países do Cone Sul, que haviam se identificado com o feminismo no período de ditaduras. No entanto, havia uma única entrevista que tinha sido feita com uma militante de um movimento de mulheres camponesas. Essa entrevista era com Maguiorina Balbuena Cardozo, uma mulher camponesa e uma das lideranças da CONAMURI e da CMC.

Como as entrevistas de História Oral eram um dos principais elementos que compunham e justificavam o Projeto Cone Sul, pensei em pesquisar as mulheres que se organizavam no Paraguai. Principalmente ao observar que dos demais países em que mulheres camponesas haviam também se organizado, não havia entrevistas ou outras fontes que pudessem encorpar uma pesquisa de iniciação científica.

Então, todos os elementos que elenquei anteriormente contribuíram para que a pesquisa entre Brasil e Paraguai (de forma comparativa) fosse iniciada naquele momento. A quantidade de fontes disponíveis, acrescido ao fato de o Paraguai ser um país que influencia culturalmente, de forma considerável, a região em que nasci e cresci, foram fatores importantes para esta escolha. Atrelado a isso, está o interesse que passei gradativamente a ter com o tema das mulheres camponesas, através do material que comecei a ter acesso no LEGH, como bolsista de iniciação científica.

Portanto, a opção pelo método da História Comparada está diretamente relacionada a esse processo relativamente longo de pesquisa. Na medida em que ocorreu a coleta de dados e de fontes para que os estudos sobre feminismo no campo fosse elaborado, percebi que havia inúmeras aproximações entre Brasil e Paraguai em importantes

aspectos, que poderiam justificar tal perspectiva metodológica. Por exemplo, as trocas de informações e influências mútuas desencadeadas pela proximidade territorial entre os dois países, o fato de ambos terem passado por longos regimes políticos ditatoriais num mesmo período. E, ainda, atrelada a tais questões, ou talvez em decorrência delas, a eclosão de movimentos sociais camponeses, que surgiram em épocas também semelhantes, ambos sob importante influência de setores progressistas da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação.

O meu processo de identificação com o feminismo esteve e ainda está estreitamente atrelado ao meu interesse em pesquisar as trajetórias de identificação com o feminismo das militantes do MMC e da CONAMURI. Ao longo desta pesquisa de mestrado percebi que os processos que as levaram à identificação com o feminismo não foram muito diferentes do meu próprio processo de identificação.

Mas esta semelhança quanto aos processos de identificação não é tão óbvia, sobretudo se levarmos em conta os lugares em que ocorreram. Eu em um espaço acadêmico, e elas em espaços de militância dos movimentos sociais de que fazem parte. No entanto, a pesquisa de campo permitiu constatar que os significados dessa identificação possuem várias semelhanças. Refiro-me principalmente a ressignificação de uma série de subjetividades que o estabelecimento de identidade com o feminismo gerou tanto em mim quanto nelas. Isto é algo que está bastante presente nas entrevistas que realizei durante o meu trabalho de campo, no decorrer do ano de 2012.

Não posso deixar de enfatizar também as diferenças e os distanciamentos nestes processos. O lugar de onde as camponesas organizadas em movimentos sociais falaram é inegavelmente diferente do lugar de onde eu, pesquisadora acadêmica, falo. Esclarecer isso significa um primeiro passo para o entendimento do feminismo defendido por elas. Essas militantes se perceberam como mulheres, camponesas, da classe trabalhadora e defensoras de um feminismo dito popular. Há evidentemente relações, aproximações e distinções, nem sempre muito bem delineadas, entre esses dois tipos de feminismo, o acadêmico, que enfatiza questões de cunho étnico e que analisa os variados tipos de feminismos existentes¹⁸, e o militante, dito de classe.

¹⁸ Ao afirmar isso, não estou querendo dizer que o feminismo dito acadêmico não seja também militante, e nem que o feminismo militante não abranja questões acadêmicas, pois considero que há uma diversidade complexa e plural de atuações que definem a si próprias como feministas. Apenas fiz essa

Em vista disso, sempre buscando tomar cuidado para não analisar esse feminismo de forma polarizada, ou sobreposta, eu, enquanto historiadora e feminista pretendo escrever sobre uma história do feminismo que se parece com o que eu acredito, mas que territorialmente encontra-se num lugar diferente do que eu habito, e que, portanto, produz significados diferentes com relação ao meio urbano onde vivo. Meu interesse em estudá-lo vem exatamente desses contrastes. Interessa-me pesquisar esse tema, exatamente por essas aproximações e singularidades em reivindicações que, ao mesmo tempo, parecem tanto universais quanto específicas. Eis o feminismo camponês.

Como já indicado, o tema de mulheres em movimentos sociais no campo tem sido pesquisado por mim desde o ano de 2008, foi trabalhado durante a iniciação científica e na monografia de conclusão de curso, com enfoque, contudo, em problemáticas diferenciadas. O presente estudo está vinculado ao projeto “Do feminismo ao gênero - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)”, coordenado pela profa. Dra. Joana Maria Pedro. Tal projeto, que também é genericamente chamado de “Projeto Cone Sul – Gênero, Feminismos e Ditaduras”; de modo geral, pauta-se em determinados procedimentos metodológicos, como a utilização da categoria de análise “gênero”, da metodologia da História Oral, da memória, do método comparativo de análise histórica e da História do Tempo Presente. Todas essas teorias e metodologias têm sido trabalhadas e discutidas continuamente no laboratório de pesquisa do qual faço parte, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), espaço que concentra todas as pesquisas do projeto mencionado.

Como fontes para a realização dessa pesquisa foram utilizadas publicações produzidas por esses movimentos: cartilhas, entrevistas, panfletos, fôlderes, periódicos e produções bibliográficas, que possuem variadas datas: publicações mais recentes, como de 2010 a 2012, e publicações um pouco anteriores, do início da década de 2000, bem como as das décadas de 1990 e 1980. E, também, outros que foram feitos a partir dos movimentos em questão, junto às militantes como entrevistas, relatos de memórias, livros de conteúdo biográfico. Todos esses documentos têm sido coletados há algum tempo e foram

distinção para demarcar o meu lugar de pesquisadora feminista com relação ao lugar delas - as camponesas que são o meu objeto de pesquisa - de militantes feministas.

utilizados, de acordo com as propostas de cada capítulo, sem necessariamente seguirem uma ordem cronológica, mas sim temática.

Com relação ao Paraguai, por exemplo, os materiais publicados pela CONAMURI, que fazem referências mais diretas ao feminismo, são principalmente dos últimos cinco anos. No entanto, há um material anterior a esse processo, mais generalizado de identificação, que também será importante para a compreensão dos contextos anteriores vivenciados pelo movimento.

Materiais como as publicações “Sin Feminismo no hay Socialismo”, frutos de três seminários que aconteceram entre 2010 e o início de 2012, foram de grande importância, por reunirem as diversas discussões acerca do surgimento e aumento da necessidade de serem inseridas discussões feministas no interior desse movimento. Outro material importante, como a cartilha de formação “Gêneros, Patriarcado y Feminismo”, publicada em fevereiro de 2011 nos traz também importantes elementos para essa compreensão.

Possuo ainda uma série de folderes - em torno de dez - de datas variadas, que sintetizam as diversas campanhas em que a CONAMURI já esteve envolvida; relatam brevemente seu histórico de surgimento e de lutas, como vem se organizando internamente, dentre outras coisas. Há também algumas cartilhas que relacionam gênero, produção de sementes e soberania alimentar, como a cartilha “Semilla Róga”, de 2007 e a cartilha “Campaña de Recuperación de Semillas en el Marco de la Campaña Global de la Cloc – Via Campesina”, de 2008, que também estão entre as fontes analisadas.¹⁹

No que se refere às fontes utilizadas para a análise do feminismo no interior do MMC/SC, também utilizei uma vasta gama de materiais que já foram elaborados por esse movimento, como algumas das cartilhas publicadas no decorrer das décadas de 1990 e 2000, tal como as que divulgavam campanhas para confecção de documentação, acerca da saúde, da não-violência; além das cartilhas de formação, sobretudo aquelas que se diziam preparatórias para os congressos estaduais e nacionais do MMC. Cartilhas como “Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência”, “Gênero, sexualidade e direitos

¹⁹ Sobre essa última cartilha, é notável o destaque dado a Via Campesina e a CLOC. Essas são instâncias de mobilização social que considero chaves para esta análise, pois estão estreitamente vinculadas aos movimentos aqui enfocados. Ambas são contextualizadas nos capítulos 2 e 3.

das mulheres” e “Uma história de organização, lutas e conquistas” nos trazem muitos pontos importantes para os objetivos desta pesquisa.²⁰

Utilizei também como fontes documentais algumas bibliografias e biografias publicadas por e sobre esses dois movimentos, como a obra “Mulheres, resistência e luta em defesa da vida” - publicado em 2010, esse livro me proporcionou o conhecimento de um histórico detalhado do MMC em âmbito nacional, regional e estadual. Outra obra, “Nuestro Camiño”, de 2009, oriunda da CONAMURI, me trouxe o histórico da organização a partir de sua formação em 1999. Antes da constituição da CONAMURI, a maior parte de suas fundadoras militava em uma organização chamada CMC, a “Coordinación de Mujeres Campesinas”. Essa coordenação é uma das subdivisões de um movimento chamado “Movimento Campesino Paraguai” (MCP).

A CMC foi oficialmente formada em 1985, cinco anos após a formação do MCP, e possui um contexto de formação muito semelhante ao do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). É o que nos mostra a obra “Magui Balbuena: Semilla para una nuova siembra, uma biografia publicada sobre a campesina”; Maguiorina Balbuena Cardozo é uma figura extremamente importante na história desses movimentos de mulheres, já que foi uma das principais lideranças presentes nessas duas coordenações de mulheres acima citadas, com participação ativa no processo de formação de ambas. Assim, sua biografia e, principalmente, seus relatos e de algumas de suas ‘companheiras de lutas’, além de alguns registros documentais, como cópias de panfletos e anúncios mais antigos de campanhas promovidas por essa coordenação, presentes nesta obra, também trouxeram importantes contribuições para essa análise.

Além dos materiais citados até aqui, há uma série de publicações da ONG pernambucana SOS Corpo – Instituto feminista para a Democracia, as quais tive acesso na sede do MMC/SC, em Chapecó, e que apresentaram variadas questões relevantes para serem pensadas sobre feminismo, agroecologia, violência etc. Esse material é

²⁰ Cartilha de formação política: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC BRASIL. **Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência**. Passo Fundo (RS), 2005; Cartilha de formação política: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC BRASIL E ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. **Gênero, sexualidade e direitos das mulheres**. Chapecó (SC), 2008. MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – SC. **Nossa História nossas lutas**. Chapecó (SC), 1999. (Cartilha de formação política).

interessante para essa investigação, pois serve, por um lado, como suporte bibliográfico e, por outro, é um material considerado de base, que tem sido utilizado para a formação teórica desse movimento e possibilitou, nesse sentido, o conhecimento sobre quais tipos de leituras e apropriações essas militantes tem feito para embasarem seus discursos e práticas. Livros como “Encontros Possíveis: Feminismo e agroecologia”, “Divisão sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico”, ambos organizados por Maria Bethania Ávila, e também “Feminismo e Movimentos de Mulheres”, de Carmem Silva e Sílvia Camurça, além de alguns exemplares dos “Cadernos de Crítica Feminista” foram importantes nesse sentido.²¹

As entrevistas de História Oral e as memórias que já foram publicadas pelas militantes desses dois movimentos também estão entre as principais fontes utilizadas nessa pesquisa. Utilizei, ainda, outros relatos de memória oriundos de fontes variadas. Alguns foram coletados em biografias, outros em entrevistas retiradas da internet, e há também aqueles que tive oportunidade de fazer pessoalmente: foi o caso das entrevistas realizadas com Perla, Zulma, Julia Alicia e Cintia, no Paraguai, e aquelas realizadas com Catiane, Geneci, Sirlei e Noeli, no Brasil.²²

Com relação aos relatos de memórias trabalhados nesta pesquisa é importante o exercício de situar os sujeitos com quem tive contato e pude gravar depoimentos orais. Quatro foram realizados em, com militantes do MMC, na cidade de Chapecó, e os outros quatro foram realizados no mesmo ano, com militantes da CONAMURI, na cidade de Assunção, no Paraguai; todas as entrevistadas são lideranças desses movimentos sociais. Isso quer dizer que compõem a executiva estadual ou nacional dos mesmos. São elas, dentre outras lideranças, que levam novas propostas de incorporação de determinadas teorias por seus movimentos, como a teoria feminista. São elas as mediadoras e coordenadoras dos debates e cursos de formação internos que ocorrem no interior desses movimentos.

²¹ ÁVILA, Maria Betânia. **Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico**. Recife: SOS Corpo Edições, 2009; CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS Corpo Edições, 2010; SILVA, Carmen (Org.). **Encontros Possíveis: feminismo e Agroecologia**. Recife: SOS Corpo Edições, 2007; CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Recife: SOS Corpo Edições. Ano III, Nº 3, 2009; CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Recife: SOS Corpo Edições. Ano IV, Nº 3, 2010.

²² As mini biografias das entrevistadas encontram-se na parte dos anexos.

O fato de serem lideranças coloca essas mulheres em um lugar de maior acúmulo de experiências e conhecimentos, se comparado às militantes que compõem os grupos de base desses movimentos. Seus discursos são mais encorpados em termos de argumentos e elaborações teóricas sobre o feminismo. Já passaram por vários processos de formação externos aos seus movimentos, ocorridos muitas vezes através de parcerias com outros movimentos sociais, ONGs, ou cursos de especialização, realizados em regiões variadas de seus países ou mesmo mundo afora. Já trocaram várias experiências com militantes de outros movimentos sociais, também feministas e socialistas. Neste sentido, seus discursos muitas vezes são coesos entre si, algumas sequências são praticamente idênticas, quando defendem determinados preceitos de seus movimentos. Isso acontece em relação ao feminismo no interior dos movimentos, como poderá ser visto ao longo do capítulo três.

É importante apontar que a minha escolha na realização das entrevistas teve como premissa encontrar militantes que estivessem há mais tempo dentro desses movimentos e que, em razão disso, optaram por se estabelecerem como lideranças e, em virtude disso, buscaram elevar seus conhecimentos para poderem se firmar enquanto tais. Considerei que, ao conversar com essas militantes líderes, haveria maior possibilidade de mapeamento de suas elucubrações sobre o feminismo, através do conhecimento de suas trajetórias pessoais de identificação com o mesmo e o posterior processo de identificação coletiva de seus movimentos, como movimentos feministas.

Esses relatos de memória possuem inúmeras informações de fundamental importância para a análise desenvolvida. Para embasar essa discussão, utilizei como suporte teórico-metodológico, importantes autores que trabalham com História Oral e Memória, como Alessandro Portelli, Ecléa Bosi, Verena Alberti, Michelle Perrot, Alistair Thomson, dentre outros.²³

Desta maneira, a História Oral foi uma das principais metodologias utilizadas nesta pesquisa, pois as entrevistas realizadas

²³ Sobre esses dois primeiros autores, ver: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Vol. 1. nº 2. 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº 15. Abr 1997. p. 13-49; BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994; _____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

com as integrantes dos movimentos de mulheres em questão, aliadas às publicações desses movimentos, formam o conjunto das fontes primárias da pesquisa. Tais entrevistas, entendidas como relatos de memória, forneceram riquíssimas informações sobre as configurações dos movimentos de mulheres analisados, bem como desvendaram determinadas dimensões, que geralmente vêm à tona quando se exercita a memória, e que não estão disponíveis ou em menor evidência nos materiais impressos.

Estou levando em consideração, no entanto, que determinadas precauções devem ser tomadas quando se utiliza esse tipo de fonte, pois a fonte oral, assim como qualquer outra fonte, possui uma série de complexidades, e precisa, sempre que utilizada, passar por uma crítica, sendo respaldada por um suporte teórico metodológico. Neste sentido, tal qual nos indica Verena Alberti, “[...] como toda fonte histórica, a entrevista de História oral deve ser vista como um ‘documento-monumento’²⁴, conforme definido pelo historiador francês Jacques Le Goff²⁵, ou seja, a entrevista é uma fonte produzida intencionalmente, com o objetivo de perpetuação da memória e, portanto, dos valores e inclinações de quem é entrevistado. Alberti observa, ainda, que uma das grandes contribuições da História Oral é permitir o surgimento de fontes, que mostram como determinadas pessoas e grupos percebem determinadas situações do passado dos quais foram participantes ou, ao menos, espectadores. E esse tipo de estudo permite contestar teorias generalizantes da História, já que considera diversas versões sobre o mesmo fato. Nesta perspectiva, os estudos metodológicos ligados à memória embasaram toda esta pesquisa. Uma vez que possibilitaram as análises das subjetividades, das ressignificações do passado e dos múltiplos significados encontrados nas entrevistas.

A entrevista de História Oral é uma fonte de cunho biográfico, pois consiste na documentação da memória da pessoa entrevistada; “trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor.”²⁶ Quando observamos os relatos memorialísticos desses sujeitos, a partir de uma leitura mais analítica, podemos entender melhor como se deram os processos de formação das identidades e dos discursos que

²⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

²⁵ Ver LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992, p.535-553.

²⁶ Alberti Op. Cit.

foram se construindo, a partir da inserção daquelas mulheres em movimentos rurais. De acordo com Marieta M. Ferreira,

A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. [...] Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação,²⁷ mas como uma fonte adicional para a pesquisa.

Nesse escopo de analisar memórias e narrativas orais, devemos também atentar para o fato de que devem ser notadas determinadas diferenciações de gênero nas formas de lembrar. Michele Perrot, em alguns de seus estudos²⁸, enfatiza a questão de que há práticas de memórias diferenciadas entre homens e mulheres, estabelecidas pelos espaços sociais. Geralmente as memórias das mulheres estariam mais ligadas ao privado e a memória dos homens estaria mais ligada à esfera pública. E esta memória estaria ligada ao gênero, ou seja, às maneiras pelas quais homens e mulheres são constituídos, socialmente e culturalmente. Junto a essa linha de raciocínio, temos as considerações propostas por Alistair Thomson, sobretudo em *Moving Histories*, livro no qual aponta importantes metodologias que podem ser trabalhadas com relatos orais.

Através de fontes orais, cartas e fotografias, Thomson escreve sobre as vidas privadas de três mulheres britânicas, no período que sucedeu a segunda guerra mundial, situando suas paixões, decepções, sentimentos, emoções, interpretações e reinterpretções de seus passados, dentro da reconstituição dos contextos históricos em que

²⁷ FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, p. 321. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00314.pdf>>. Acesso em maio de 2013.

²⁸ Ver PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

viveram, entendendo esses aspectos pessoais de suas vidas, como importantes fontes para a escrita da história.²⁹

Para esse historiador, a reconstituição do passado ganha importantes elementos investigativos, quando se pensa na constante ressignificação que materiais como entrevistas, cartas, fotografias e livros sofrem a cada vez que são analisados. Além disso, Thompson ajuda a pensar que, quando fotografias, cartas e materiais antigos são observados por quem os possui, ocorre a ativação de inúmeras e muitas vezes contraditórias memórias. Memórias essas, que estão repletas de significados forjados no presente, e que são utilizados na reconstituição do passado, o que entendemos como ressignificação. Algo que, na maior parte das vezes, ocorre de forma inconsciente.

Na pesquisa de Thomson mencionada, as entrevistas de História Oral, cumprem exatamente o papel de “confrontar”, além de complementar variadas memórias, algo que possibilita a percepção do seu caráter complexo e enriquecedor para a pesquisa histórica. Por essas razões, acredito que a perspectiva analítica proposta por Thomson trouxe importantes contribuições a esta investigação.

Além disso, a proposta de Thompson foi importante, também, para ampliar a minha compreensão sobre a procedência de muitas das fontes aqui utilizadas. Por exemplo, a maior parte das cartilhas e publicações, sobretudo no caso do material brasileiro, faz parte do acervo pessoal de três integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Letícia, Marilene e Lúcia me forneceram esse material, quando estive em suas casas e na reunião regional do MMC/SC, durante a minha pesquisa de campo em Curitiba e em Lages.

Ao me entregarem esse material, tive a oportunidade de entrar em contato com as impressões que elas próprias possuem com relação aos conteúdos contidos neles. Junto a isso, foi possível perceber, ainda, os usos que estão sendo feitos desses materiais atualmente. Por exemplo, a cartilha “Nossa História nossas lutas”, publicada em 1999, possui um breve histórico das lutas consideradas históricas para o movimento, e era um dos materiais que compunham a atividade da ‘mística’³⁰, elaborada por Lúcia, em um dos dias em que ocorreu a reunião regional em Lages.

²⁹ THOMSON, Alistair et al. **Moving Stories**: an Intimate History of four women across two countries. Manchester/ New York: Manchester University Press, 2010.

³⁰ A mística consiste em uma espécie de “ritual” que acontece sempre antes dos cursos, aulas, palestras, seminários etc., que são promovidas pelo MMC.

Esse material, juntamente com outras publicações e objetos que compunham essa mística, estavam colocados no centro da sala de reuniões e possuíam finalidades estratégicas de ativação de memórias e emoções, que poderiam vir à tona ao serem observados e manuseados. Juntamente com isso, foi notável que seus próprios significados adquiriram novas roupagens, na medida em que foram forjados exatamente a partir das experiências do presente. Ou seja, parte da história do MMC foi construída, reconstruída e é reafirmada constantemente, através das releituras e ressignificações que suas integrantes realizam nesse tipo de reunião, como a ocorrida em Lages.

Neste sentido, a própria pesquisa de campo – com as impressões e inúmeras experiências e saberes adquiridos em seu transcurso e que foram registradas em diário – foram outro importante elemento dessa investigação sobre o feminismo no interior desses movimentos de mulheres camponesas. O primeiro capítulo é especificamente voltado para isso, através da realização de uma breve interlocução entre História e Etnografia. Neste capítulo, serão relatadas as viagens a Chapecó, Curitiba, Lages (no caso do Brasil), e também a Assunção e a Caaguazú (no caso do Paraguai).

Todo este trabalho realizado em campo foi pautado pelo método etnográfico, no modelo antropológico de pesquisa. Deste modo, considero que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema e a posição teórica do próprio pesquisador, tal qual nos indica Da Matta. Este pesquisador define a Antropologia como “[...] uma ciência interpretativa, destinada antes de tudo a confrontar subjetividades e delas tratar”³¹. Nessa direção, a Antropologia é a

Durante a mística, ocorrem certos tipos de estímulos memorialísticos, motivacionais e emotivos, que servem como inspiradores das atividades que se pretende realizar. Essa é uma prática muito comum neste e em outros movimentos sociais do campo, como o MST, o MAB, a Pastoral da Terra, dentre outros. A esse respeito ver: SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença** : mulheres camponesas em lutas de gênero. 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010. Esse tema da mística será mais bem desenvolvido ao longo do primeiro capítulo.

³¹ Da Matta, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: Nunes, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

“disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações.”³²

Como já indicado, nesta pesquisa utilizo periódicos e panfletos e, a este respeito, Tania Regina de Luca, no capítulo “História dos, nos e por meio dos periódicos”, presente no livro “Fontes históricas”, nos traz uma discussão bastante pertinente sobre a utilização desse tipo de fonte, bem como nos propõe algumas reflexões de cunho metodológico sobre a prática:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa. [...] Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas**, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que o cercam. A ênfase em certos **temas, a linguagem e a natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público que o jornal ou revista pretende atingir** (grifos da autora).³³

As considerações de Luca se estendem aos vários tipos de impressos ligados à imprensa periódica, entendendo que possuem uma função social e que suas características contêm várias possibilidades interpretativas; ou seja, sua aparência, seu conteúdo, sua circulação, seu alcance etc. compõem elementos pertinentes de análise. Arelado a isso, por meio da análise dos discursos difundidos pelas publicações dos referidos movimentos de mulheres rurais, foi possível observar, de forma mais nítida, um conjunto de elementos que podem evidenciar posicionamentos políticos e de vida das integrantes desses grupos.

Para me auxiliar na utilização de livros como fonte histórica nessa pesquisa, trago algumas considerações do historiador Roger

³² Idem.

³³ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139–140.

Chartier, com importantes direcionamentos nesse sentido, por meio de obras como “Práticas de Leitura”, por exemplo, em que observa a historicidade dos livros e procura desconstruir a tendência à naturalização e a universalização que circunda sua estrutura.³⁴ As considerações de Chartier com relação a questões como escrita, impressão, editoração e circulação dos livros podem se estender a outros tipos de impressos, como as cartilhas produzidas por essas organizações de mulheres, por exemplo, pois as complexidades que compõem sua intencionalidade possuem muitas aproximações com aquilo que foi exposto por este autor em sua obra.

Esta pesquisa também se baseia na perspectiva de análise comparativa. Um dos principais referenciais teóricos utilizados para o desenvolvimento dessa perspectiva comparada é encontrado em Marc Bloch, para quem o modo mais legítimo de análise comparativa seria “[...] comparar sociedades próximas no tempo e no espaço que exercessem influência mútua.” Segundo este autor, “essa escolha evita[ria] o risco das falsas analogias e do anacronismo”, embora trouxesse consigo alguns outros problemas, como por exemplo o perigo de se supervalorizar situações semelhantes, ocorridas em locais diferentes, correndo-se o risco de identificar mútuas influências ilegítimas.³⁵

Por outro lado, este método é uma importante ferramenta metodológica, pois permite analisar determinadas situações de países que passaram por processos, em certa medida, semelhantes e em períodos aproximados. Como é o caso da formação de movimentos de mulheres rurais, durante as ditaduras dos países escolhidos, e suas posteriores reconfigurações nos períodos que se seguiram, tendo em vista a problemática feminista, e isso pode contribuir para um aprofundamento no conhecimento das especificidades de duas sociedades distintas, mas que possuem determinados pontos em comum.

Outra importante referência para a utilização desse método é Maria Lígia Coelho Prado, sobretudo no texto em que discute a perspectiva comparativa na América Latina³⁶, no qual indica que as

³⁴ CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

³⁵ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Introdução. In: _____. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 14.

³⁶ PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História** [online]. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n° 153, 2° semestre de 2005, p. 11-34. Disponível em:

também chamadas Histórias Conectadas podem ser importantes ferramentas para o entendimento das similaridades e especificidades dos processos políticos, sociais e culturais, que os países Latino Americanos passaram ao longo do século XX.

Mas, acima de tudo, a perspectiva comparada se justifica nesta pesquisa, pois é um dos principais pressupostos teórico-metodológicos do próprio projeto Cone Sul, do qual faço parte. Ou seja, todas as pesquisas que estão ligadas a esse projeto possuem em comum essa perspectiva de histórias conectadas.

Recentemente, dois livros foram publicados, expondo os resultados oriundos desse projeto: as obras “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” e “Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul”³⁷, ambos organizados pelas professoras coordenadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, que expõem de maneira muito nítida, quais são os objetivos dessa abordagem comparativa para a investigação das inúmeras histórias existentes sobre a região do Cone Sul. De acordo com elas, a perspectiva comparativa, ao mesmo tempo em que procura semelhanças e diferenças entre inúmeros processos históricos ocorridos nos países do Cone Sul, possibilita, também, a compreensão de que determinadas teorias e movimentos de mulheres cruzaram fronteiras, formaram redes de comunicação e sociabilidade, tendo, em certos casos, influenciado as próprias formas como as teorias do feminismo foram compreendidas e aplicadas nos mais diferentes espaços em que estiveram presentes.³⁸

Todas as metodologias trabalhadas nesta pesquisa se relacionam. Exemplos disso são os estudos da História do Tempo Presente, que estão profundamente relacionados à História Oral, já que os relatos de memória existentes nas entrevistas nos remetem a uma época considerada relativamente recente para a Historiografia e que, de certa

<<http://www.scribd.com/doc/3010757/Revista-de-História-ptbr>>. Acesso em junho de 2012.

³⁷ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Orgs.). **Resistência, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

³⁸ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 115-137.

forma, está inconclusa e passa por reinterpretações, e ainda são encontrados diferenciados tipos de fontes e problematizações que podem reestruturar teorias ou refutar ideias. De acordo com Helena Isabel Muller, quando se trata de história do tempo presente, “[...] o período estudado ainda não está encerrado, não existe aquela alteridade própria do estudo dos períodos mais remotos no tempo; as questões políticas, os paradigmas, a estrutura intelectual, através da qual buscamos analisar o passado ainda são partes constitutivas do presente.”³⁹ E, no caso deste tema, os desdobramentos das histórias analisadas continuam influenciando, sob vários aspectos, os rumos das sociedades desses países nos dias de hoje.

Nesta mesma linha de raciocínio, Marieta de Moraes também nos traz importantes contribuições para pensarmos na História do Tempo Presente, como perspectiva analítica:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos seres humanos, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado.⁴⁰

[...] Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos.⁴¹

Para contribuir, também, com as discussões acima, trago Roger Chartier, pois nos apresenta importantes pontos para pensarmos essa mesma perspectiva do tempo presente, na medida em que critica posicionamentos que ainda persistem nos estudos da história, sobre a

³⁹ MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PORTO, Gilson Jr. (Org.). **História do Tempo Presente**. Bauru-SP: EDUSC, 2007, p. 21.

⁴⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.7, maio-jun. 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014.

⁴¹ Idem, p. 11.

relativa necessidade de distanciamento para a realização de uma análise que se diz histórica.

[...] o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.⁴²

Portanto, a partir desses autores e autoras elencados acima e utilizando-me também dos já clássicos estudos de François Bédarida e Jean-Pierre Rioux⁴³, considero essa pesquisa como um estudo que se aproxima bastante das denominações da História do Tempo Presente.

Nesta pesquisa, também utilizo a categoria de análise “gênero”. Por um lado, penso que a categoria “gênero” é uma ferramenta fundamental para a compreensão de que as relações sociais existentes entre os sujeitos são fundamentalmente relações de poder. Esse ponto de vista relacional possibilita a percepção de que ambos os movimentos sociais, que aqui estão sendo evidenciados, foram formados através de relações de gênero, tanto entre mulheres e homens, como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens.

Assim, sigo como orientação central as teorizações propostas por Joan Scott, a qual nos indica que: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é um primeiro modo de dar significado às ações de poder.”⁴⁴ Tal perspectiva de gênero foi utilizada juntamente

⁴² CHARTIER, Roger. O olhar de um historiador modernista. In: INSTITUT D’HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. **Escrever a história do presente**. Paris: CNRS Editions, 1993 *apud* FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n° 3, p.7, maio-jun. 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014. p.10.

⁴³ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janáina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.219-229; RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A. e TÉTART, Ph. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

⁴⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista educação e realidade**. Porto Alegre, n° 16, jul-dez, 1990, p 14.

com a categoria “mulheres”⁴⁵ - que neste caso são as mulheres rurais/camponesas – observando-se suas configurações dentro dos movimentos sociais em questão; e, além disso, utilizando-as nos estudos referentes ao movimento feminista, ou seja, no processo de identificação das integrantes daqueles movimentos sociais com essas perspectivas.

Ademais, além da questão relacional, os Estudos de Gênero alinham-se à perspectiva de que as práticas sociais e culturais dos sujeitos são historicamente construídas no interior de inúmeros espaços de poder, e isso é algo que interfere na construção de suas subjetividades, nas suas práticas discursivas e em suas ações políticas, uma visão que também constitui as bases dessa análise.

A categoria gênero tem sido bastante estudada e debatida tanto pelo MMC quanto pela CONAMURI. Dessa maneira, observei as formas como esses movimentos tem se apropriado e instrumentalizado dos Estudos de Gênero para as vidas pessoais e posicionamentos políticos de suas militantes. Isto quer dizer que, para além de me amparar, tanto teórica quanto metodologicamente em considerações prévias sobre essas categorias, me interessa refletir sobre gênero e feminismo a partir da visão das mulheres camponesas acerca desses temas.

As pesquisas em torno da participação de mulheres em movimentos rurais tem sido um fértil campo de análise nos últimos anos. Todavia, esses estudos geralmente tem se concentrado mais em áreas como Sociologia Política, Antropologia, Serviço Social, Psicologia Social, Jornalismo etc.⁴⁶ No campo da História, infelizmente

⁴⁵ Esta categoria também é utilizada de acordo com as discussões propostas por Joan Scott, que estão presentes em: Scott, 1992, p. 63–96.

⁴⁶ Podemos citar alguns exemplos da psicologia social, da sociologia e do serviço social, respectivamente, os estudos de: MAGALHÃES, Manuela de Sousa. **Trajatórias em Movimentos**: A construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. 2008. 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/npp/images/pdfs/dissertao%20manuela.pdf>>.

Acesso em 05 de julho de 2012; DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense. 1996. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996; OCAMPOS, Genoveva. **Mujeres campesinas y estrategias de vida**: el

as pesquisas sobre esse tema ainda são poucas. Nesses termos, a constatação da historiadora Michelle Perrot sobre mulheres camponesas nos faz pensar em determinados silêncios ou lacunas, que acabam existindo na historiografia e na própria história das mulheres:

[...] as camponesas são as mais silenciosas das mulheres. Imersas nas hierarquias das sociedades patriarcais são poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos, e os dias de uma vida rural que parece escapar a história, sendo mais objeto de pesquisa dos etnólogos. Assim não é de espantar que nosso saber sobre mulheres rurais nos venha desses pesquisadores.⁴⁷

A crítica de Perrot é pertinente, na medida em que nos permite pensar que no campo da historiografia, ainda pouco se escreve sobre mulheres rurais, de modo geral. E de uma forma mais específica, se pensarmos na problemática do feminismo no interior de movimentos sociais no campo, sob uma perspectiva de gênero e comparativa, o campo de pesquisa fica ainda mais escasso.

Por isso, a minha proposta visa exatamente contribuir para a ampliação desse quadro, pois entendo ser importante historicizar e evidenciar que tipo de importância as práticas atualmente cunhadas de feministas têm tido no interior desses dois movimentos. Além disso, procuro entender, ainda, de que maneiras esse feminismo tem contribuído para a transformação das realidades de muitas mulheres, em inúmeras comunidades rurais desses dois países em questão. Independente do caráter recente de identificação, o fato é que hoje esses movimentos se dizem feministas, e compreender os significados e sentidos disso dentro de uma historicidade é fundamental para um entendimento mais amplo do próprio papel das mulheres no campesinato.

Apesar de o campo historiográfico ficar um tanto atrás das demais áreas destacadas, quando os temas “mulheres”, “feminismos” e “movimentos sociais no campo” são enfocados, não podemos deixar de citar os estudos de Lisandro A. Tedeschi, Sirlei Antoninha Kroth e de Cristiani Bereta da Silva, como algumas das principais e pioneiras contribuições na área. Esses historiadores possuem várias publicações,

caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA). Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, 2007.

⁴⁷ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 110.

entre livros, capítulos de livros e artigos, que articulam e problematizam, dentre outras questões, os movimentos sociais no campo, as relações de gênero e a categoria “mulheres”⁴⁸.

Em uma importante obra sobre gênero no meio rural, “Gênero e Geração em Contextos Rurais”, a historiadora Cristiani Bereta da Silva possui um capítulo, que foi escrito juntamente com a socióloga Maria Ignêz Paulilo - outra importante referência em estudos de mulheres e gênero em meios rurais -, no qual são articuladas questões de memória, gênero e subjetividades, a partir das memórias de uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, a deputada federal Luci Choinacki. Os trechos da fala de Luci, contidos nesse artigo, também foram utilizados como fonte em determinadas partes dessa pesquisa.

Esta obra “Gênero e Geração em Contextos Rurais”⁴⁹ possui ainda diversos outros artigos que analisam determinadas particularidades do meio rural nos dias de hoje, ligadas às questões de reprodução, continuidade, equidade de gênero, conflitos geracionais no campo, ao observar e tecer diversos tipos de reflexões pertinentes sobre os rumos das sociedades rurais contemporâneas, em comparação com décadas anteriores. As análises apresentadas por todas as obras citadas e por essas autoras trouxeram importantes contribuições para o corpus bibliográfico desta pesquisa.

Com relação à organização da dissertação, a mesma será composta por três capítulos. No primeiro capítulo, apresentarei a descrição e análise do trabalho realizado em campo, cuja base foi o método etnográfico. Nesta parte da pesquisa, discorrerei sobre o que presenciei nas idas a Assunção e a Caaguaçú, quando estive nas sedes da CONAMURI desses locais; e também sobre a vivência de uma semana num sítio de Curitiba, além das reuniões que presenciei do MMC/SC

⁴⁸Ver SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento:** relações de gênero e subjetividades no MST. 1. ed. Florianópolis: Momento Atual, 2004; Silva, 2006, p. 225-244. Ver também KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da Luta:** Trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (1983 - 1993). 1999. 141f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, 1999; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Mulheres camponesas na região noroeste do Rio Grande do Sul:** Identidades e representações sociais. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2007; Tedeschi, 2009, p. 187-202.

⁴⁹ SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ao longo do ano de 2012. Considero que essas experiências devam ser descritas e problematizadas numa perspectiva antropológica, pois na sequência é feita a correlação do que foi explicitado com as análises sobre feminismo dos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, o “dizer-se feminista” por parte do MMC e da CONAMURI foi colocado dentro de um contexto histórico. São analisadas fases anteriores à formação desses movimentos, já que houve um caminho trilhado, um processo anterior de mobilizações feministas construídas ao longo de todo o século XX, que de diversas maneiras influenciaram a própria identificação mais recente desses movimentos com o feminismo; entre os objetivos principais elencarei e procurarei entender quais processos foram esses. Por fim, o terceiro capítulo se direciona especificamente à investigação mais minuciosa das práticas feministas desses dois movimentos de mulheres do campo, com a observação de suas especificidades, bem como de suas aproximações e pontos em comum. Ou seja, o feminismo que está sendo reivindicado por esses dois movimentos de mulheres camponesas foi analisado de forma comparada, a partir da reflexão e análise de fontes que enfocaram temas como feminismo socialista e feminismo camponês e revolucionário, ecofeminismo, patriarcado, dentre outros.

CAPÍTULO 1

Caminhos percorridos: Considerações sobre a pesquisa de campo

Desde a fase de elaboração do projeto, a proposta dessa pesquisa, sua periodização e fontes deixaram claro que o trabalho de campo seria algo imprescindível para a sua realização. Assim sendo, a pesquisa de campo foi programada para ser realizada durante o primeiro semestre de 2012.

Para a realização deste estudo, considerando que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas aleatórias e descontextualizadas, mas atreladas ao tema e a posição teórica do próprio pesquisador ou da pesquisadora, trabalhei com pesquisa de campo, me aproximando de uma abordagem de cunho etnográfico, em um modelo antropológico de pesquisa.

A Antropologia é definida pelo antropólogo Roberto DaMatta como “[...] uma ciência interpretativa, destinada antes de tudo a confrontar subjetividades e delas tratar”⁵⁰. Nessa direção, a antropologia é a “disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações.”⁵¹, ou seja, a Antropologia se consagrou como uma ciência da “alteridade”, baseada nos estudos etnográficos e na pesquisa de campo, mas nem sempre foi assim.

A etnografia nem sempre existiu dentro da Antropologia. Dentre seus “fundadores” estão Franz Boas, pioneiro no “trabalho de campo”, e Bronislaw Malinowski, o qual escreveu uma introdução tão pertinente no seu livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”, de 1922, que ela se tornou por muito tempo referência de como se fazer pesquisa de campo. Foi também neste livro que Malinowski que provocou uma revolução no olhar antropológico: se antes os antropólogos ainda buscavam as origens da civilização ocidental ou respostas às questões postas pela sociedade ocidental, depois dessa obra, o interesse antropológico passou a ser descobrir qual a lógica própria das sociedades que se está pesquisando.⁵²

⁵⁰ Da Matta, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 23-35.

⁵¹ Idem p. 27.

⁵² MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A Antropologia, então, começa a ser ciência da “alteridade”. É a partir dessa “virada” do “olhar antropológico” que a etnografia se consagrou dentro da Antropologia e se tornou uma das etapas ou um dos momentos da pesquisa antropológica, como definiu Claude Lévi-Strauss.⁵³

Dentro da Antropologia contemporânea, a etnografia é exaustivamente debatida, chegando-se a questionar a própria legitimidade da etnografia e mostrar que a etnografia não é apenas sinônimo de “pesquisa de campo”, pois possui tanto uma dimensão teórica quanto metodológica. Dentro da sua dimensão metodológica, está a pesquisa de campo, o contato direto com o “nativo”, a observação-participante, as entrevistas e diálogos documentados exaustivamente no diário de campo. Dentro da sua dimensão teórica, se situa o infundável debate sobre o que é etnografia, qual a natureza e legitimidade dos resultados que ela produz.⁵⁴

Foi dentro desse debate que o modelo “clássico” de etnografia, apresentado por Malinowski, o qual pretendia abarcar a totalidade de um grupo social, foi amplamente debatido e criticado. Na contemporaneidade, o tempo da pesquisa científica, repleta de prazos de financiadores, não permite mais que se passem anos em “campo”. Tampouco se acredita como no passado, que o pesquisador tem alguma propriedade psíquica especial, que o faz “entrar na pele do nativo” e enxergar o mundo tal qual este.

Posicionando-se dentro deste debate, o antropólogo Clifford Geertz (2003) afirma que o pesquisador não tem qualquer qualidade psíquica especial, o que ele tem é formação científica, o que possibilita a ele, em um empreendimento muito mais modesto do que o da etnografia clássica, produzir uma interpretação sobre o grupo que ele pesquisa.

Clifford Geertz⁵⁵ também nos indica que a investigação empírica é constituída por dois momentos, que definem o olhar e o ouvir, como o “estando lá” e o escrever, como o “estando aqui”. Sendo assim, foi exatamente a possibilidade do “estando lá” – ou seja, a pesquisa de campo propriamente dita - que viabilizou a construção do “estando

⁵³ LÉVI-STRAUSS, C. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵⁴ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998.

⁵⁵ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 13-41.

aqui” - elaboração/interpretação escrita do material obtido no campo -, processo descrito a seguir. Para Geertz, é a utilização do recurso da “experiência próxima” - discurso “nativo” -, e da “experiência distante” - visão dos “pesquisadores”, especialistas sobre o discurso nativo -, que o pesquisador produz conhecimento.

Assim, para o autor, uma etnografia não se define pelos métodos de pesquisa de campo difundidos em livros-texto, mas pelo empreendimento a que se pretende: o pesquisador etnógrafo precisa ser capaz de construir uma interpretação sobre o grupo com o qual dialoga, precisa ser capaz de diferenciar as “piscadelas” e explicá-las.

Esta pesquisa, na medida em que se propõe a tentar produzir uma interpretação sobre o(s) sentido(s) do feminismo nesses dois movimentos de mulheres camponesas - utiliza para isso a pesquisa de campo, a observação participante, o diário de campo e entrevistas - adquire um caráter etnográfico.

O modo de chegar, interagir e fazer a leitura da realidade, implicou no meu envolvimento direto - enquanto pesquisadora e urbana de origem - com os sujeitos pesquisados e com o lugar onde residem, trabalham e atuam em movimentos sociais, no caso, o meio rural. Segui, neste sentido, as etapas descritas por Oliveira⁵⁶, constituídas pelo “olhar”, o “ouvir” e o “escrever”. Esse autor argumenta que esses momentos diferenciados da pesquisa são disciplinados pela(s) teoria(s) que orienta(m) o trabalho do pesquisador e não podem ser considerados como etapas independentes no exercício da investigação, pois se complementam, ao possibilitar, quando articulados, a promoção do conhecimento da realidade e das suas significações. O olhar e o ouvir são etapas da investigação de campo, que podem ser consideradas preliminares; o escrever é a configuração final desse trabalho.

E como um trabalho de cunho etnográfico, tento neste capítulo problematizar as observações e o material obtidos no “campo”. Para isto, devo, de acordo com o “modo de fazer etnográfico”, reconhecer que sou parte da minha pesquisa e dos sentidos e interpretações que dela emergem. Sendo assim, começo falando sobre minha própria trajetória e posição como pesquisadora e militante feminista e do desafio que foi realizar esta pesquisa.

⁵⁶ Oliveira, Roberto C. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 30.

1.1 Pesquisa de Campo em Curitiba/Lages – Primeiros Contatos

No mês de março de 2012, após entrar em contato, via e-mail, com integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, fui convidada a ir até a cidade de Chapecó, para conhecer o Centro de Formação Maria da Rosa, a sede estadual do MMC/SC. Nesta primeira visita, a coordenação estadual do movimento estava reunida para o planejamento do que elas chamaram de “Mutirão dos trinta anos”, no qual foram organizadas as datas de futuras reuniões e atividades entre as comitativas regionais e grupos de base do movimento. Planejaram, especificamente, sobre como iriam fazer ao longo do ano de 2012, para mobilizar o maior número possível de mulheres camponesas do estado inteiro, para as comemorações programadas para maio de 2013, quando o movimento completaria trinta anos de existência. Nesta data, o intuito foi de que aproximadamente quinze mil mulheres estivessem presentes, ou seja, muito trabalho de base deveria ser feito.

As reuniões aconteceram por três dias, entre os dias 22 e 25 de março, e eu não fui autorizada a presenciar pessoalmente o que estava sendo planejado naquele momento. A oportunidade que tive, de entrar na sala onde estavam reunidas aproximadamente vinte mulheres, que fazem parte da coordenação estadual do movimento, foi na tarde do segundo dia, quando fui chamada para me apresentar e dizer o que afinal de contas, eu, uma desconhecida universitária de Florianópolis, estava fazendo ali, compartilhando refeições e dormindo em um dos alojamentos daquele centro de formação.

Após me apresentar formalmente e falar brevemente sobre a minha pesquisa, percebi uma grande receptividade e aceitação instantânea daquele grupo de mulheres; a partir de então, tudo o que havia sido planejado para minha pesquisa começou a fluir melhor. Dessa forma, além dos inúmeros contatos estabelecidos com aquelas camponesas, consegui ter acesso ao acervo documental produzido pelo movimento: periódicos, panfletos e cartilhas, desde os mais antigos até os mais recentes, material que se encontra catalogado na biblioteca do centro de formação.

Foi através dos contatos feitos durante aqueles dias em Chapecó e do interesse delas pela minha pesquisa, que no mês de maio fui convidada a presenciar a aplicação regional do que havia sido planejado durante as reuniões com a coordenação estadual em março. Participei das reuniões da subdivisão do planalto serrano do MMC – a Regional de Lages, uma das 15 partes nas quais o movimento é dividido. Letícia, uma das militantes do movimento que compõem a coordenação

estadual, me convidou para passar uma semana no sítio de sua família, localizado em Curitiba, e elaborou para mim um cronograma de atividades, que incluíam conhecer uma unidade de produção de agricultura familiar, presenciar o cotidiano de sua família, que vive da agricultura familiar e orgânica, e viajar juntamente com sua mãe – Marilene, também integrante do movimento - até a cidade de Lages, para participar das reuniões da Regional de Lages. Essas viagens ocorreram entre os dias 20 e 27 de maio, e dentre estes, os dias 24 e 25 foram reservados para essas reuniões.

A experiência de ter presenciado o cotidiano de Letícia juntamente com sua família, em suas atividades na agricultura familiar, foi muito importante para a compreensão prática daquilo que tem sido objeto de estudos de tantos estudiosos e estudiosas do meio rural brasileiro; essa parte é apresentada no contexto que se dedica à investigação das teorizações do movimento sobre agroecologia e produção orgânica (cap. 3), para, na sequência fazer a correlação do material com as análises sobre feminismo, no próximo capítulo.

Na cidade de Lages, nos dirigimos a uma casa de freiras franciscanas, um local que em tempos atrás já foi um convento e hoje em dia é a moradia de três freiras, que alugam os vários cômodos da residência para encontros de diversos tipos de organizações sociais. As reuniões da regional de Lages do MMC/SC ocorrem neste local, há mais ou menos dez anos - segundo Marilene - e a hospedagem das camponesas que geralmente passam uma ou duas noites ali, quando ocorrem reuniões como essa, é gratuita, e geralmente cada uma das participantes leva os alimentos que serão utilizados nas refeições.

Após a chegada, deixamos a bagagem em uma sala e fomos até o refeitório, onde estavam reunidas as demais integrantes do movimento que iriam participar da reunião. Depois de serem feitas as devidas apresentações - no caso, eu ter me apresentado para elas, já que a maior parte das mulheres que estavam ali já se conhecia desde longa data - fizemos um pequeno lanche para esperarmos a hora do almoço.

Era em torno de 09h30min da manhã, quando fomos todas encaminhadas até um miniauditório, para que fossem iniciadas as atividades programadas para aquele período. A sala era ampla, com mais ou menos cinqüenta cadeiras com mesas embutidas, que estavam de frente para uma grande mesa e um quadro branco de anotações. Uma das integrantes consideradas históricas no MMC, Lúcia, estava encarregada de iniciar as atividades e solicitou que todas nós fizessemos um círculo, em torno de alguns objetos que estavam colocados no chão, bem no centro da sala.

Éramos em torno de vinte mulheres, entre algumas que tiveram que sair mais cedo e outras que chegaram um pouco depois. No círculo que estava formado, todas nós ficamos em pé, ao redor de inúmeros objetos que são considerados simbólicos, na representação do que elas entendem ser importante para aquele movimento; iniciava-se ali o ritual da mística.

A. Castells, em estudo sobre o MST, nos mostra que “a mística – configuração estética de caráter interativo -, é um dos eventos performáticos, criado e recriado em cada encontro onde este movimento social participa.”⁵⁷ Consiste numa montagem cenográfica alusiva ao tema escolhido para a ocasião, com a participação de atores militantes do movimento. O MMC segue essa mesma linha de raciocínio do MST na elaboração de suas místicas; as atividades da mística ocorrem desde o início desses e de outros movimentos sociais do campo, que foram formados no decorrer da década de 1980.

Ao que tudo indica, foi o MST um dos primeiros movimentos a entender a importância das atividades da mística para os integrantes do movimento, e os demais movimentos sociais que foram surgindo posteriormente naquele contexto de afloramento de movimentos sociais do início dos anos 1980, seguiram essa mesma lógica. Tais atividades têm uma estreita conexão com rituais oriundos da Igreja católica, como a entoação de cânticos e despertar da emoção e sensibilidade, a partir de determinados discursos. Os sentimentos que vêm à tona nesse processo são direcionados a determinados fins específicos, como autorreflexão e análise das práticas e escolhas que estão sendo feitas, coletiva e

⁵⁷ CASTELLS, Alicia N. G. **A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST.** 2001. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. p. 183. A esse respeito ver também: SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Ainda precisamos avançar : os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em SC.** Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. E também: SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença : mulheres camponesas em lutas de gênero.** 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010

individualmente, entre as pessoas que participam desses movimentos sociais.

No centro da sala havia um chapéu de palha, que estava rodeado por inúmeros tipos de sementes, estas espalhadas juntamente com alguns tipos de vegetais, como abóboras, cenouras etc., os quais, por sua vez, também estavam rodeados de variados tipos de publicações do MMC. Havia também várias folhas de papel, onde estavam escritas expressões e palavras de impacto, como “Da luta não fujo”, “Libertação das mulheres”; “Sementes crioulas”; “Agricultura orgânica”, “Agroecologia” “Feminismo Camponês”, e um cartaz todo colorido com as seguintes palavras: “Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista”.⁵⁸

Lucia iniciou sua fala, nos comunicando que era a encarregada de encaminhar a mística daquele dia de atividades. Conforme já foi mencionado acima, esta prática antecede todas as reuniões do MMC, bem como nas reuniões do MST e do MAB, entre outros. A mística proposta por Lúcia naquela manhã tinha o intuito de nos fazer pensar nas razões de estarmos ali reunidas.⁵⁹ Assim, todas nós começamos a nos apresentar, dizer de onde vínhamos, desde quando participávamos do movimento, por que entramos e o que o movimento havia mudado em nossas vidas desde então.

A cada apresentação, era notável a emoção na fala de cada uma que iniciava seu depoimento e nas demais que escutavam frases de efeito, como “com o movimento eu descobri a minha importância, a minha capacidade”, “eu descobri o meu valor enquanto mulher”, “mulheres também podem lutar por seus direitos”. Cada palavra dita, memória compartilhada, despertava um visível sentimento de pertencimento e emoção em todas as demais. Tudo naquela sala invariavelmente tocava as subjetividades daquelas mulheres, algo que certamente as motivava a continuar ali e trabalhando em prol do MMC/SC.

Lúcia anotava em folhas de papel A4 cada palavra de impacto relatada e colocava uma a uma no centro do círculo, junto aos demais simbolismos neste espaço. Essa primeira mística tinha a função nítida de motivar as participantes daquela reunião, para que fortalecessem a ideia

⁵⁸ Diário de campo, Lages, 23 de maio de 2012. A esse respeito, ver anexo.

⁵⁹ Incluo-me nessa e em outras atividades da mística, pois de fato participei ativamente de todas elas. Isso ocorreu logicamente por solicitação das próprias mulheres que estavam ali, talvez por estarem interessadas em saber mais sobre o que eu, em particular, estava fazendo ali.

de que estarem ali, deixando suas casas, suas famílias e suas atividades diárias na roça por dois dias, apesar de ser algo trabalhoso, era muito importante para que continuassem a luta por seus direitos enquanto mulheres camponesas. A ideia de que estavam ali por “uma causa maior” era praticamente consensual e a cada vez que qualquer sinal de cansaço aparecia, essa convicção as fortalecia. Assim, a mística foi finalizada, com o canto do hino do movimento “Participando sem medo de ser mulher”:

Pra mudar a sociedade/Do jeito que a gente quer/Participando sem medo de ser mulher /Porque a luta não é só dos companheiros/Participando sem medo de ser mulher/Pisando firme sem pedir nenhum segredo/Participando sem medo de ser mulher/Pois sem mulher a luta vai pela metade/Participando sem medo de ser mulher/Fortalecendo os movimentos populares/Participando sem medo de ser mulher/Na aliança operária/camponesa/ Participando sem medo de ser mulher/Pois a vitória vai ser nossa com certeza/Participando sem medo de ser mulher”⁶⁰

De acordo com Mota, “[...] a fala é uma das dimensões do sujeito político veicular o discurso do seu projeto”.⁶¹ As mulheres trabalhadoras rurais, em seu processo de produção social, construíram uma narrativa que conduz significados e revelações, que se personificaram em expressividades, como as poesias e músicas produzidas e praticadas na militância e pelos quais enunciam e narram a sua história. Mota nos diz ainda que “[...] partindo da conquista da fala, expressam em poesias a vida sofrida, a luta, o próprio movimento de mulheres e a utopia, e através de músicas motivam a ação política, por meio de ordens ritmadas, instaurando o lúdico na militância.”⁶² A letra dessa música pode também servir para expressar a mensagem da mística presenciada.

⁶⁰ MMC - As músicas do MMC, 1996, p. 43.

⁶¹ MOTA, Maria das Dores. Falas de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. 4, 2008. **Anais**, 2008.

⁶² A esse respeito ver também BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas linguísticas”. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994; e CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Depois do canto, ocorreram abraços e apelos de motivação entre todas as participantes da reunião, inclusive eu, e faz-se necessário lembrar que

Ocorre aqui neste momento da mística uma estratégia de gênero muito recorrente em reuniões nas quais só participam mulheres: por serem, de modo geral, consideradas mais emotivas e sensíveis que os homens, o apelo as suas emoções é feito para que se sintam mais motivadas e satisfeitas, por estarem aqui realizando algo importante não unicamente para elas, mas para a sociedade em que vivem. Essa construção de que mulheres são as mais sensíveis e emotivas, acaba sendo fortemente incorporada pela maior parte das mulheres, exatamente devido a esse tipo de estímulo constante as suas subjetividades.⁶³

Finalizados os abraços acalorados entre todas ali presentes, nos sentamos e em seguida, Letícia, a encarregada de coordenar as atividades do dia, nos distribuiu materiais que deveriam ser lidos e depois debatidos. Esses materiais eram cartilhas com o título: “30 – Mutirão de organização e trabalho de base”. Essa cartilha era uma espécie de roteiro para a condução das reuniões que se pretendia realizar futuramente nas diversas localidades abarcadas pela regional de Lages. Em razão disto, essa cartilha foi bastante estudada durante aqueles dias, para que quando saíssem dali, aquelas lideranças cumprissem com êxito as tarefas com as quais haviam se comprometido.

O objetivo maior daquela reunião era programar visitas às comunidades rurais onde o MMC não possui muita representatividade. Haviam metas a serem cumpridas até as comemorações dos trinta anos, em maio de 2013, e essa reunião em Lages era uma das etapas desse planejamento. Ali estavam presentes lideranças de diversas cidades que ficam nos arredores do planalto serrano. Havia mulheres de São Joaquim, Correa Pinto, Curitibaanos, Lages, Painel, Bocaina, Cerrito, entre outras, e cada uma delas se prontificou a viajar até localidades próximas de onde moravam, para organizarem as reuniões de base, chamando o maior número possível de mulheres, para conhecerem e participarem do movimento.

No dia seguinte, as atividades continuaram. É importante frisar que estas eram todas invariavelmente precedidas por uma mística diferente a cada período do dia. As pessoas encarregadas de organizar

⁶³ Diário de campo, 23 de maio de 2012.

essas místicas também eram diferentes a cada período, sendo assim, as entonações e os temas abordados variavam de acordo com o grupo organizador. Porém, os objetivos de apelar para a sensibilização e emoção das presentes permaneceram constantes, independente do tema ou do enfoque dado. Dentre esses temas, podemos destacar aqueles que eram constantemente reforçados, como a importância da agricultura orgânica e familiar, a alimentação saudável e abastecimento interno do país como sendo consequência direta disso, a força e importância da mulher camponesa frente a essa batalha pela produção de alimentos orgânicos, além da luta contra a violência e o machismo e outras formas de opressão às mulheres que, de acordo com elas, eram consequências diretas do capitalismo e do patriarcado. Destaco a seguir uma anotação de campo sobre seus desejos de transformação da sociedade:

A mudança da sociedade almejada por essas militantes acontecerá efetivamente, segundo elas, quando ocorrer a transformação da sociedade para um sistema anti-patriarcal e socialista, cujas bases se fundam num modelo de agricultura que é familiar e orgânica ou, em outras palavras, agroecológico – eis as principais premissas do feminismo camponês e revolucionário defendido por elas.⁶⁴

A hora das refeições consistia em outro importante momento de confraternizações, conversas variadas e aproximação minha com elas. As conversas misturavam-se entre questões sobre suas práticas dentro do movimento, vida pessoal e relações familiares. Conheci a realidade de muitas delas naqueles momentos. O papel delas em suas famílias foi algo bem interessante de ser conhecido. Ao mesmo tempo em que existia uma notável consciência da existência da opressão e violência de gênero em suas falas, a centralidade delas dentro da esfera familiar, com os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos ainda é algo visível. Seus maridos, ou companheiros, como às vezes diziam, “já compartilhavam muitas atividades e afazeres domésticos, muito mais do que os companheiros daquelas conhecidas, que não participavam do movimento.”⁶⁵ No entanto, disse uma delas, isso ia até certo ponto, pois muitos dos maridos, ainda não concordavam plenamente com tantas saídas e reuniões: “Trabalheira danada!”

⁶⁴ Diário de campo, maio de 2012.

⁶⁵ Diário de campo, 01 e 02 de maio de 2012

1.2 Pesquisa de Campo em Assunção – Impressões iniciais

O convite que recebi para ir até Curitiba e Lages aconteceu enquanto estava na cidade de Assunção, realizando a pesquisa sobre a CONAMURI. Os contatos iniciais com o movimento paraguaio também aconteceram via email. Uma das militantes que faz parte da coordenação do movimento, Perla Alvarez, foi quem me recebeu (aliás, de forma muito simpática e gentil) na sede da CONAMURI em Assunção⁶⁶. Na época da visita, Perla parecia ter aproximadamente quarenta anos, e exercia inúmeras funções dentro do movimento. Segundo ela, trabalhava mais na parte técnico-administrativa da coordenação. Isso quer dizer que executava desde trabalhos de tesouraria, até a o auxílio na elaboração das publicações e materiais de base, como cartilhas e os periódicos. Foi ela quem mediou todos os contatos entre mim e as outras militantes do movimento.

Para entrar na CONAMURI, era preciso marcar horário com antecedência, pois não é sempre que as militantes estão por lá, já que moram em áreas rurais de variadas cidades do Paraguai; aparecem mais quando há cursos e reuniões de planejamento. Entre idas e vindas, estive na CONAMURI durante cinco dias. Durante esses dias, Perla sempre me recebeu na porta e me apresentou a alguma “companheira” que estivesse por lá e disponível para conversar, contar sua história de vida e, se tivesse sorte, me conceder uma entrevista.

Houve determinados momentos nos quais, assim que eu acabava uma entrevista, Perla de imediato levava outra militante para que eu pudesse entrevistá-la. Tudo o que eu fazia era permanecer sentada, esperando a próxima. As entrevistas que fiz foram realizadas antes ou durante os intervalos das atividades que estavam ocorrendo na sede da CONAMURI naqueles dias. Num determinado momento, a impressão que tive era que Perla levava aquelas mulheres para serem entrevistadas por mim, como se quisesse motivá-las, para que sentissem a importância de suas experiências, através da entrevista que estavam me concedendo.

No total, foram realizadas conversas com dez mulheres durante aqueles dias, porém, somente seis entrevistas foram autorizadas para a publicação. Duas dessas entrevistas foram feitas com lideranças indígenas. Foram entrevistas riquíssimas, mas quando pedi que assinassem a folha de autorização, essas duas mulheres de etnia guarani não quiseram assinar. Disseram-me que não consideravam suas

⁶⁶ A CONAMURI também possui sedes nas cidades de Caaguazú e de Coronel Oviedo.

experiências importantes o suficiente para serem pesquisadas, mesmo eu tendo reiteradas vezes afirmado o contrário. Declararam, também, que não estavam acostumadas a terem suas falas gravadas e passaram constantemente a impressão de timidez e sentimento de inadequação por estarem ali na minha frente. Essa espécie de complexo de inferioridade foi algo que percebi, não apenas nessas duas mulheres; foi algo que vez ou outra aparecia, na maior parte dos relatos que me foram concedidos.

A diferença nesses relatos no que diz respeito à autovalorização e reconhecimento da importância dessas mulheres como militantes daquele movimento, variava de acordo com o tempo de sua participação na CONAMURI e os cursos de formação que já haviam feito; isso também se estende ao entendimento que tinham sobre questões referentes ao feminismo.

A primeira entrevista que me foi concedida ocorreu com Cintia Gonzalez, um pouco antes do meio-dia do dia 17 de maio. Cintia não se encontrava quando cheguei naquela manhã do primeiro dia de visita a CONAMURI. Perla, após as devidas apresentações iniciais, conversou um pouco comigo, me perguntou sobre a minha pesquisa de forma mais detalhada do que ocorreu nos *e-mails* e me passou alguns materiais da coordenação, para que pudesse ler e depois se retirou para seus afazeres, me indicando que aquele era um dia bastante ocupado.

Enquanto lia o material que me fora passado por Perla, sentada em uma grande mesa localizada no centro da sala de entrada da CONAMURI, percebi que ao lado, na cozinha, havia algumas pessoas preparando o almoço, entre mulheres e homens que trabalhavam ou estagiavam no local. Perla havia me indicado que não havia pessoas ali naquele momento que eu pudesse entrevistar. Que seria melhor que retornasse no dia seguinte, pois iria ocorrer uma reunião de coordenação, onde estariam presentes várias mulheres que, de acordo com ela, seriam mais interessantes para a minha pesquisa. Em seu texto “Memória, esquecimento, silêncio” o historiador Michael Pollak atenta para a existência de um fenômeno que pode existir, quando memórias emergem em determinados discursos – aquilo que chamou de “memórias enquadradas”; de acordo com ele:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e

de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.⁶⁷

Perla, em determinados momentos em que levava até mim pessoas selecionadas por ela para compartilharem suas memórias, poderia estar fazendo isso, percebendo quais discursos considerava serem válidos de acordo com a minha proposta de pesquisa. O fato de eu não ter tido muito poder de escolha das pessoas a serem entrevistadas, pode ser em parte explicado pelas considerações de Pollak, acerca exatamente desse tipo de estratégia de enquadramento de memórias:

[...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É, portanto, absolutamente adequado falar [...] em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz "enquadrada" diz "trabalho de enquadramento". Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação.⁶⁸

Neste sentido, as tais exigências de justificação postuladas por Pollak, podem ser claramente vistas nessa dinâmica, que se desenvolveu entre mim e as pessoas que haviam sido selecionadas previamente para serem entrevistadas para a minha pesquisa sobre a história da CONAMURI, além daquelas narrativas que ficaram de fora. Diante disso, um questionamento vem à tona: Quais seriam os critérios que Perla teria utilizado para considerar algumas memórias mais válidas do que outras? Talvez tenha sido o de mais tempo de organização, o que levaria depoimentos de pessoas com experiências mais aprofundadas acerca de determinados temas, como o feminismo.

⁶⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15. p.7.

⁶⁸ Idem.

Esse enquadramento da memória pode levar determinadas falas e discursos para um lado arriscado. Muitos discursos podem ser expressos de forma cristalizada e homogeneizada. Ou seja, as falas das militantes sobre determinados temas eram muito parecidas em certos momentos, como se tivessem sido previamente combinadas.

Isso é algo que é preciso ser levado em conta nas análises desses relatos de memória. A esse respeito, Pollak também nos proporciona importantes reflexões:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo.⁶⁹

A sede da CONAMURI em Assunção é um lugar onde chegam pessoas a todo o momento, e todas elas (a maioria mulheres) que chegaram ali naqueles dias em particular se deparavam comigo no interior da sala, logo na frente da porta de entrada. Todas as mulheres que chegavam, sem exceção, me cumprimentavam, quase sempre com abraços e beijos no rosto e se apresentavam com um largo sorriso no

⁶⁹ Idem. p. 8.

rosto, demonstrando simpatia e certo acolhimento, algo que continuava, inclusive após a minha apresentação pessoal, ao verem que eu era brasileira, historiadora, não camponesa, mas que estudava também o MMC de Santa Catarina, algo que despertava curiosidades nelas e uma série de perguntas.

Após a chegada de Cintia, pouco antes do meio-dia, me preparei para a primeira entrevista daquele dia, arrumando o gravador, caneta e o diário de campo. Cintia Gonzáles é uma jovem militante de 22 anos e participava da CONAMURI havia cinco. Ao vê-la chegar, Perla prontamente perguntou se poderia me conceder uma entrevista. Cintia disse que não tinha muito tempo, mas que poderia falar um pouco.

A entrevista ocorreu num pátio amplo, que ficava ao lado da cozinha; nesse pátio, havia outra mesa grande retangular, com bancos de madeira nos dois lados, onde as pessoas que se encontravam ali, aproximadamente oito, se preparavam para almoçar.

Sentei-me com Cintia em outro banco próximo a essa mesa, de modo que era possível escutar o que era conversado entre as pessoas que almoçavam, assim como eu percebia que escutavam o que conversava com Cintia. As perguntas seguiram um roteiro padrão⁷⁰, que continha cerca de quatorze perguntas. Minha intenção geral era saber sobre a trajetória de militância das mulheres que participavam da CONAMURI e de que formas entendiam a relevância do feminismo naquele movimento de mulheres, visto que nos últimos anos haviam sido impressas pela CONAMURI várias publicações em defesa do feminismo.

Cintia se mostrou um pouco desconfiada no início, mas aos poucos foi se sentindo mais relaxada para falar. Esta entrevista durou aproximadamente quarenta minutos e logo em seguida fui convidada por Perla para almoçar. A comida era toda de base vegetariana: tinha arroz, uma mistura de vários vegetais cozidos e feijão cozido de maneira um tanto diferente da que conhecemos no Brasil. O feijão preto por lá é parte integrante da salada. Após o almoço, ajudei Perla com a louça, que deveria ser lavada pelas últimas pessoas que almoçaram, e já que havíamos sido essas últimas, me prontifiquei à lavação, enquanto conversava informalmente com ela, sobre sua trajetória ali dentro e de outras militantes.

Após esse momento, e depois de certa insistência de minha parte, Perla me indicou que dali a três horas, aproximadamente, chegariam

⁷⁰ Ver apêndice. O roteiro utilizado para a realização de todas as entrevistas encontra-se na parte dos anexos.

outras pessoas, com as quais poderia conversar, apesar do tempo escasso. Foi então que comentei, que naquele dia também iria até ao CDE – Centro de Documentación e Estudios, um local que possui amplo acervo sobre estudos de gênero e feminismo no Paraguai. Ao comunicar isso, Perla me perguntou se poderia buscar uma caixa (que se encontrava naquele Centro), contendo material para a CONAMURI. Disse que sim, logicamente, e quando cheguei ao CDE, me apresentei e indaguei a recepcionista sobre o material solicitado, algo que me serviu como um “passaporte” de entrada para pesquisar ali, já que Perla já havia avisado sobre a minha visita.

Ao retornar a sede da CONAMURI, entreguei o material a Perla, falamos um pouco e logo começaram a chegar outras militantes, que iriam participar da reunião que aconteceria mais tarde. Na medida em que chegavam e após as devidas apresentações, Perla conversava com elas em uma sala ao lado da que eu estava, provavelmente para perguntar se gostariam que eu as entrevistasse. Ao que pareceu, a resposta era quase sempre positiva, já que pude realizar um número considerável de entrevistas. No entanto, devido à falta de tempo de muitas delas, nem todas as entrevistas puderam ocorrer naquele dia.

Naquele dia, 17 de maio, entrevistei além de Cintia, Perla; ambas se mostraram muito solícitas, tanto na disponibilidade de tempo ao me concederem as entrevistas (visto que estavam nitidamente atarefadas naquele dia), quanto nas respostas que me foram dadas.

As perguntas, apesar de terem sido, de modo geral, guiadas pelo roteiro temático⁷¹ previamente apresentado a todas as entrevistadas, variavam de acordo com o grau de aceitação e importância que era dado a determinado tema enfocado; as respostas que foram dadas aos questionamentos sobre o tempo da existência do feminismo no interior da CONAMURI e sua relevância nas vidas pessoais delas variaram de acordo com o tempo de militância no movimento. Perla, por exemplo, demonstrou mais “tranquilidade” para desenvolver seu raciocínio sobre o que pensava sobre o feminismo, ao contrário de Ana, que não soube (ou não quis) desenvolver muito sua resposta sobre esse tema.

Perla milita na CONAMURI desde 2001, e vem se dedicando à parte de coordenação desde 2006. Ana, por outro lado, iniciou sua militância ali em 2008, ainda que tenha militado em outras organizações camponesas antes disso. Essa e as demais entrevistas serão abordadas mais adiante, à medida em que seus trechos forem analisados durante o

⁷¹ O roteiro utilizado para a realização de todas as entrevistas encontra-se na parte dos apêndices.

terceiro capítulo. O que importa destacar neste momento é que, assim como pôde ser visto anteriormente na descrição sobre MMC/Brasil⁷², o feminismo defendido por essas duas organizações de mulheres possui feições que, em vários momentos, se aproximam. Os depoimentos coletados nos dias seguintes confirmaram ainda mais essa posição.

Além das três entrevistas citadas, nos dias subsequentes tive a oportunidade de conhecer brevemente as trajetórias de Sofia, Zulma e Julia Alicia. Conversei também no final dessa mesma tarde com lideranças guaranis, mas como já foi dito antes, essas não permitiram que a conversa fosse gravada. Sofia, assim como Perla, trabalhava mais na parte administrativa, ou como ela mesma relatou, na parte técnica. É assistente social por formação e não quis se arriscar muito nas suas considerações sobre o feminismo, me indicando que como não era uma *campesina* propriamente dita, mas uma colaboradora, não se aprofundava muito nas discussões a esse respeito. No entanto, seu nome aparece em diversas publicações que destacam a luta camponesa e feminista da CONAMURI. Não quis se arriscar falando dela mesma e de suas experiências e visões pessoais acerca do tema, mas forneceu importantes informações mais gerais, sobre como os temas ligados ao feminismo e a categoria gênero tem sido gradualmente incorporados nas oficinas e debates do movimento.

Zulma e Júlia foram as mais “abertas” ao discorrerem sobre os temas perguntados. Ambas se disseram feministas e suas concepções acerca do que entendiam por feminismo foram bastante enriquecedoras para esta pesquisa, algo que também será mais aprofundado adiante. Por enquanto, cabe dizer que, diferente das demais entrevistadas, ambas militavam mais nas bases da CONAMURI e indicaram que ainda não haviam lido “o suficiente” sobre seus significados teóricos, mas que na prática se identificaram com o feminismo, por entenderem que é uma luta contra a violência e a opressão das mulheres e que serve para ajudar a pensar sobre as diferenças de direitos entre homens e mulheres, que ainda existe em demasia na sociedade paraguaia como um todo.⁷³

Há certa insegurança, demonstrada invariavelmente por todas as entrevistadas (paraguaias e brasileiras), para se referir ao feminismo e isso somente ficou perceptível após esses depoimentos. Como indicado anteriormente no registro do meu diário de campo, notei que nos materiais impressos que se referem ao feminismo, a que tive acesso,

⁷² Me refiro a MMC/Brasil e a MMC/SC como sendo um mesmo movimento em âmbito nacional, mas com especificidades regionais.

⁷³ Diário de campo, dia 18 de maio de 2012.

essa defesa apareceu de maneira muito mais convicta e coesa, tanto na forma como os textos estavam estruturados, como na própria aparência do material – quase sempre nas cores roxa ou rosa e repletos de símbolos historicamente consagrados pelo feminismo. Sobre esse assunto escrevi o seguinte no diário de campo:

O tempo de militância e grau de articulação na coordenação deste movimento social de mulheres são dois pontos relevantes para o entendimento dos variados processos de identificação com o feminismo ali existente. Esses pontos indicam também qual o grau de instrumentalização e importância do feminismo entre as militantes da CONAMURI em termos mais individuais – isso tanto em seus discursos públicos, quanto na influência que exerce em suas vidas pessoais. Há uma certa desconexão entre o discurso coletivo do movimento, que é coeso e explicitamente em defesa do feminismo, e os discursos individualizados das militantes, cujos graus de identificação variam de acordo com as experiências pessoais de cada uma. Todas, apesar de se dizerem feministas, possuem entendimentos e interpretações bastante diferenciados sobre o que significa ser feminista.⁷⁴

Portanto, os discursos escritos e os discursos das entrevistas se distanciaram em determinados momentos e não apresentaram sincronia, principalmente, a meu ver, devido ao pouco tempo em que esse tipo de discussão foi inserida em ambos os movimentos - a partir de 2008, aproximadamente. E isso somente pôde ser constatado através desse contato mais direto e personalizado com as militantes desses dois movimentos sociais de mulheres camponesas – algo que só foi possível com a ida a campo; eis a importância da etnografia para a elaboração dessa pesquisa.

1.3 Ida a Caaguaçu e retorno a Curitiba, Lages e Chapecó – outras viagens realizadas

As viagens relatadas anteriormente correspondem as minhas primeiras idas a campo e ocorreram ao longo do primeiro semestre de 2012; no entanto, essas não foram as únicas viagens realizadas. No mês

⁷⁴ Diário de campo, maio de 2012.

de julho, retornei ao Paraguai, a sede da CONAMURI em Assunção, e depois disso, fui até a cidade de Caaguaçú, que fica cerca de 150 km dali, para conhecer a outra sede deste movimento, localizada em uma área considerada a mais rural do país. Outras viagens feitas foram o retorno a Curitiba e Lages em outubro, e o retorno a Chapecó em dezembro; ambas haviam sido previamente agendadas entre mim e organizadoras das reuniões.

Ao chegar à cidade de Caaguaçú, a impressão que tive é de que estava em uma cidade de interior do Brasil, uma cidade que, inclusive, é bem parecida com algumas do interior do meu estado de origem, Mato Grosso do Sul. A terra vermelha, a atmosfera seca, quente e pacata de Caaguaçú poderia facilmente ser confundida com lugares como Dourados ou Nova Andradina. A diferença estava no idioma falado. E em Caaguaçú, muito mais do que em Assunção, o principal idioma falado é o guarani. Castelhana por lá é mais raro de se escutar, sendo falado apenas no comércio. E como esta não é uma região turística do país, não havia muitos esforços para entenderem meu espanhol mal falado, algo muito diferente do que ocorrera anteriormente em Assunção.

Talvez até pela recepção calorosa e aceitação instantânea, que recebi na CONAMURI de Assunção, presumi precipitadamente que receberia tratamento semelhante em Caaguaçú; não foi o que aconteceu, infelizmente.

Ao chegar a esta outra sede da CONAMURI, apesar de ter sido bem recebida, não consegui me fazer entender. A casa era simples, com poucos cômodos e alguns cartazes do movimento colados na parede da sala de entrada. Havia ali naquele momento apenas duas moças; presumi que fossem funcionárias ou estagiárias. Mencionei Magui Balbuena, uma das fundadoras e um nome referência na CONAMURI que mora naquela região. Disseram-me que Magui estava viajando e que não voltaria em menos de três dias. Insisti um pouco mais e perguntei se poderia consultar o acervo delas, que no pude observar, ficava em uma pequena casa ao lado. Olharam-me com certa desconfiança, mas permitiram que desse uma olhada, mas não por muito tempo.

O pouco que pude observar do material que se encontrava ali, é que servia para consulta local e formação das militantes que habitavam naqueles arredores. Essa sede mais interiorana priorizava serviços de base e de arregimentação de novas militantes para o movimento. Ali era o local de promoção de cursos de formação e conscientização das mulheres, sobretudo com relação à situações de violência doméstica, desigualdade de gênero nos trabalhos realizados nas plantações,

campanhas por soberania alimentar dos povos, e alertas sobre plantio e alimentação sem o uso de agrotóxicos.

Essas bandeiras defendidas pela CONAMURI, e que puderam ser vistas mais de perto em Caaguaçu, se assemelhavam em vários aspectos das campanhas defendidas pelo MMC. O vínculo que possuem com a Via Campesina e com a CLOC são pontos em comum entre as duas, e suas campanhas em larga medida seguem a lógica defendida por essas entidades, já mostrada acima.

O retorno a Curitiba ocorreu em 10 de outubro de 2012; ao chegar à cidade, Letícia, seu pai, sua mãe e sua irmã me esperavam para me levarem até o sítio em que residem. Fui muito bem recebida, assim como na primeira vez em que lá estive, e novamente ajudei a colher algumas hortaliças e frutas. Esse contato com as atividades diárias da família de Letícia e Marilene me possibilitou conhecer e entender, de forma mais empírica, de que maneira é possível viver da agricultura familiar e de produção orgânica, pois os custos de produção são altos, assim como os custos dos próprios produtos são altos também, visto que o não uso de agrotóxicos torna o plantio muito mais suscetível ao ataque de pragas, o que gera perdas constantes.

No entanto, aos poucos fui entendendo que, apesar de ser uma atividade muito trabalhosa e que envolve necessariamente todos os membros da família em inúmeros trabalhos diferentes ao longo de todo o dia, o que os motiva a continuarem nesse trabalho é a formação política que possuem, através de inúmeros cursos realizados e a participação ativa em movimentos sociais e no sindicato de trabalhadores rurais de Curitiba. O senhor Valmir, pai de Letícia e marido de Marilene, naquela ocasião havia sido recentemente nomeado ao cargo de diretor desse sindicato. Tive a oportunidade de passar algumas horas acompanhando o funcionamento do sindicato de Curitiba e pude perceber que aquele é um sindicato de trabalhadores rurais um pouco diferente.

Em primeiro lugar, porque logo na entrada há uma grande faixa em que está escrito: “Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curitiba”. A frase obviamente me chamou a atenção, visto que não é muito comum vermos palavras no feminino em indicações como essa. Prontamente perguntei a Marilene e a Neide - outra militante do MMC e historiadora também - sobre esse acréscimo que, tinha um significado político muito bem definido. Ambas me responderam que aquele era o único sindicato da região serrana - e quiçá de outras regiões

rurais - que havia adotado essa postura política, de inserir as mulheres trabalhadoras rurais na nomenclatura do sindicato.

Disseram-me, também, que para que essa alteração ocorresse, toda a legislação interna daquele sindicato tinha sido alterada, para a inclusão das mulheres como sujeitas ativas nos trabalhos rurais. A implicação política dessa inclusão, para além de um reconhecimento, possibilitaria que as mulheres adquirissem direitos trabalhistas, que em tempo não muito remotos não lhes eram oferecidos. Pode-se dizer, nesse sentido, que esse é um desdobramento direto de lutas históricas defendidas pelo MMC.

No dia seguinte, fomos todas a Lages, para participar de outra reunião da regional. Dessa vez, ao chegar fui reconhecida por praticamente todas as mulheres presentes na reunião de maio. Esse retorno já estava previsto e tinha o intuito de verificar se os compromissos firmados anteriormente haviam sido cumpridos. Os rituais da mística que precediam todas as atividades continuaram praticamente os mesmos, em termos de significado e emotividade, porém, com a diferença de que dessa vez, para além de uma mera espectadora, eu fui convidada a participar ativamente da mística das encenações e dos debates, como se fosse uma militante do MMC. Optei por ceder a essas participações, pois a insistência delas para tal participação foi grande.

A última viagem realizada foi à cidade de Chapecó, em dezembro de 2012; nessa viagem, pude presenciar o planejamento que a coordenação do MMC/SC fez para o ano de 2013. Encontravam-se reunidas no Centro de formação Maria da Rosa aproximadamente cem mulheres, entre lideranças de todo o estado de Santa Catarina e algumas lideranças nacionais. As formas como as reuniões foram organizadas não se diferenciaram muito do que foi presenciado em Lages: a mística, os cantos, as falas emocionadas, estava tudo presente, mas com a diferença de que o número maior de mulheres presentes deixou tudo muito mais emotivo. Sobre esta vivência escrevi:

A impressão que fica de toda essa experiência obtida dentro desses movimentos é de que as militantes acatam esse estímulo constante de emoções variadas, para se sentirem constantemente motivadas a estarem ali e conseguirem cumprir todos os compromissos a que se propõe, que não são poucos. Quanto mais da coordenação se é, nestes movimentos, maior o número de tarefas a serem cumpridas e maior o grau de comprometimento com a continuidade do

movimento. Talvez o grande segredo de um movimento conseguir se manter por quase trinta anos, como é o caso do MMC, seja exatamente esse apelo constante de que trabalham por uma causa maior, de que são mulheres e camponesas, logo lutadoras e guerreiras por natureza, esforçando-se em tentativas contínuas de mudança de uma sociedade extremamente excludente com minorias como essa que representam.⁷⁵

É inegável observar que, durante essas idas a campo, o envolvimento tão direto e a empatia obtida com as trocas de experiências e dramas relatados, também ativaram as minhas próprias subjetividades, para além da minha condição de pesquisadora. Uma certa confusão de sentimentos e emoções muitas vezes fizeram parte de todas as impressões e análises obtidas durante essas viagens.

O resultado dessa pesquisa, em grande medida, está impregnado de um sentimento muito grande de condescendência com grande parte das coisas que esses dois movimentos sociais defendem. No entanto, tendo a plena convicção desse fato, é importante ressaltar que existe também um esforço contínuo para que as análises feitas possuam também as características necessárias e cabíveis a um trabalho acadêmico e científico.

Entretanto, uma reflexão um pouco mais enviesada pode ser feita acerca de toda essa experiência obtida após a pesquisa de campo. Diz respeito à minha subjetivação desse processo. Ou seja, as minhas percepções obtidas e subjetividades construídas, através das experiências naqueles lugares e os registros feitos sobre isso em caderno de campo, também formaram um objeto a ser problematizado e analisado.

A historiadora Gabriela Marques, em seu artigo “(Re) significando memórias e gênero: desafios teóricos e práticos da história oral”⁷⁶, propõe reflexões que podem contribuir neste sentido. Ao iniciar sua análise Marques, coloca como subtítulo do texto: “Da premissa básica: Não se deixar “contaminar” pelo objeto”, e desenvolve a parte inicial de seu raciocínio, a partir dessa ideia de contaminação. Esse

⁷⁵ Diário de campo, 12 de dezembro de 2012.

⁷⁶ MARQUES, Gabriela Miranda. (Re) significando memórias e gênero: desafios teóricos e práticos da história oral. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. 11, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340382367_A_RQUIVO_MARQUESGabriela.pdf>. Acesso em março de 2014.

“contaminar-se”, de acordo com ela, significa um certo tipo de condescendência e empatia com seu objeto de pesquisa. Mas para esta autora, isso não é algo necessariamente negativo, muito pelo contrário, pode fornecer importantes elementos para uma pesquisa que utiliza trajetórias de vida e relatos de memória como matéria prima.

É evidente que a neutralidade ou a imparcialidade são termos ilusórios para quem realiza uma pesquisa. É necessário, por outro lado, de acordo com o que é postulado no mundo acadêmico, que seja feito um esforço contínuo de distanciamento e racionalização do objeto. Isso não é algo fácil de ser feito quando se vai a campo. Porém, como nos indica Marques, podemos questionar até que ponto isso é algo concreto, realizável, ou uma idealização fantasiosa? E ainda mais, por que isso é entendido em determinados lugares da ciência como algo limitador em uma análise.

[...] Meu corpo, minhas histórias e minha história, meus (des)afetos estão presentes na minha forma de pesquisar e definem como eu posso e não posso realizar meu campo, seja ele etnográfico, sejam as entrevistas de história oral. Minha pesquisa tem um alto nível de contaminação.⁷⁷

As subjetividades do pesquisador também fazem parte do objeto de pesquisa e também podem ser passíveis de análise e, por isso, devem ser problematizadas. No decorrer da minha pesquisa, das inúmeras viagens que fiz, conheci pessoas e construí amizades, que mantenho até hoje. Identifiquei-me com as questões das militantes dos movimentos que pesquisei, chorei com elas e me emocionei com elas. Passei por inúmeras dificuldades, no início da pesquisa, para conseguir me aproximar delas e para alcançar um nível de convivência que pôde ser chamado, posteriormente, de amizade.

Enfrentei muitos dos meus maiores medos e complexos. Fui obrigada a superar, quase que a força, um medo de rejeição que me acompanha há tempos. Tive que enfrentar fobias sociais, timidez, medo de me expor e expor os meus pontos de vista. Esses receios todos, no entanto, serviram, mesmo que de forma despropositada e inesperada, para me aproximar daquelas mulheres. Houve uma espécie de compartilhamento implícito de receios, de complexos e de fobias em vários momentos. Muitas mulheres que participam desses movimentos sociais, e que tive a oportunidade de conhecer, compartilharam comigo sentimentos, que me arrisco a dizer que são oriundos de uma opressão

⁷⁷ Idem. p. 1-2

de gênero, que é ampla e histórica. Estende-se a vários lugares e conecta aparentes dicotomias, como as construções sobre urbano e rural. São realidades muitas vezes distintas, a minha e a delas, mas o fato de existirem naqueles espaços uma maioria de pessoas que se identificam como mulheres, brasileiras, heterossexuais e feministas, certamente foi um fator de entrosamento. A timidez delas para falar, a forma como algumas achavam que suas experiências não possuíam relevância foi certamente outro fator.

E todas essas experiências estão diluídas nas formas como essa pesquisa foi realizada; estão presentes nas interpretações dos significados que o meu objeto, o feminismo camponês, adquiriu nesse processo todo. Para refletir sobre isso, Marques nos coloca que:

No caso de minha pesquisa em especial esta aproximação ou reconhecimento de mim, não como pesquisadora portadora da verdade acadêmica e interlocutora, mas, como igual, amiga, antiga companheira de luta que compartilha do mesmo vocabulário, comprometimento com o objeto e, muitas vezes, da mesma opinião possibilita uma fala mais franca, uma legitimidade que não é conferida pelo meu status de doutoranda, mas sim, pelo que represento por minha história de vida na subjetividade desta pessoa. Esta relação e meu acesso à informações e opiniões obtidas através da entrevista seriam muito diferentes se eu não partilhasse desta história com as pessoas que entrevisto, quem sabe se eu não tivesse relação direta com meu objeto minha pesquisa seria inviabilizada.⁷⁸

Esses elementos elencados por Gabriela se aproximam dos meus, na medida em que as entrevistas que realizei ocorreram depois de um longo processo de aquisição de confiança delas comigo e isso acabou culminando em certas relações que posso chamar de amizade. Essas relações, construídas ao longo de todo o ano de 2012 e parte de 2013, situam o alcance que a pesquisa teve em termos de volume de material adquirido e que foi disponibilizado para a sua realização. Tive a possibilidade de conhecer sociabilidades e formas de articulações internas desses movimentos, que outro tipo de relação, talvez não tão próxima, poderia não ter.

⁷⁸ Idem. p. 4.

A empatia que ocorreu da minha parte e, de certo modo, o meu discurso “panfletário” em defesa das causas das mulheres camponesas, contribuiu para que a pesquisa tivesse um alcance de informações que inicialmente não era imaginado. Por exemplo, ter conseguido o material da SOS Corpo, a que tive acesso graças ao meu contato com Letícia, que já havia feito os cursos sobre feminismo propostos por essa ONG. No quarto de Letícia estavam a maior parte das cartilhas e dos materiais que utilizo na pesquisa sobre o MMC. E esse contato próximo com Letícia, sua família, e com suas amigas dentro do MMC me facilitaram os contatos que tive no Paraguai, já que lá, quando mencionei o MMC, já ocorreu uma abertura maior para que falasse sobre os meus objetivos ali na CONAMURI. Marques ainda escreveu:

Reafirmo: a pesquisa já está contaminada. Se por um lado, o afeto e minha história possibilitam a pesquisa, por outro lado a limita no sentido que somente uma parte da história vai ser contada (mas não é sempre assim?). Meu passado/presente militante é que me coloca próxima a quem pretendo entrevistar, me dá acesso a uma série de falas. No entanto, me impossibilita completamente de ouvir outras, que possam talvez ser críveis para outra pesquisadora que não estivesse, em outros tempos, comprometida com algo em choque com o que a(o) atual interlocutora(o) acreditava. Os rancores do passado também são delimitadores de nossas pesquisas, assim como são nossos corpos.⁷⁹

Por fim, uma última reflexão sobre a minha subjetividade, enquanto uma pesquisadora que foi participante ativa de muitas atividades presenciadas em campo: é que há a convicção dessas influências mútuas, construídas entre pesquisadora e pesquisadas. E que isso direcionou certos caminhos que as narrações e ações delas tomaram ao longo da pesquisa. A “contaminação” existiu em ambos os lados. Resta reservar um esforço criativo, para extrair análises mais interessantes e, talvez, úteis para se pensar os rumos desse feminismo que aqui está sendo pesquisado.

⁷⁹ Idem. p. 4.

CAPÍTULO 2

Práticas “implícitas” de feminismo e antecedentes do processo de identificação do MMC e da CONAMURI com o feminismo

Os movimentos de mulheres no campo que se organizaram no Brasil e no Paraguai surgiram em conjunturas semelhantes, pois ambos se inseriram, de modo geral, em um contexto historicamente conhecido por “abertura democrática”, que se inaugurou no final da década de 1970 – ou seja, uma ‘fase final’ das ditaduras militares que ocorriam nesses dois países – e tiveram, como importantes aliados, os religiosos adeptos da chamada “Teologia da Libertação”, para o início de sua formação e para o início da atuação política de muitas de suas integrantes. Contudo, esses movimentos de mulheres tiveram proporções, características e influências variadas.

No contexto do início da década de 1980, é possível observar que houve o surgimento de forma sintomática⁸⁰ de inúmeros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, camponesas, agricultoras - denominações que variaram de acordo com a localidade -, em várias regiões do Brasil e também do Paraguai. Entre eles, conforme já mostramos acima, foi formado, em 1983, no interior do estado de Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA-SC), e no Paraguai, nesta mesma época, em 1985, ocorreu a formação da Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC)⁸¹, com sede na Província de Caaguazú, atrelada ao Movimento Campesino Paraguayo, fundado em 1980.

No Brasil, por exemplo, podemos perceber que vários movimentos de mulheres rurais surgiram naquele momento, impulsionados, em sua grande maioria, pela atuação das Comunidades

⁸⁰ Com “sintomático” quero dizer que foi algo que revelou certo estado das coisas, que foi algo revelador, significativo.

⁸¹ Como já indicado na introdução, anteriormente à formação da CONAMURI, em 1999, a maior parte de suas fundadoras militava na CMC, a “Coordinación de Mujeres Campesinas”, uma das subdivisões do “Movimento Campesino Paraguayo” (MCP), por isso, irei tratar inicialmente do contexto de formação da CMC para então chegar até o contexto de formação da CONAMURI. O mesmo ocorre com relação ao Movimento de Mulheres Camponesas, que aqui neste capítulo aparece como Movimento de Mulheres Agricultoras. Esse movimento mudou de nome no ano de 2005, logo, como anteriormente se chamava Movimento de Mulheres Agricultoras, é dessa forma que será chamado neste capítulo.

Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. Já no Paraguai, foi após o surgimento do Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), no final dos anos 1970, que se formou, cinco anos mais tarde, a Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC), um organismo interno do MCP, que tinha como uma de suas principais propostas, a atuação mais desvinculada da instituição católica.

Esses dois movimentos de mulheres provenientes de áreas rurais possuem proximidades, na medida em que lutaram, dentre outras coisas, pelo fim da discriminação contra as mulheres do campo, reivindicaram espaços de atuação política mais igualitários e, acima de tudo, almejavam reforma agrária e democracia, em uma época ainda marcada pela repressão, sobretudo no meio rural.

Outro aspecto passível de comparação entre esses dois países diz respeito aos contatos que muitos desses movimentos de mulheres do campo tiveram com o feminismo, no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Em meios urbanos desses países, o feminismo estava em debate entre mulheres que atuavam em organizações, coletivos, movimentos sociais e em partidos políticos, desde fins dos anos 1970. Nas áreas rurais, as pesquisas as quais tive acesso sobre esse tema apontam que esses contatos foram ocorrer de forma mais significativa, num período posterior ao de ditaduras, no decorrer dos anos 1990.⁸²

Contudo, a ideia que procurei desenvolver neste capítulo é de que os possíveis contatos e as circulações de ideias feministas entre campo e cidade, ou seja, entre instituições – forem políticas, acadêmicas, governamentais, não governamentais ou religiosas – e movimentos sociais dos meios rurais e urbanos, no decorrer dos anos 1980, também foram parte importante do conjunto de elementos que possibilitaram o surgimento das inúmeras organizações de mulheres rurais, que emergiram nesse período. Logo, esses contatos e aproximações precisam

⁸² A esse respeito ver: DURÉ Elizabeth. *Feminismo, movimientos sociales y expresiones políticas em Paraguay*. In. PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresión Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005; Szwako, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012. DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense**. 1999. 104p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. POLI, Odilon L. **Leituras em movimentos sociais**. 1ª ed. Chapecó: Editora Grifos, 1999.

ser mais analisados, já que podem possibilitar novos olhares sobre um tipo de feminismo, que é atualmente cunhado de camponês e popular.⁸³

Foi possível detectar nas fontes que determinadas trocas de experiências, informações e tentativas de formação de redes de contatos entre mulheres participantes de movimentos feministas urbanos e rurais, certamente ocorreram e influenciaram a própria organização desses movimentos. E foram exatamente essas experiências, compartilhadas das mais diversas maneiras, que contribuíram para que as reivindicações em torno de questões específicas de mulheres se espalhassem por inúmeros lugares, para além dos grandes centros urbanos, e fortalecessem cada vez mais a importância dessas lutas naquele contexto específico das décadas de 1980 e 1990.

Deste modo, se por um lado a identificação efetiva das integrantes desses dois movimentos rurais com o feminismo só foi ocorrer num período posterior aos anos 1980 e 1990, num processo gradual e lento que foi consolidado somente no decorrer da década de 2000, é possível perceber, por outro lado, que inúmeras ideias ligadas ao feminismo, se não estavam totalmente presentes no bojo de suas discussões, ao menos estiveram, em vários casos, muito próximas dos discursos e das práticas desses movimentos, influenciando lutas, campanhas e posicionamentos ideológicos de suas integrantes. Portanto, a proposta é, exatamente, colocar essa discussão dentro desses aproximadamente trinta anos de contexto histórico, analisando que práticas eram essas e de que formas esse feminismo, que aqui chamarei de “implícito”, ocorreu.

Podemos dizer que a identificação desses movimentos de mulheres rurais com o feminismo foi “tardio”, se levarmos em conta que, explicitamente, as publicações, discursos e reivindicações, diretamente voltadas para aquilo que esses movimentos chamam de feminismo, datam do ano de 2005 em diante. As razões para que isso tenha ocorrido certamente são inúmeras, mas o fato é que nos dias de hoje, esse “dizer-se feminista” por parte desses movimentos, é algo central em suas estratégias políticas, direcionamentos internos e em suas lutas tanto públicas quanto privadas.

⁸³ Esta expressão está presente em publicações dos dois países em questão, como por exemplo: PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres: Resistência e Luta em defesa da vida.** São Leopoldo – CBI, 2009. Livro que apresenta um Histórico do MMC; e também na Cartilha de curso de formação política da CONAMURI: **Gêneros, Patriarcado e Feminismo.** Assunción - Paraguay, feb 2012.

Essa identificação recente dos movimentos de mulheres em questão com o feminismo possui historicidade, isto é, faz parte de um processo histórico, que vem sendo construído desde meados do século passado; a seguir apresento alguns elementos que considero chave para a compreensão desse processo analisado.

2.1 Feminismo como um tema transversal no processo de formação de movimentos de mulheres do campo

Conforme já foi apontado, o chamado feminismo de Segunda Onda pode ser caracterizado, de modo geral, como movimento social e como uma corrente filosófica, surgido em alguns países do hemisfério norte, sobretudo França e Estados Unidos, no decorrer dos anos 50 e 60, que deu prioridade às lutas contra o patriarcado⁸⁴, era a favor da livre escolha do que fazer com o corpo - com relação ao aborto e ao prazer, por exemplo -, e uma das expressões de ordem condutoras de suas propostas era que 'o privado é político'⁸⁵. As teorias difundidas pelo feminismo têm sido bastante pesquisadas no meio acadêmico nas últimas décadas, pois cada vez mais, tem sido constatado o amplo alcance de suas influências em diversos âmbitos da sociedade, como é o caso dessa pesquisa.

Nos países do chamado Cone Sul as ideias do feminismo de Segunda Onda começaram a chegar em meados dos anos 1970 e foram difundidas nas mais diversas esferas sociais a partir desta época. No Brasil, por exemplo, podemos perceber que, no decorrer dessa década, tais ideários adquiriram complexas e diferenciadas configurações, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, muitas vezes discordantes. Surgiram grupos feministas, que poderiam ser da burguesia ou da classe trabalhadora, e havia as chamadas feministas liberais, as socialistas, dentre outras⁸⁶. Joana Pedro aponta para o fato de

⁸⁴O patriarcado pode ser entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Ver PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em julho de 2012.

⁸⁵FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 146.

⁸⁶PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

não ter existido unicamente um feminismo brasileiro ou mesmo latino americano, mas sim uma pluralidade de feminismos, devido ao caráter heterogêneo e ideologicamente diversificado dos grupos que foram se formando e se apropriando dessas teorias⁸⁷.

Concomitante a esse contexto de eclosão de grupos feministas no Brasil, emergiram entre os anos 50 e 80, aproximadamente, ditaduras militares no Cone Sul, com regimes marcados por forte repressão política e, ao mesmo tempo, os mais diversos tipos de organização e manifestação social. Obviamente, os regimes militares que se formaram em cada um desses territórios tiveram características que, sob muitos aspectos, foram diferenciadas umas das outras, mas que, no entanto, também tiveram alguns pontos em comum. A proximidade temporal e a proximidade territorial em que ocorreram essas ditaduras militares, bem como as inúmeras formas de protesto e resistência a elas, podem ser alguns desses pontos.

Neste sentido, as formas pelas quais as teorias do movimento feminista foram difundidas no Cone Sul certamente foram influenciadas pelas circunstâncias políticas e sociais, que estavam ocorrendo nesses países na época. Por exemplo, se analisarmos de forma pontual a consolidação das teorias do feminismo de Segunda Onda no Brasil, poderemos observar que os primeiros movimentos feministas formados neste período de ditadura militar se fortaleceram principalmente após 1975, instituído como o ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas.⁸⁸ Este fato conferiu legitimidade e fortalecimento político para muitos movimentos feministas, que surgiram não apenas no Brasil, mas em outros países do Cone Sul, como Argentina e Chile, ao longo da década de 70.⁸⁹

No caso de países como Paraguai e Bolívia, as ideias do feminismo de Segunda Onda passaram a ser objeto de reflexões e discussões no interior de movimentos sociais, partidos e organizações

⁸⁷PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Rev. Brasileira de História**. [online]. 2006, vol. 26, n° 52, pp. 249-272. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>>. Acesso em junho de 2012.

⁸⁸Pinto, op. cit., 2003.

⁸⁹PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 115-137.

políticas, mais a partir do final da década de 1980, e isso foi algo muito mais visível nas capitais desses países. Na Bolívia, inclusive, isso foi muito mais nítido a partir do início da década de 1990.⁹⁰ No Paraguai, José Szwako considera o ano de 1987, como tendo sido o da “gênese” do feminismo no país e destaca os anos entre 1988 e 1990, como fundamentais para a sua consolidação, já que militantes feministas participaram ativamente do processo de elaboração do novo código civil, que estava sendo escrito para o país durante aqueles anos.⁹¹

Em todo caso, interessa dizer com relação a essa periodização, que apesar de essas organizações feministas terem surgido primeiramente em centros urbanos no decorrer dos períodos anteriormente destacados, o alcance dessas teorias foi muito mais amplo e não se restringiu apenas a esses grandes centros; adentrou gradativamente também em áreas mais periféricas, interioranas e rurais. Neste sentido, M. Thayer salienta que:

A Segunda Onda do feminismo brasileiro surgiu no fim da década de 70, à sombra da ditadura, como um movimento de mulheres educadas e de classe média e alta ligadas aos grupos de esquerda. Nas duas décadas seguintes, porém, esse núcleo se diversificou, o feminismo se tornou feminismos, enquanto outros movimentos de mulheres foram sendo criados por lésbicas, sindicalistas, operárias, empregadas domésticas, negras, trabalhadoras rurais e outras.⁹²

No decorrer desse período entre as décadas de 1980 e 2000, muitos debates e influências mútuas entre movimentos sociais urbanos e rurais foram acontecendo, e o contexto de formação dos movimentos de mulheres camponesas estava inserido exatamente nesse movimento de circulação de ideias.

⁹⁰ CORVALAN, Graciela. **Situación de las mujeres rurales en sudamerica**. Asunción, Paraguay: Centro de Documentación y Estudios, Ano de Publicação: 1995.

⁹¹ SZWAKO, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

⁹² THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2001, vol.9, nº 1, p. 104. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>>. Acesso em abril de 2012.

No estado de Pernambuco, por exemplo, após a formação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), em 1980, começaram a ocorrer, entre 1985 e 1990, vários contatos entre as organizadoras deste movimento e as ONGs feministas, de centros urbanos da região nordeste, como a SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Sobre isso, novamente de acordo com Thayer:

A S.O.S Corpo, assim como outras instituições feministas profissionalizadas em todo o Brasil, queria muito estabelecer uma relação com trabalhadoras membros de organizações populares de mulheres como o MMTR. Em boa parte isso tinha por base a origem da S.O.S em movimentos de esquerda na resistência à ditadura e o contínuo comprometimento do pessoal com a construção de um movimento feminista inclusivo.⁹³

Estes contatos com ONGs foram um dos principais meios pelos quais as ideias do feminismo adentraram em movimentos de mulheres rurais no interior do nordeste Brasileiro. Essas trocas que ocorreram entre a SOS Corpo e mulheres de movimentos rurais não se restringiram unicamente às mulheres de movimentos de mulheres rurais da região nordeste, mas também ocorreram entre outros movimentos de mulheres, que se formavam pelo Brasil, como o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.

Não é possível afirmar ainda com precisão, o período exato em que esses contatos começaram a ocorrer; na biblioteca do Movimento de mulheres Camponesas, em Chapecó, há uma série de materiais que foram idealizados por essa ONG, e as publicações mais antigas encontradas datam de 1999 em diante. Mas certamente esses contatos já existiam desde antes, visto que a SOS Corpo surgiu em 1979 e o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina em 1983, ou seja, em datas muito próximas e em um contexto muito propício para propagação de organizações de mulheres rurais e reivindicações feministas pelo país.

As publicações da SOS Corpo são muito direcionadas para a formação política de base; por exemplo, as séries “Formação Política” e os “Cadernos de Crítica Feminista”, têm desenvolvido, desde meados da década de 2000, discussões sobre divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico, mulheres como sujeitas do trabalho, assim como discussões

⁹³ Idem, p. 120.

sobre a importância histórica, necessidade e atualidade do feminismo em lutas sociais atuais, dentre outros temas.⁹⁴

Assim, pode-se afirmar que muitas das mulheres que participavam de movimentos de mulheres no campo, no Paraguai e no Brasil, desde antes de 2005 e 2010, respectivamente, entraram em contato com as ideias do chamado feminismo de Segunda Onda, exatamente devido a essa circulação de leituras e de informações entre os movimentos de mulheres urbanos e rurais. A atuação da ONG SOS Corpo é ilustrativa exatamente neste sentido. As mulheres que participavam desses movimentos, certamente simpatizaram com conceitos mais direcionados ao feminismo, pois perceberam que muitas das reivindicações feministas estavam presentes em vários aspectos de suas vidas. Tal qual Millie Thayer, de forma muito pertinente, nos indica no trecho adiante,

[...] muitos desses movimentos [...] não se identificaram explicitamente como “feministas”, mas todos, em diferentes maneiras, lutaram contra a subordinação da mulher e a favor de relações de gênero estruturadas na base da igualdade.⁹⁵

O termo implícito a que me referi anteriormente é, portanto, cabível nesta investigação, pois serve para detectar que possíveis aproximações entre esses movimentos, de mulheres rurais e o feminismo, certamente existiram. Isso considerando, evidentemente, as mais diferentes formas pelas quais o feminismo foi sendo instrumentalizado e praticado desde seu surgimento nos países em questão.

Ou seja, as reivindicações “estruturadas na base da igualdade” eram um ponto em comum e central em ambas as partes; logo, esse tipo de luta em comum acabava de uma forma ou de outra, conectando-as. De todo modo, cabe dizer que esses possíveis contatos e discussões que

⁹⁴ Os materiais a que tive acesso e que foram analisados foram: Série: Formação Política: AVILA, Maria Betânia. **Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico**. Recife: SOS Corpo Edições, 2009; SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS Corpo Edições, 2010; SILVA, Carmen (Org.). **Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia**. Recife: SOS Corpo Edições, 2007. Revistas: Cadernos de Crítica Feminista. Ano III, Nº 3, 2009 e Cadernos de Crítica Feminista. Ano IV, Nº 3, 2010.

⁹⁵ THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2001, vol. 9, n.1, p. 103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>>. Acesso em abril de 2012.

ocorreram sobre gênero e feminismo no interior desses movimentos, aconteceram inegavelmente por meio de processos diferenciados daqueles ocorridos nas cidades, pois a própria absorção dessas ideias ocorreu com outras configurações.

O trecho a seguir, escrito por uma participante do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, Isaura Isabel Conte, pode nos dar uma ideia sobre como o feminismo foi difundido nos movimentos de mulheres camponesas, por meio de formas diferenciadas, mas ainda assim - a partir de um determinado momento -, influentes entre as discussões que permeavam aqueles movimentos de mulheres rurais:

A pressão do feminismo acontece mais de fora para dentro do país, do que internamente. Sabe-se que o feminismo no Brasil surge a partir da França, e Estados Unidos, sendo no início, um movimento pequeno burguês, até pelo fato das mulheres da classe média terem condições de pautar tais reivindicações. Sabe-se, também, que o feminismo brasileiro assumiu bem mais o cunho da luta classista em primeiro plano, do que reivindicações no campo da sexualidade das mulheres. [...] Concorda-se que o feminismo transita com maior facilidade na cidade, mas, passa a agradar as mulheres camponesas, mesmo que a maioria não tenha coragem de afirmar e falar sobre o assunto. Sempre foi algo meio subversivo, mas quem disse que as mulheres camponesas não realizavam subversões? Talvez, se não as cometessem, não teriam sobrevivido. [...] Elas começaram, lentamente, a dar passos rumo à libertação se organizando em Movimentos específicos de mulheres. Falar de feminismo ou aborto, ambos temas polêmicos, na realidade conservadora em que viviam, seria menos estratégico. As ações foram mais importantes do que os nomes e isto demonstrava ousadia e rebeldia.⁹⁶

⁹⁶CONTE, Isaura Isabel. Feminismo e Campesinato no Brasil. **Rev. Elet. Ágora**. Ano IV, nº 8. p. 36, Jun 2009. Disponível em <http://agora.ceedo.com.br/agora8/feminismoecampesitano_IsauraConte.pdf>. Acesso em junho de 2012.

Neste sentido, podemos dizer que muitas das ideias feministas que acabaram adentrando no campo – naquele período inicial de formação, ou mesmo em períodos posteriores – foram apropriadas por esses movimentos de mulheres rurais, de formas muito graduais, e de várias maneiras ressignificadas por suas integrantes, através das discussões, reflexões e debates que constantemente ocorreram. Posteriormente, a partir do momento em que foi percebida a importância do feminismo para suas lutas e objetivos, essas ideias foram sendo instrumentalizadas⁹⁷ por esses movimentos, e adaptadas de acordo com a realidade social vivida por cada uma dessas organizações, moldando-se de acordo com as especificidades de cada região.

2.2 Gênero, classe, religiosidade e feminismo: interlocuções, distanciamentos e proximidades

Sobre a formação dos dois movimentos de mulheres aqui tratados, tanto o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, quanto a Coordinación de Mujeres Campesinas, já pelo fato de se definirem com as nomenclaturas ‘movimento de mulheres’ ou ‘coordinación de mujeres’, nos levam a perceber que foram formadas a partir da necessidade nítida de serem reivindicadas causas ligadas primeiramente a questões de classe e depois de gênero. Elas, como agricultoras, pertencentes à classe trabalhadora, e como mulheres, passaram, a partir de um determinado momento, a compreender que precisavam lutar por seus direitos específicos; assim, um movimento de mulheres seria um espaço importante para que alcançassem esses objetivos.

Jacir L. Casagrande, em sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo, a qual enfocou as mulheres agricultoras de Santa Catarina, observou sobre esses momentos iniciais, que:

Em Santa Catarina o Movimento de mulheres agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. Por um lado a problemática vivida pela pequena produção, no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de

⁹⁷PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 117.

inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam embora de forma anônima⁹⁸.

Casagrande nos indica, ainda, que muitas das reivindicações iniciais das mulheres agricultoras de Santa Catarina estavam voltadas, sobretudo, para a luta das mulheres rurais, por conseguirem aposentadoria e por paridade de participação dentro dos sindicatos rurais.⁹⁹ O feminismo, de acordo com a grande maioria das pesquisas sobre esses movimentos de mulheres, veio depois, e não concomitantemente a esses dois elementos a classe e o gênero. A partir do que Casagrande nos traz, isso fica bem nítido, e é algo que precisa ser levado em conta quando se pensa nos pressupostos da formação desses movimentos sociais.

Portanto, o feminismo apareceu dentro desses pressupostos, mas nessa fase inicial, ainda era de forma muito subliminar e que não era refletida, ao menos formalmente, no interior das discussões. O que também pôde ser notado através dos trechos das falas de Isaura e de Luci, destacados anteriormente, é que geralmente o feminismo não era enxergado inicialmente como algo útil para o cotidiano vivido; não era considerado algo muito palpável ou pragmático para a realidade delas. Além disso, o feminismo era associado a uma causa pequeno-burguesa e isso o distanciava das lutas da classe trabalhadora a que aquelas mulheres anunciadamente faziam parte.

No caso das mulheres camponesas do Paraguai - como naquele país a ditadura militar demorou mais para acabar: em 1989 - grande parte das reivindicações da Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC) chamava a atenção para o aumento da participação de mulheres nas lutas camponesas, para que tivessem mais representatividade política e, dessa forma, contribuíssem mais na luta pelo fim da ditadura, pelos direitos humanos e pela reforma agrária - contra o avanço do agronegócio - uma das principais bandeiras defendidas pelo Movimiento Campesino Paraguayo, ao qual esta Coordinación era submetida¹⁰⁰.

⁹⁸CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina**. 1991. 87p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. p. 37.

⁹⁹Ibidem, p. 45.

¹⁰⁰ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena: Semilla para una siembra**. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008, p. 178.

A CMC , como já dito, não trazia em suas fases iniciais, discussões diretamente ligadas ao feminismo. Porém, num discurso mais recente, Maguierina Balbuena Cardoso, uma das lideranças, tanto do MCP quanto da CMC, ao indicar alguns dos direcionamentos desta última, ressalta que

Nosotras reivindicamos justamente la igualdad, la dignidad como personas y no queremos que haya más desigualdad por sexos. Somos feministas en tanto reivindicamos lo más noble del ser humano que es la dignidad, y esa dignidad tiene que estar basada en la justicia, y esa justicia nosotros decimos que es la igualdad.

A nosotras se no ha acusado de feministas, pero hay que definir-lo, ser feminista no es malo, si no no tendría razón de ser nuestra organización de mujeres. Y el feminismo surge porque hay opresión, porque hay desigualdad, porque hay exclusión, por eso surge el movimiento de mujeres. Ahora si con el correr del tiempo el objetivo del sistema es que el feminismo se convierta en una contradicción y en un choque permanente con los varones, no estamos de acuerdo con eso. Porque si va por ese camino la lucha de las mujeres entonces se va a crear el movimiento machista a nivel mundial, se vá a confrontar y se va a desviar la raíz, la espina dorsal del asunto que es el problema de clase. Va a haber confrontaciones, choques, divisiones, y eso va a servir al sistema a mantenerse.¹⁰¹

¹⁰¹ Idem, p. 219. Tradução Livre: Nós reivindicamos justamente a igualdade, a dignidade como pessoas e não queremos que haja mais desigualdade por sexos. Somos feministas e, portanto, reivindicamos o mais nobre dos seres humanos que é a dignidade, e essa dignidade deve ser baseada na justiça, e essa justiça nós dizemos que é a igualdade. Muitos nos têm acusado de feministas, mas é preciso definir isso, ser feminista não é ruim, se não não haveria motivo para que a nossa organização de mulheres existisse. O feminismo surge porque há opressão, porque há desigualdade, porque há exclusão, e é por isso que o movimento de mulheres surge. Agora, se ao longo do tempo o objetivo do sistema seja que o feminismo se converta em uma contradição e um choque permanente com os homens, com isso não concordamos. Porque se a luta das mulheres for por esse caminho, então se irá criar um movimento machista a nível mundial, será criado somente o confronto e se vai desviar da raiz, da

Esta fala de Maguiorina data de 2007, período no qual suas reflexões acerca de sua identificação com o feminismo, certamente estavam mais bem definidas, do que quando a CMC foi formada, nos anos 1980. Podemos notar, a partir dessa fala, que no Paraguai, o processo de identificação das mulheres rurais da *Coordinación de Mujeres Campesinas* com o feminismo adquiriu feições que se aproximam, de certa forma, do Movimento de Mulheres Agricultoras do Brasil, na medida em que, apesar de Maguiorina se identificar atualmente com o feminismo, o viés de classe é colocado como sendo central para o movimento do qual fazia parte. Ou seja, há uma identificação por parte dela, porém, ela é dotada de algumas especificidades, que tendem a colocar a condição camponesa acima de qualquer questão feminista. O feminismo que está presente nesse movimento rural paraguaio acaba se tornando uma luta, de certa forma, secundária, que se estrutura e se molda a partir de necessidades consideradas prioritárias, como a questão da opressão da classe camponesa e isso é algo que aparece desde a fase inicial dessa coordenação de mulheres.

Aliás, associado à centralidade da questão de classe e a desqualificação, que geralmente ocorria com relação ao feminismo, é importante frisar que a fase inicial de organização desses movimentos de mulheres rurais foi marcada também pela atuação religiosa da corrente progressista da Igreja Católica, a Teologia da Libertação¹⁰², das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra. Entidades que foram bastante importantes naquele momento, pois praticamente deram todo respaldo inicial para a formação de muitos movimentos sociais no campo, inclusive os de mulheres rurais. Há uma reconhecida oposição entre feminismo e Igreja Católica, sobretudo em áreas rurais, e isso é um fator que também merece mais atenção; algo analisado a seguir.

espinha dorsal do assunto, que é o problema de classe. Haverá confrontos, conflitos, divisões, e isso vai servir para que o sistema se mantenha.

¹⁰² A Teologia da Libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos 70, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da Igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos. Ver DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense**. 1996. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

Em grande medida, as reuniões no interior das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁰³, que eram realizadas em salões paroquiais das comunidades camponesas do interior de Santa Catarina, impulsionaram muitas mulheres do campo a se organizarem. A Igreja era um espaço onde as mulheres tradicionalmente tinham “passe livre” para desenvolverem outras atividades, que estavam fora dos espaços domésticos.

Dentro da lógica camponesa e daquilo que muitos estudiosos sobre o meio rural chamam de “campesinidade”¹⁰⁴, algumas normas sociais eram, naquele período dos anos 1980, extremamente rígidas e limitadoras diante do papel que deveria ser desempenhado pelas mulheres, dentro e fora dos espaços domésticos; espaços onde, tendia-se a pensar que, naturalmente lhes pertencia.

Muitos dos depoimentos de mulheres do MMC analisados indicam que um dos marcos do início da participação no movimento foi a ideia de que “colocaram o pé para fora de casa.”¹⁰⁵ Isso nos dá uma ideia de que espaços públicos geralmente não eram entendidos como espaços possíveis para a participação de mulheres. A Igreja, neste sentido, era um dos únicos espaços “autorizados”, onde elas poderiam se reunir com outras mulheres, para desenvolverem algum tipo de atividade.

Os Clubes de Mães eram exemplos dessas formas de reunião das mulheres nos espaços das Igrejas, nesse período do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, além das Comunidades Eclesiais de Base, que se formaram posteriormente.

Neste sentido, uma vertente teórica da Igreja Católica, a Teologia da Libertação, foi muito importante para o início do MMA, pois permitiu em espaços da Igreja, uma ampliação e diversificação das atividades de muitas mulheres do meio rural. Desse ponto, até começarem a se reunir e também discutir de forma mais crítica sobre suas realidades, não passou muito tempo.

O papel desempenhado pela Igreja no meio rural foi marcado por inúmeras complexidades e controvérsias, pois a religião de diversas

¹⁰³ MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênesis**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁰⁴ Esses valores, de acordo com esta autora, seriam honra, hierarquia, reciprocidade e tradição. MARQUES, Maria Inês M. Terra e Modernidade em Assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (Org.). **Os significados da terra**. Brasília: UNB, 2004. p. 255 – 289.

¹⁰⁵ Diário de Campo, 25 de maio de 2012.

maneiras influenciava, sobretudo naquele período, os aspectos simbólicos seculares do universo camponês. Sobre isso, Renk nos aponta para a postura ambígua da atuação da Igreja Católica naquela época, indicando que, se por um lado a atitude da Igreja foi marcada, naquele momento específico, por sua atuação progressista e que estimulava a participação maior das mulheres nas decisões sobre suas comunidades, por outro lado, havia sido marcada anteriormente, por sua postura profundamente normativa, e isso preponderou ao longo de um período muito maior, algo que se refletia ainda em muitos comportamentos, posturas e mentalidades¹⁰⁶.

Assim, se por um lado a Igreja, por meio de agentes pastorais, promovia reuniões que visavam uma integração maior com a comunidade, ao abrir seu espaço para debates em torno das condições de trabalho e vida desses trabalhadores e trabalhadoras rurais, por outro lado apresentava uma postura muito rígida e conservadora sobre determinados temas, principalmente aqueles que discutiam o papel das mulheres na sociedade. O posicionamento da Igreja Católica era muito claro, quando o assunto era feminismo: era abertamente contra o que o feminismo de Segunda Onda proclamava, condenando como pecaminosas as discussões sobre corpo, contracepção - o uso da pílula anticoncepcional -, sexualidade, aborto etc.¹⁰⁷

Possivelmente, foi exatamente devido a essa forte influência exercida pela Igreja Católica em comunidades rurais e suas inúmeras condenações às teorias feministas, que muitos movimentos de mulheres rurais, sobretudo do Brasil, não tenham se identificado anteriormente a década de 2000 com o movimento feminista. Ou seja, o processo diferenciado de contato com o feminismo, que ocorreu em muitas dessas áreas rurais, também se deve, em grande medida, a influência exercida pelo catolicismo nessas regiões. No entanto, a partir de fins da década de 1980, passa a ocorrer um gradativo distanciamento entre esses Movimentos de Mulheres Rurais brasileiros e a Igreja; de acordo com Silva e Paulilo,

¹⁰⁶ RENK, Arlene. Mulheres Camponesas: Experiência de Geração. In: MORGA, Antonio Emílio. **História das mulheres de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2001.

¹⁰⁷ Ver DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense**. 1996. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

Estudos e depoimentos de mulheres que, naquele período, fizeram parte do MMA lembram que, com o aprofundamento de outras questões da ordem da sexualidade, afetividade e conflitos nos relacionamentos, passaram a emergir pontos de tensão com as doutrinas religiosas, mesmo as mais progressistas. Havia muitas resistências em estabelecer relações entre as lutas do movimento com as questões percebidas como do “feminismo”. [...] As mulheres do MMA passaram a perceber que havia angustias pessoais que o movimento, sob a égide da Igreja, não resolvia, as quais elas tinham necessidade de discutir. As posições se deslocam e o MMA acabou se afastando da Igreja e aproximando-se de algumas questões tidas como feministas, incorporando, com o passar do tempo, parte das reivindicações do movimento feminista redimensionadas para a vida e necessidades no campo.¹⁰⁸

E foi exatamente a partir dessa percepção, de que muitas das reivindicações consideradas como sendo feministas também estavam presentes na área rural, que esse processo de identificação começou a ganhar contornos mais significativos. Luci Choinacki, quando perguntada em entrevista sobre sua identificação com o feminismo, aponta para algumas questões importantes nesse sentido:

Larissa – E hoje, você se considera feminista?

Luci – Eu acho que as bandeiras que eu levantei sempre foram feministas. Eu acho que assim: quando eu defendo o direito a participação política, a própria holística do ser humano, da mulher, eu já sou uma feminista. Mas não deslocada da realidade social, é diferente de você ser uma feminista teórica, eu respeito que precisa de teoria. Eu sou uma feminista prática, da realidade social.

¹⁰⁸ PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinacki: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 43 - 44.

Larissa – E desde quando, você tomou essa auto-identificação?

Luci – Eu acho que a primeira vez foi quando eu disse pra minha mãe quando eu tinha uns dez, onze anos de idade, que eu jamais ia aceitar me humilhar dentro de casa. Eu amava meu pai, eu disse pra minha mãe, mas eu ia dar um tranco no meu pai. Eu não ia permitir isso acontecer, eu acho que quando se está junto é porque se ama, e não por outra coisa. Então foi a partir de um olhar, de como eu queria o mundo. E eu não tive oportunidade de discutir na época, depois que eu fui ver isso. E quando eu defendo hoje que o direito de pensar, o direito de escolha que cada ser humano deve ter, que a mulher deve ter, o direito à cultura, o direito a sua espiritualidade, seja qual for a dimensão que você queira dar, que não seja dito que você tenha que pensar assim e agir assim, o direito ao seu corpo, que você possa pensar no que vai fazer, que cada ação tem uma reação, que a gente seja responsável por tudo, e a gente ocupe um espaço que não seja desligado da via real, ambiental e social.¹⁰⁹

Luci se diz feminista nos dias de hoje, mas podemos dizer que esse feminismo possui características repletas de especificidades, na medida em que, assim como apareceu em sua fala, há um enaltecimento da prática e uma crítica à teoria, ou melhor, às “feministas teóricas”. Isso significa que sua identificação com o feminismo possui um caráter pragmático, que defende a igualdade de direitos para as mulheres camponesas, mas que não necessariamente precisa ser amparado por muitas teorias, pois é forjado cotidianamente.

No Paraguai, a Igreja progressista, apesar de ter fornecido importante apoio na década de 1970 para organizações camponesas, não possuía relações diretas com o Movimiento Campesino Paraguayo, nem com as mulheres da Coordinación de Mujeres Campesinas. O distanciamento com a instituição católica, diferentemente do que

¹⁰⁹ LUCI CHOINACKI. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital). Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

ocorreu no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, ocorreu anteriormente à formação do MCP, ainda em fins da década de 1970.¹¹⁰

Nesse sentido, apesar de a Igreja Católica também ter atuado de forma significativa no meio rural paraguaio, esse conservadorismo da Igreja com relação ao feminismo não pode ser considerado um fator determinante para o processo diferenciado e tardio de identificação desse movimento com o feminismo. Havia outros elementos nesse processo, ligados, sobretudo, as inclinações políticas do *Movimiento Campesino Paraguayo* e da *Coordinación de Mujeres Campesinas*, que chegavam a determinar o grau de importância a ser destinado ao feminismo naquele movimento. O trecho da entrevista realizada com Maguiorina revela alguns pontos relevantes nesse sentido:

Cristina: E hoje, você diz que é feminista?

Maguiorina: Sim, eu sou feminista.

Cristina: E desde quando?

Maguiorina: Bom, nesta época [de ditadura] praticamente não se discutia esse problema, eram outros problemas muito mais graves, quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou. [...] Trabalhamos pelas organizações camponesas, em 1977 conformamos um comitê de organização campesina nacional, trabalhamos e em 1980 se funda um movimento campesino paraguaio, em plena ditadura, todavia [...] ¹¹¹.

O discurso construído por Maguiorina, para falar sobre a época da ditadura militar em seu país, possui um viés de militância, que procura colocar o *Movimiento Campesino Paraguayo* sempre em primeiro plano, antes de outras questões, inclusive de sua luta como feminista. E, apesar de nos dias de hoje se dizer feminista, quando é perguntada “desde quando?”, sua fala é enfática, ao dizer que, na época da ditadura, esta questão praticamente não era discutida no grupo campesino do qual fazia parte.

¹¹⁰ ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena**: Semilla para una siembra. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

¹¹¹ MAGUIORINA BALBUENA CARDOZO. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, em Assunção, Paraguai, no dia 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas, revisada por María Laura Osta Vázquez.

Além disso, é perceptível a desqualificação que Maguiorina faz das lutas do movimento feminista na época, ao dizer que existiam “outros problemas muito mais graves”; esse pensamento pode ser associado a uma tradição e a um ideário marxista, presente em muitos movimentos sociais de esquerda no Cone Sul naquele período. Cristina Scheibe Wolff¹¹² nos indica que muitos desses grupos de esquerda partilhavam de “matrizes discursivas”, que muitas vezes se baseavam nas correntes político-ideológicas do marxismo, leninismo, trotskismo, etc. Essas correntes consideravam o feminismo como sendo algo “pequeno-burguês”, e talvez por ter em seu discurso questões que claramente nos remetem a uma inclinação marxista, Maguiorina considera que a luta feminista era algo a ser colocado em segundo plano, e que o projeto socialista ou a luta contra a repressão da ditadura deveriam ser priorizados. Wolff também nos fala que:

Embora a incorporação de mulheres nos grupos de esquerda armada não possa ser vista apenas como uma decorrência ‘natural’ do feminismo é certo que não se pode pensar esses dois acontecimentos (o feminismo da Segunda Onda e a luta armada) como totalmente isolados um do outro¹¹³.

A partir desse raciocínio de Wolff, podemos pensar na própria situação da CMC no período dos anos 1980. Apesar de uma visível desqualificação com relação ao feminismo por parte de Maguiorina - algo que também pode se estender para os posicionamentos gerais do movimento de que fazia parte -, o trecho acima traz mais um argumento, que nos possibilita perceber que a própria inserção das mulheres dentro dos movimentos de esquerda - fosse armada ou não, como é o caso da CMC - está muito relacionada, dentre outras coisas, à influência das ideias propagadas por muitos movimentos feministas da época, mesmo que tal influência não tenha sido, a priori, muito evidente ou direta.

2.3 Campesinato e Movimentos sociais do campo: análises sobre as categorias camponês/camponesa e as articulações do MMC e da CONAMURI com a Via Campesina e a CLOC.

¹¹²WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. *Rev. Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 19-38, dez 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em março de 2012.

¹¹³ Idem. p. 22.

Neste subtópico o objetivo é de forma breve, situar o contexto de algumas das redes de Movimentos Sociais a que essas organizações do campo se associam, como a Via Campesina e a CLOC. Bem como destacar as categorias analíticas que utilizam para se definirem como movimentos camponeses/campesinos.

Uma dessas categorias é o campesinato. Este é entendido aqui como uma categoria de análise histórica. Assim entendo também os termos que essa categoria engloba, que são: camponês, camponesa, campesina, campesino. Nesta pesquisa me baseio na conceituação acerca do campesinato que está presente na obra: “Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas – O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980”, organizada por Bernardo Maçano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo, em que é definido:

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. [...] A categoria é reconhecida pela produção em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. [...] Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais) que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa). Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural,

político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como uma categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referencia identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns [...] ¹¹⁴.

Esta obra, cujo trecho foi destacado acima, foi escrita em diálogo direto com os movimentos sociais de que trata. Assim, o MMC está dentro desse diálogo. Outro movimento social importante, a Via Campesina, embora de forma indireta, também está presente nesses debates. Isso porque em ambos os Movimentos Sociais do Campo aqui tratados há participantes também da Via Campesina.

Portanto, tanto o MMC como a CONAMURI utilizam os termos campesinato, assim como camponês, camponesa, campesina, campesino em seus discursos de formas muito próximas tanto da Via Campesina como das reflexões do trecho acima. Da mesma forma, a definição do que é entendido por “identidade camponesa” pelo MMC, pela CONAMURI, pela Via Campesina e pela CLOC é praticamente a mesma. A citação a seguir ilustra bem essa questão:

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida.

As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali

¹¹⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: UNESP, 2009. p. 10 – 11.

vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a outra. Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta das demais. Assim é o camponês brasileiro.¹¹⁵

Por outro lado, conforme no indica Vieira¹¹⁶, não pode-se pensar que há um consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de “camponês” / “camponesa”. Por ser um movimento amplo e internacional, cada localidade define o conceito de camponês de acordo com suas especificidades e demandas políticas. Há, porém, características que se entrelaçam, como a de que são trabalhadores do campo, o que os distingue dos trabalhadores urbanos, e a ideia de esse é um conceito político, ou seja cada localidade se apropria do termo de acordo com suas demandas e heranças históricas.¹¹⁷ Por exemplo, no caso do Brasil, o termo retoma a ligação que teve com as Ligas Camponesas¹¹⁸ e, em outros países latino americanos, como o caso do

¹¹⁵ SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Orgs.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

¹¹⁶ VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

¹¹⁷ A esse respeito ver BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas :** o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

¹¹⁸ As Ligas Camponesas eram, de modo geral, associações rurais que se formaram principalmente na região nordeste do Brasil, sob influência do PCB entre as décadas de 1940 e 1960; reuniram trabalhadores/trabalhadoras rurais e camponeses/camponesas que objetivavam lutar, dentre outras coisas, pela reforma agrária e contra a exploração de trabalho feita por grandes proprietários de terras. A esse respeito ver MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989; e AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Paraguai, com as Ligas Agrárias Cristianas¹¹⁹, que empreendeu lutas sociais históricas durante os anos 1970, época em que o país passava pela Ditadura Militar comandada pelo general Stroessner.

É notável o destaque dado, por ambos os movimentos aqui analisados, a Via Campesina e a CLOC.¹²⁰ Essas são instâncias de mobilização social que considero chaves para esta análise, pois estão estreitamente vinculadas aos movimentos aqui enfocados.

A Via Campesina se configura como uma rede transnacional de movimentos sociais do campo, possuindo abrangência global.¹²¹ Ou seja, “é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.”¹²²

O principal objetivo do movimento é tornar uma realidade a soberania alimentar e deter o destrutivo processo neoliberal. Temos a convicção de que os camponeses e camponesas, incluindo os pequenos pescadores, agricultores e povos indígenas, que constituem quase a metade da população mundial, são capazes de produzir alimentos para suas comunidades e alimentar o

¹¹⁹ Aproximadamente dois terços da população do Paraguai nos anos 60 e 70 (época em que este país passava por uma ditadura militar) vivia em áreas rurais. Muitos camponeses e camponesas não demoraram em protestar fortemente diante de um quadro de gradual deterioramento das estruturas de vida de grande parte dessas populações, devido a forte concentração de terras, destruição de recursos naturais, intransigência e descaso do Estado com relação a pequena produção. Esses protestos contaram com a importante participação da Igreja Católica. Foi nessa conjuntura política que se iniciaram as Ligas Agrárias Cristianas. Ver TELESCA, Ignacio. **Ligas Agrárias Cristianas: Orígenes del Movimiento Campesino en Paraguay, 1960-1980**. Asunción: CEPAG, 2010

¹²⁰ CLOC (Coординаção Latina de Organizações Camponesas).

¹²¹ Niemeyer, Carolina Burle de. Soberania Alimentar: a resposta camponesa à agricultura transgênica. In: CONFERÊNCIA ANUAL THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CRITICAL REALISM (IACR). 12, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/57T.PDF>>. Acesso em: setembro de 2013.

¹²² BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas** : o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. p. 15.

mundo de forma saudável e sustentável (tradução livre).¹²³

Surgiu em 1992, em meio à necessidade que foi sendo detectada por grupos sociais de camponeses de várias regiões do mundo, de serem estabelecidas redes mais estreitas de contatos entre movimentos sociais de países da Europa, Ásia, África e América.¹²⁴ Essa constatação ocorreu de forma gradativa através de debates, conferências, congressos e encontros internacionais entre os movimentos sociais dessas regiões, na medida em que foi sendo percebido que suas ações, quase sempre consideradas contra-hegemônicas, ganhariam mais força se fossem realizadas exatamente por meio dessas redes.

Nos países do Cone Sul a Via Campesina se consolidou, sobretudo a partir do final dos anos noventa, quando movimentos como o MST, o MCP, a CONAMURI, o MMC, dentre outros, resolveram se integrar a essa rede, por meio da CLOC. As campanhas defendidas pela Via Campesina tem influenciado as escolhas das campanhas defendidas por esses movimentos sociais. A Campanha de Soberania Alimentar¹²⁵ e a Campanha das Sementes - contra alimentos transgênicos -, por exemplo, dois dos principais temas de luta da Via Campesina desde o seu surgimento, são também algumas das principais bandeiras de lutas desses movimentos sociais em questão.¹²⁶

O movimento propõe formular propostas em relação a temas como: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável,

¹²³ VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta, Febrero de 2011. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em 20 de setembro de 2012.

¹²⁴ VIA CAMPESINA – BRASIL. **Via Campesina** – Histórico, natureza, linhas políticas internacionais e projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: Edição Via Campesina Brasil, 2002.

¹²⁵ De acordo com Boni, (...) a Via Campesina apresentou um conceito de soberania alimentar na Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1996, em Roma, pela FAO. Este conceito ressalta a soberania alimentar como “o direito que os povos têm de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem dumping de outros países”. BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas** : o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. Florianópolis, 2012. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. p.153.

¹²⁶ Idem.

migração e trabalhadores rurais, questões de gênero.¹²⁷ “A estrutura organizativa da Via Campesina é simples e sua proposta, segundo o próprio movimento, é ser horizontal, ou seja, não hierarquizada. As decisões políticas do movimento são realizadas nas conferências gerais, que se reúnem a cada quatro anos em países diferentes, de forma a contemplar as diferentes regiões do mundo”¹²⁸.

Dentro do processo de surgimento da Via Campesina também foram concretizadas articulações regionais nos continentes. Esse fato acabou por fortalecer mais ainda o caráter internacionalista do movimento. Nesse sentido, tem relevância também o surgimento da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

A CLOC foi formada em 1994, em uma conferencia camponesa internacional realizada em 1994, na cidade de Lima, no Peru. Sua formação foi motivada, por um lado, por uma oposição ao neoliberalismo e, por outro, ao embargo norte-americano a Cuba, tendo afiliado-se a Via Campesina desde então¹²⁹. As campanhas defendidas pela CLOC muito próximas as da Via Campesina. Atualmente, pode-se dizer que a CLOC é a representação latino-americana da Via Campesina, já que as organizações filiadas em ambas são as mesmas.

Essa união entre Via Campesina e CLOC ocorre em grande medida por esses movimentos sociais do campo estarem inseridos em contextos sociopolíticos bastante semelhantes e por possuírem linhas políticas muito próximas. Por isso, em grande parte, as organizações que estão na CLOC integram também a Via Campesina. Os movimentos sociais brasileiros que compõem a Via Campesina e a CLOC são: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). No Paraguai o MCP e a CONAMURI também integram tanto a CLOC como a VIA CAMPESINA.

¹²⁷ Vieira Op. Cit

¹²⁸ VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011. p. 150.

¹²⁹ NIEMEYER, Carolina Burle de. **Contestando a governança global**: a Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via Campesina e suas relações com a FAO e OMC. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais. p. 77.

Ou seja, tanto o MMC como CONAMURI fazem parte dessa grande rede internacional de movimentos sociais do campo, sendo que muitas de suas pautas são frutos das campanhas lançadas coletivamente no interior das conferências e encontros da Via e da CLOC.

No entanto, se essas associações aparecem como óbvias atualmente isso não quer dizer que foi sempre assim. Na realidade, o MMC se associou a Via Campesina em 2004, mais especificamente, ano em que ocorreu um encontro dessa organização aqui no Brasil. Neste mesmo encontro os debates sobre direitos das mulheres do campo foram intensos. É importante frisar que o Movimento de Mulheres Camponesas passou a ter esse nome em 2004. Antes se chamava Movimento de Mulheres Agricultoras. Junto a essa mudança de nome estão envolvidos uma série de fatores relevantes para a história desse movimento e para a sua posterior identificação com o feminismo.

A ideia de uma alteração do nome desse movimento já vinha de tempos, pois em seus debates coletivos foi sendo entendido que o termo camponesas poderia agregar uma significação mais ampla para suas pautas de reivindicações. No livro publicado pelo próprio MMC sobre sua história há um trecho que explica essa mudança:

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas.¹³⁰

¹³⁰ PALUDO, Conceição (Org.) **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida.** São Leopoldo – CBI, 2009.

Não se pode deixar de notar que, mesmo que as camponesas do MMC não assumam explicitamente a influência da Via Campesina em suas pautas, ela transparece nesta decisão de mudança de nome, de Movimento de Mulheres Agricultoras para Movimento de Mulheres Camponesas. Esta tomada de decisão ocorreu praticamente no mesmo momento em que passaram a fazer parte da Via.

Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina, que ocorreu também em 2004 no Brasil. Essa união já vinha sendo discutida há tempos pelas organizações que faziam parte da ANMTR. Ou seja, essa decisão de mudança de nome e, por consequência, a adoção do termo “mulheres camponesas”, foi tomada dentro de todo um contexto de articulações e negociações que estavam ocorrendo entre vários movimentos sociais de mulheres há tempos. Essa mudança de nome ocorreu como uma consequência das articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados nas últimas décadas em relação à própria existência de algumas organizações.

Com relação ao Paraguai e o conceito de camponesas defendido pela CONAMURI, pode-se dizer que está ligado a um longo processo de inserção das ideias sobre campesinato, que tem ocorrido desde a formação do Movimiento Campesino Paraguayo em 1979. Ideias ligadas ao marxismo e à luta de classes estão incorporadas no substrato desses movimentos sociais do campo e tem se reproduzido entre seus e suas militantes, nas diversas articulações em que vem atuando.

No processo de formação da CONAMURI em 1999, o conceito de camponês ligado à teoria marxista era uma das premissas básicas que moviam suas definições políticas. A esses conceitos marxistas de campesinato, foi acrescentado o debate de gênero, pois as militantes da Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC) – única organização nacional que defendia questões de mulheres do campo até então – e que posteriormente fundaram a CONAMURI, entendiam que se não se organizassem em um movimento mais amplo, que fosse específico de mulheres e autônomo, não iriam ter a representatividade necessária para fazerem as suas demandas serem ouvidas e encaminhadas. Entre essas demandas, as principais eram ligadas à violência e à situação de opressão e submissão a que muitas mulheres estavam, social e culturalmente, submetidas nas comunidades rurais onde a CMC atuava.

A formação de uma Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) foi entendida como necessária para que ocorresse um destaque maior para as mulheres, pois

isso era algo que não vinha acontecendo na CMC de forma satisfatória. Muitas questões ligadas à exploração e violência contra as mulheres não eram consideradas prioritárias no interior do MCP. E como a CMC era uma coordenação submetida ao Movimento Campesino Paraguayo, a formação da CONAMURI era iminente.¹³¹

Para a CONAMURI, as categorias “mulher rural” e “campesina” significam a mesma coisa. Dizem respeito às mulheres da classe trabalhadora, pobres, que vivem e trabalham no campo e seu sustento é oriundo do excedente de sua plantação em seu pequeno lote de terra. As camponesas que militam na CONAMURI de um modo geral vivem do que plantam, as terras onde trabalham são arrendadas ou oriundas de ocupações organizadas em conjunto com outras organizações do campo. Dificilmente são proprietárias de suas terras. E se o são, é em decorrência de processos de ocupação de terras, empreendidos em conjunto com outros movimentos sociais do campo, como o MST do Paraguai.

Diferentemente do Brasil, onde a maior parte das militantes possuem lotes de terras, muitos deles em seus nomes, e realizam aquilo que é entendido por agricultura familiar, as camponesas do Paraguai não tem acesso às políticas públicas, como as que existem no Brasil há algum tempo, como o Pronaf mulher¹³². O acesso a esse tipo de política é muito mais escasso no Paraguai. E este é um fator que leva à ações organizativas de cunho muito mais radical e violento por parte das mulheres camponesas de lá. Em ações conjuntas com camponeses, que muitas vezes são seus companheiros de vida, invasões de terras são feitas. Há, inclusive, disputas territoriais graves com os chamados

¹³¹ Ver OCAMPOS, Geneveva. **Mujeres campesinas y estrategias de vida: el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA)**. Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, 2007. E GUZMÁN, Tomás. Breve Historia del Campesinado Paraguayo. In: ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena: Semilla para una siembra**. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

¹³² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ligado ao BNDS, que concede crédito a juros baixos as mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. Ver <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financieiro/Programas_e_Fundos/pronaf_mulher.html>. Acesso em janeiro de 2014.

brasiguaios - fazendeiros brasileiros ligados à produção da soja, e que são proprietários de terras paraguaias.¹³³

As teorias que embasam esses movimentos sobre o “ser campesino” está incorporada há mais tempo pelos movimentos sociais rurais do Paraguai. Há todo um modo de vida que é característico de áreas interioranas e que está ligado às tradições guaranis; além do amplo histórico de reivindicações, desde os anos 1970, diretamente relacionado a um quadro histórico de pobreza e exclusão social, que definem o “*campesino*” paraguaio com identidades, que alternam entre pobreza, insubmissão e mobilização social contra essa situação.¹³⁴ Ocorreram entre 2002 e 2004 diversas articulações entre os movimentos camponeses rurais do país, a Via Campesina e a CLOC. No final de 2004, em uma assembléia geral de camponeses, dentre os quais se incluem as militantes da CONAMURI, ficou definida a entrada desses movimentos na Via Campesina e na CLOC.

As datas de inserção dos movimentos brasileiro e paraguaio nesses movimentos internacionais são muito próximas, o que pode ser um indicativo da semelhança das pautas de reivindicações, tanto da CONAMURI quanto do MMC, sobretudo no que diz respeito à participação e luta por direitos das mulheres.

Após as breves contextualizações sobre as articulações entre MMC, CONAMURI, CLOC e Via Campesina, passo para uma segunda etapa dessa contextualização: a inserção das discussões sobre gênero no interior da Via e da CLOC (que posteriormente serviriam de pano de fundo para a própria identificação do MMC e da CONAMURI com o feminismo, como será visto no capítulo três.).

¹³³ Esta discussão sobre brasiguaios é bastante complexa e permeada por conflitos. Para esta pesquisa me limito a citá-la com o objetivo de relacioná-la com as reivindicações da CONAMURI. Essas reivindicações ocorrem em larga medida em lutas por posse de terras que os camponeses paraguaios realizam contra os brasileiros que vivem nessas terras. Esses conflitos estão ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terras do Paraguai, ao qual a CONAMURI possui conexões e representantes que atuam em seu interior. A esse respeito ver Sprandel, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, Ago 2006, vol.20, no.57, p.137-156. ISSN 0103-4014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a11v2057.pdf>> Acesso em janeiro de 2014.

¹³⁴ Evidentemente, essas identidades não podem ser generalizadas a todos e todas as camponesas do Paraguai. Refiro-me aqui aqueles e àquelas que estão organizados em movimentos sociais.

Foi logo após a Conferência da Via Campesina em Tlaxcala, em 1996, que as mulheres do movimento começaram a se organizar de forma autônoma, passando a promover fóruns de discussão.¹³⁵ Com a Conferência de Bangalore, em 2000, o tema das mulheres foi efetivamente inserido como pauta, sendo considerado relevante para os rumos do movimento. No decorrer da década de 2000 ocorreram três Assembleias Internacionais das Mulheres da Via, em 2000, 2004 e 2008. Essas, por sua vez, antecederam as Conferências Internacionais da Via Campesina. No ano de 2006 foi realizado na Espanha o I Congresso Mundial de Mulheres da Via Campesina. Nestes eventos foram discutidos temas como: a importância do papel das mulheres para o campesinato; violência contra as mulheres do campo; formas de desigualdade de gênero no interior da Via Campesina e dos movimentos sociais mistos do campo. Após esses eventos foi sendo gradativamente conquistada maior paridade nas instâncias representativas da organização¹³⁶. A preocupação com a participação das mulheres nas reivindicações da Via Campesina pode ser vista neste trecho de um documento da organização:

As mulheres têm um papel fundamental no trabalho da Via Campesina. Segundo a FAO, as mulheres produzem 70% dos alimentos mundiais, mas estão marginalizadas e oprimidas pelo neoliberalismo e o patriarcado. O movimento defende os direitos das mulheres e a igualdade de gênero em todos os níveis, além da luta contra todas as formas de violência contra as mulheres (tradução livre).¹³⁷

No Brasil e no Paraguai a Via Campesina tem mobilizado as mulheres camponesas, principalmente em torno das atividades do Dia Internacional da Mulher. A Via Campesina e a CLOC possuem um mesmo calendário de lutas, com três datas anuais, que correspondem às ações unificadas internacionais promovidas por esses movimentos.

¹³⁵ Vieira, Op. Cit.

¹³⁶ VIVAS, Esther Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, nº 288. Barcelona - Espanha, Janeiro de 2012. p. 46-55. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/web/revistas.php?numRevista=288>>. Acesso em dezembro de 2013.

¹³⁷ VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta, Febrero de 2011. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em 20 de setembro de 2012.

Um das datas principais datas é o 8 de março, o que demonstra a importância que essas organizações dão para as questões ligadas a igualdade de gênero e ao combates a violência contra as mulheres, como pode ser visto em outro documento da Via:

Por um mundo sem violência contra as mulheres - nossa luta também é pelo fim de toda forma de violência cometida contra as mulheres. A violência está alicerçada no machismo, no modelo de sociedade patriarcal e capitalista, que nos coloca como mercadorias e objetos, e outras formas de mercantilização do nosso corpo, além da exploração da nossa força de trabalho não remunerada. Temos o direito de decidir sobre os rumos de nossas vidas e de nossa sexualidade. A violência contra a mulher precisa acabar no nosso país e devemos construir uma sociedade onde todos e todas tenham o direito de viver com dignidade. E para isso, convocamos todo o povo brasileiro a ir à luta, e a nos unir para construir um novo projeto de desenvolvimento, que beneficie o povo brasileiro e que seja alicerçado por novos valores e novas relações sociais.¹³⁸

Vale destacar como a articulação política das mulheres na Via Campesina, juntamente com a relação com outros movimentos feministas e ONGs feministas, tem contribuído para o protagonismo e para a formação política das mulheres. Acredita-se atualmente, no interior desses movimentos, que esta auto-organização das mulheres seja o primeiro passo para fortalecê-las na luta contra o capitalismo e o patriarcado.

2.4 Feminismo como uma preocupação mais recente no MMC e na CONAMURI

A CMC foi a primeira organização de mulheres rurais do Paraguai e a CONAMURI foi formada basicamente por mulheres camponesas que militavam na CMC, além de outras mulheres camponesas e urbanas, que não faziam parte de nenhum coletivo e que resolveram, após mobilizações organizadas por lideranças como

¹³⁸ VIA CAMPESINA, **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas**, março de 2010.

Maguiorina, ajudar a organizar essa coordenação, visando dar mais visibilidade social e política para “campesinas e indígenas”, algo que a militância na CMC já não estava englobando por uma série de tensões, que começaram a existir entre lideranças do Movimento Campesino Paraguaio e as militantes da CMC.¹³⁹

Essas tensões ocorriam principalmente no que dizia respeito à necessidade que foi gradativamente surgindo, em finais da década de 1990, de ampliação das discussões sobre gênero e manutenção/aumento dos direitos das mulheres no interior do movimento como um todo, e não unicamente naquela coordenação, que era específica de mulheres. A CONAMURI emergiu basicamente em meio a esse contexto, juntamente a outros elementos discutidos adiante.

No caso do Brasil, conforme já foi mostrado, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA) passou a ser denominado de Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC) a partir de 2004, através de um processo que unificou as lutas de uma série de movimentos de mulheres rurais, que estavam espalhados pelo Brasil inteiro; isso aconteceu como resultado de uma reunião nacional desses movimentos em Brasília em março deste mesmo ano.

Desde então, todos os movimentos que, naquele momento se juntaram para formarem o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, com divisões estaduais presentes em vinte e três estados brasileiros, buscaram unificar suas reivindicações e modificaram seus discursos, pronunciando-se posteriormente como movimentos de mulheres que eram camponesas e feministas. A ligação da MMC com o feminismo socialista se fortaleceu, exatamente nesse contexto. O trecho a seguir, extraído da cartilha História de organização, lutas e conquistas esclarece os principais objetivos e princípios do MMC atualmente:

O Movimento pauta sua ação camponesa, popular e feminista em valores como responsabilidade e disciplina individual e coletiva, de continuar na luta; na unidade em torno de projeto; na construção de novas relações entre as pessoas e com a natureza; na solidariedade, ética e companheirismo; na valorização da mulher; no amor à luta e espírito de sacrifício; no assumir as decisões coletivas; na capacidade de indignar-se diante das injustiças, buscando transformar a

¹³⁹ ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena**: Semilla para uma siembra. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

indignação em ações concretas de superação dos limites.

O MMC cultiva a mística camponesa e feminista enraizada na luta popular, no desejo de felicidade, justiça e o fortalecimento do sonho coletivo de transformação da sociedade. A simbologia que une o MMC à vida das mulheres é a bandeira, a cor lilás, o chapéu de palha e o lenço. Elas expressam a organização, a luta, a resistência e o enfrentamento das mulheres trabalhadoras ao sistema capitalista e a cultura patriarcal e machista.

A consolidação do movimento nacional contribui para que as mulheres camponesas tenham uma leitura ampla para entender a dominação do latifúndio, a invasão dos monocultivos e transgênicos, o controle das transnacionais sobre os territórios, a privatização dos bens naturais, a padronização dos alimentos. Mas também associar o sistema capitalista neoliberal e a cultura patriarcal aos problemas que as mulheres enfrentam no cotidiano.

Este sistema de dominação se revela na dependência econômica, na negação do direito de decidir sobre o corpo, nas relações de violência e na pouca participação nos espaços de decisão e poder. A consciência da exploração do modelo capitalista e a opressão patriarcal exigem do movimento entender e avançar na luta de classe e feminista.

Nesse contexto, as mulheres camponesas são desafiadas a fazer a luta de enfrentamento ao capital, ao mesmo tempo, em que buscam a construção do projeto popular de agricultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia. Este projeto se realiza nas ações organizadas das mulheres para recuperação de sementes crioulas, plantas medicinais, árvores frutíferas e nativas, fontes e nascentes de água, produção diversificada de auto-sustento e renda, reeducação alimentar e outras iniciativas

articuladas à formação técnica, política e ideológica.¹⁴⁰

Essa cartilha foi utilizada para um curso de formação entre militantes da direção estadual e as bases do MMC em suas respectivas regionais. Naquele momento, o pensamento feminista estava sendo incorporado nas discussões. É notável as conexões que são feitas no discurso dessa cartilha, que relaciona numa mesma definição de objetivos, questões de combate ao sistema capitalista, ao modelo agro-exportador, e ao patriarcado. As soluções encontradas para esses problemas são a adoção da agricultura camponesa, num sistema socialista e feminista. Esta publicação foi elaborada pelas militantes que compõem a direção estadual do MMC em Santa Catarina. Pelo que está escrito, é perceptível que ao menos uma parte do MMC em 2008, entendia a luta feminista como necessária e, portanto, deveria constar nos materiais de divulgação e de formação. Porém, há uma distancia entre o que está escrito e o que foi de fato implementado. O feminismo no MMC, ainda nos dias de hoje, é motivo de discordância entre algumas de suas militantes. Sobretudo as que fazem parte da primeira geração do movimento. Muitas ainda vêem o feminismo com certo receio. Muitas vezes entendem-no como sendo o contrário de machismo, por exemplo. Muitas mulheres camponesas que participavam de movimentos sociais em décadas passadas acreditavam que as realidades vividas entre as mulheres das cidades e as mulheres do campo eram muito diferentes.

Como pôde ser visto anteriormente, as militantes desses movimentos pensavam que as lutas feministas estavam distantes de suas realidades, pois as manifestações em torno do aborto, sexualidade, métodos contraceptivos, violência de gênero, dentre outras, eram consideradas burguesas e acreditava-se que não havia espaço para esses tipos de pauta em suas reivindicações. Existiam questões consideradas mais urgentes a serem discutidas e reivindicadas, como a revolução socialista e a reforma agrária, por exemplo. Ademais, as influências conservadoras da Igreja Católica, com relação ao feminismo sobre seus fiéis, sobretudo sobre as mulheres, também integram esse bojo singular do advento do feminismo no campo.

Esse raciocínio, que podemos chamar de depreciativo, com relação ao feminismo, foi sendo gradativamente modificado, através dos cursos de formação em gênero e feminismo, que passaram a existir

¹⁴⁰ Cartilha MMC: Uma História de Organização, Lutas e Conquistas, 2008. p. 20.

nesses movimentos, cursos esses que eram muitas vezes provenientes de coletivos feministas variados, como ONGs nacionais e internacionais. Isso pôde ser visto nas atuações da SOS Corpo, no caso do Brasil e do Centro de Documentación e Estudios: Área Mujer (CDE), no caso do Paraguai, desde 1980. Além dos cursos essas entidades promoveram grupos de reflexões feministas e se colocaram como interlocutores entre movimentos feministas e outros movimentos variados: de trabalhadoras urbanas ou rurais.¹⁴¹ Após os inúmeros cursos que, desde longa data, têm sido promovidos por essas entidades, as mulheres destes movimentos perceberam que o feminismo e as lutas que são consideradas feministas são muito mais plurais e amplas do que se pensava anteriormente.

O surgimento da CONAMURI se inseriu exatamente nesse contexto, com sua inauguração em 1999. As militantes da CMC que propuseram a sua formação, como Maguiorina Balbuena Cardoso e Perla Alvarez, haviam entrado em contato, em anos anteriores, com ONGs feministas e coletivos de mulheres na cidade de Assunção, que organizaram oficinas, palestras, grupos de reflexão e formação, além de assembléias em torno dos debates, demandas e reivindicações, encaminhados a IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em Pequim no ano de 1995.¹⁴²

A conferencia de Pequim pode ser interpretada como um marco temporal significativo para a ampliação do espaço que as questões sobre gênero e feminismo adquiriram no Paraguai, para além de sua capital, Assunção, onde esse tipo de debate de modo geral se circunscrevia. Havia um interesse por parte de movimentos feministas e redes de organizações de mulheres – a nível governamental e não governamental – para que as mulheres de todas as regiões do país fossem inseridas nas pautas de reivindicações por direitos, como aquelas que viviam nas áreas mais interioranas, longínquas e rurais, onde movimentos sociais do campo, como o Movimiento Campesino Paraguayo, atuavam. Esses movimentos, por sua vez, sobretudo a Coordinación de Mujeres Campesinas, ao perceberem que aquelas reivindicações feministas lhes interessavam, pois estavam próximas de suas próprias lutas, sempre

¹⁴¹ Szwako, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial.** 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

¹⁴² Ibidem, 2012.

enviavam representantes para os fóruns de discussões que eram propostos em Assunção. Sobre essa ligação escrevi:

As militantes da CONAMURI com as quais conversei não admitem isso de forma muito aberta, mas possuem vínculos estreitos com o CDE, apesar de discordarem com algumas posturas desse centro, como práticas de um feminismo considerado burguês e institucionalizado por alguns grupos e ONGs de mulheres, algo que acaba por se distanciar da defesa de um feminismo mais de esquerda e socialista, tal qual elas defendem.¹⁴³

Esses vínculos, por sua vez, vêm de longa data, desde o contexto de Pequim. A própria necessidade que surgiu para que uma Coordenadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indigenas (CONAMURI) fosse formada é proveniente desses vínculos e contatos entre essas redes feministas.

Pode-se conjecturar que o fato de o CMC ser submetido ao Movimento Campesino Paraguaio as impedia de defenderem determinadas bandeiras de lutas. A direção deste movimento determinava e limitava o que deveria ou não ser defendido como luta daquele, e as reivindicações que tinham uma inclinação mais explicitamente feministas, como temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra as mulheres, geralmente não eram considerados suficientemente relevantes, ao ponto de não serem inseridos nas lutas mais gerais e prioritárias do movimento, pois entendiam que havia outros problemas mais importantes e urgentes.

Em outro documento, este ligado ao Brasil, a fala de Justina, militante do MMC/SC, também nos trouxe importantes questões para pensarmos sobre a inserção de discussões feministas no interior desse movimento:

[...] Então o Movimento de Mulheres Camponesas teve um determinado momento que passou a ter uma postura mais de classe, de luta e enfrentamento pelos direitos, e isso foi nos anos 1980 e durante a primeira metade da década de 1990. Já no segundo período de 1990, foi um período em que nós do MMC tomamos consciência no sentido de aprofundar o debate sobre a questão de gênero, do ‘feminismo’ dentro

¹⁴³ Diário de Campo, dia 16 de maio de 2012.

do movimento, pois apesar dele ser um movimento que não se reconhecia como feminista – porque tinha certo tabu de que feministas eram mulheres de classe média – mas a postura já era feminista no sentido da luta pelos direitos e pela emancipação das mulheres.¹⁴⁴

Tanto na fala anterior de Maguiorina, quanto na de Justina, a associação entre feminismo e burguesia continuou sendo uma questão problemática até poucos anos atrás. Algo que, de certa forma, contribuiu para prorrogar a importância do feminismo – ao menos até 2009, ano da publicação desse depoimento –, como importante ferramenta de reivindicações por direitos políticos da pauta real de lutas desses movimentos. Talvez seja exatamente devido a essa oposição, feita entre feminismo e movimentos de mulheres rurais, sustentada por tanto tempo pelas participantes, que muitas das cartilhas de formação sobre gênero e feminismo da CONAMURI e do MMC sejam tão recentes.

No Paraguai, ainda nos dias de hoje, muitos movimentos e organizações sociais mistas do campo, como o Movimento Campesino Paraguuaio, e a Coordinación de Mujeres Campesinas (CMC), desqualificam as lutas cunhadas de feministas, por entenderem que, além de burguesas, essas lutas são contra os homens.¹⁴⁵ Maguiorina Balbuena e Perla Avarez inclusive saíram dessas organizações e ajudaram a formar a CONAMURI, devido a esse tipo de discordância. Ou seja, a própria formação da CONAMURI trouxe em suas bases uma proposta alternativa a desses outros movimentos, ao priorizar lutas de gênero, colocando-as no mesmo patamar de importância da luta de classes, algo que não ocorreu nas demais organizações.

No Paraguai, a palavra patriarcado ainda é muito utilizada por movimentos de mulheres, sobretudo os feministas.¹⁴⁶ A CONAMURI é um exemplo disso. No caso do Brasil, essa palavra foi muito mais usada na década de 1980 e 1990, algo que já não ocorre com tanta frequência nos dias de hoje, ela foi “substituída” por ‘relações de gênero’. Talvez a utilização do termo patriarcado ainda continue bastante presente no Paraguai, exatamente porque o apelo que esta palavra traz

¹⁴⁴ Depoimento de setembro de 2009, realizado em Chapecó - SC, retirado da publicação: LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz G; SEBASTIÃO, Angélica G. **Protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais para desenvolvimento sustentável**: Brasil, Cuba e México. Florianópolis: PostMix, 2011.

¹⁴⁵ Diário de campo, dia 18 de maio de 2012.

¹⁴⁶ Algo que pode ser visto em publicações recentes do CDE, da CONAMURI e da Coordinación de Mujeres Paraguaias (CMP).

implicitamente, ainda seja necessário, como forma de pressão, para que continue sendo reafirmada a importância das reivindicações por igualdade de participação das mulheres em múltiplos espaços de atuação política, tal qual já ocorreu no Brasil em outros tempos não muito distantes.

Por exemplo, se observarmos as diferenças salariais das mulheres, com relação aos homens, e se observarmos a quantidade de mulheres com nível superior de escolaridade e em cargos de comando nas mais variadas instâncias de trabalho e organizações políticas no Paraguai, podemos perceber que há, ainda, uma significativa desigualdade que, de certa forma, é utilizada para justificar a atualidade do termo patriarcado nas reivindicações.¹⁴⁷

Há ainda uma ideia muito recorrente, que continua se reproduzindo na sociedade paraguaia, de que as mulheres são de fato destinadas naturalmente a determinados papéis, geralmente direcionados às esferas privadas e papéis maternais e de ‘*amas*’ de casa. Quando elas se dispõem às lutas públicas em defesa de seus direitos de cidadãs, é admitido até certo ponto, desde que não ultrapassem a determinados limites; limites estes que geralmente são determinados por homens, já que estes estão predominantemente no comando e quase sempre tendem a desmerecer esse tipo de luta ‘de mulher’. Isso é algo que continua ocorrendo, por exemplo, no interior do Movimiento Campesino Paraguayo e na própria CMC, que precisa se submeter à decisão final da cúpula (predominantemente masculina) do movimento, para definir suas prioridades reivindicativas.

De acordo com os relatos atuais das militantes da CONAMURI, é possível perceber que a permanência de determinados costumes e tradições conservadoras, no imaginário coletivo dos movimentos sociais no campo no Paraguai, impede que estes insiram em seus programas e agendas, a erradicação do machismo, praticado nas mais diversas instâncias de atuação desses movimentos, como nos recorrentes casos de desigualdade de gênero em cargos de liderança, ou mesmo nos casos de violência contra as mulheres. A fala de Perla é significativa neste sentido:

¹⁴⁷ DURÉ, Elizabeth. Feminismo Movimientos Sociales y expresiones políticas em Paraguay. In. PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresión Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005.

Perla – Muitos companheiros de outras organizações camponesas vêem a CONAMURI como um perigo. Há um machismo forte, tanto que chegaram a fazer uma campanha contra a CONAMURI.

Larissa – Contra? Nossa! Mas não lutam basicamente pelas mesmas coisas? Socialismo, igualdade na sociedade, reforma agrária etc.?

Perla – Sim, por fora, nas palavras, nos apóiam muito bem, mas por dentro dessas organizações há um machismo muito grande. Por exemplo, há a ideia de que mulheres com formação política são um risco, pois podem assumir a direção em espaços importantes. E chega ao ponto em que organizações chegam a não permitir que mulheres participem de suas organizações de bases. Houve um caso muito triste de terem impedido uma companheira nossa de participar de um curso de formação em um determinado movimento social e isso é muito triste. E eles implicam simplesmente por sermos de um movimento de mulheres, ainda nem nos colocávamos como feministas até certo tempo. O feminismo na CONAMURI existe há pouco tempo, e nem todas as companheiras da CONAMURI são feministas, mas a postura do nosso movimento como um todo é feminista e em nossos manifestos nos dizemos feministas [...].¹⁴⁸

No entanto, por não serem reconhecidas como importantes desde longa data em outras instâncias de lutas por direitos, as discussões sobre esses problemas, trazidos pelo feminismo, acabam ficando quase que unicamente restritas ao campo dos movimentos sociais de mulheres e das ONGs feministas, já que não têm ocorrido esforços mais efetivos por parte de organizações sociais mistas, para que essas lutas se estendam e se efetivem em outros tipos de espaços de atuação política. Uma segregação que acaba desqualificando e enfraquecendo as tentativas de lutar por igualdade de gênero, empreendidas por essas organizações de mulheres.

¹⁴⁸ PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 1705/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

Ao longo da última década, a realidade de se colocar lutas específicas de mulheres em um plano secundário foi sendo modificada, sobretudo com a entrada de Fernando Lugo no poder, em 2008.¹⁴⁹ O fortalecimento que a Secretaría de la Mujer de la Presidencia de la República (criada em 1992)¹⁵⁰ tem recebido, desde então, assim como ocorreu no Brasil, começou a dar mais espaço para lutas de gênero e feministas no decorrer dos últimos anos.

Anteriormente, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, apesar de terem existido órgãos públicos e secretarias específicas - que atuavam em defesa de políticas para as mulheres -, foram as organizações não governamentais feministas com os mais diversos tipos de lutas, que tiveram um papel de maior destaque para a promoção de políticas públicas em prol de melhorias na situação das mulheres frente à desigualdade e a violência de gênero.¹⁵¹

Além da atuação das ONGs feministas e de redes de organizações de mulheres, esse processo gradual de crescimento da importância dada pelo Estado para reivindicações feministas, ocorrido ao longo da década de 2000 tanto no Brasil quanto no Paraguai - e que ainda está em curso -, é um dos fatores que podem servir para explicar esse destaque recente, que tem sido dado para as lutas feministas no interior da CONAMURI e do MMC.

Atualmente, através da consulta às fontes impressas e orais, pode-se perceber a existência de um feminismo, que tem sido usado para fins estratégicos. Esse feminismo é utilizado nos discursos das participantes das reuniões regionais e estaduais do MMC, por exemplo, como um forte motivador que enaltece a importância do 'ser mulher'. É utilizado

¹⁴⁹ Lugo, todavia, foi deposto de seu cargo na presidência do Paraguai no final de 2012. No entanto, a Secretaria de Mulheres ainda existe no Paraguai, mas seu futuro é incerto devido à situação delicada em que se encontra esse país atualmente, após o golpe de deposição de Lugo e retorno de antigas tradições políticas que historicamente tenderam a não dar importância para reivindicações específicas de mulheres.

¹⁵⁰ Informações retiradas do próprio site da secretaria das mulheres do Paraguai, disponíveis em: <<http://www.mujer.gov.py/index.php>> e também do site: <<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/Avances/seminario%20trata%202011/Presentacion%20Secretaria%20de%20la%20Mujer%20Paraguay%20-%20Ibarra.pdf>>. Acesso em agosto de 2012.

¹⁵¹ DURÉ Elizabeth. *Feminismo Movimientos Sociales y expresiones políticas em Paraguay*. In. PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresión Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005.

também nas publicações da CONAMURI, que, além do respaldo oriundo do CDE, tem ONGs internacionais feministas como apoiadoras e financiadoras de determinados projetos.¹⁵² Isso aparece também nas cartilhas, financiadas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal brasileiro, talvez como uma estratégia de chamar atenção em questões que essa secretaria tende a destinar mais recursos. Enfim, esses e outros exemplos em que o feminismo tem sido utilizado por esses movimentos sociais de mulheres são vistos no próximo capítulo.

¹⁵² Exemplos disso podem ser vistos nas parcerias da CONAMURI com: “ONGs – Mujeres en Zona de Conflicto (MZC)”; “Found for not violence de Appleton”; “El instituto de la Mujer de España (IMU)”; e o “Centro Cooperativo Sueco”, organizações que aparecem como apoiadoras desse Movimento nas contracapas de suas publicações sobre feminismo e gênero. (Dados presentes nas contracapas das publicações desses movimentos).

CAPÍTULO 3

Que Feminismo é esse? CONAMURI e MMC numa perspectiva comparada

3.1 As categorias Gênero, Patriarcado, Mulher(es) Camponesa(s): algumas considerações

Heleieth Saffioti é uma das principais referências utilizadas nas cartilhas do MMC no que diz respeito à categoria patriarcado. Por isso recorro as conceituações dessa autora sobre o seu significado. Para Saffioti a utilização da categoria patriarcado indica o entendimento de que:

- 1- não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2- ela dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem nenhuma restrição (...);
- 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4- tem uma base material;
- 5- corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.¹⁵³

Saffioti sugere que ambas as categorias, “gênero” e “patriarcado”, possuem funções distintas e não excludentes, mas complementares nas análises de gênero e de sociedades. Lia Machado, seguindo essa mesma linha de raciocínio, nos esclarece que gênero e patriarcado não são categorias antagônicas, mas podem ser utilizadas de forma complementar e não excludente:

[...] Considero inapropriadas duas afirmações contidas na forma de reintroduzir o debate sobre o termo “patriarcado”. A primeira é a de que a partícula conjuntiva **ou** supõe uma alternativa e induz a escolha entre os conceitos “gênero” e “patriarcado”. Entendo que se trata de conceitos que se situam em dimensões distintas, e que, portanto, não podem ser tomados como opostos. A segunda, com a qual também não concordo, é a de que a contemporaneidade das diversas facetas, modalidades, contradições e transformações das relações de gênero possam ser subsumidas ao

¹⁵³ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.58.

conceito de “patriarcado”, qualquer que seja o entendimento que dele se tenha.

[...] Aponto aqui dois pontos que não me parecem controversos. Este conceito [o de patriarcado]¹⁵⁴ tem sido utilizado pelas intelectuais feministas, de forma a superar qualquer idéia de “naturalidade” das relações patriarcais. O objetivo é exatamente o contrário. É desnaturalizá-lo, mostrando seu engendramento social e cultural como um “sistema” ou como uma forma de “dominação”. O outro ponto é o de que sempre o tenham entendido como um conceito historicamente referido. São estes dois pontos que permitem o uso simultâneo para muitos autores dos termos “patriarcado” e “gênero”.

É por essa razão que esta recente forma de propor a contraposição entre o uso do conceito de gênero e o de patriarcado me intriga. O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gênero. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade. O conceito de “relações de gênero” não veio substituir o de “patriarcado”, mas sim, o de “condições sociais da diferença sexual”, o de “relações sociais de sexo”, e o de “relações entre homens e mulheres” (grifos da autora).¹⁵⁵

¹⁵⁴ Grifo meu.

¹⁵⁵ MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *Série Antropologia (284)*. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 2000, 20 páginas. Disponível em < http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf >. Acesso em fevereiro de 2014. pgs. 2-4.

Essas linhas de raciocínio, defendidas por Saffioti e por Lia Machado, se aproximam da linha de raciocínio endossada pela CONAMURI e pelo MMC. Ambos os movimentos sociais utilizam a categoria patriarcado, a partir dos moldes sugeridos por Saffioti. Isso é algo bastante perceptível nas fontes que analisadas logo adiante.

Outra categoria bastante utilizada neste trabalho e que está presente nas fontes aqui analisadas é a categoria “mulher”; esta é entendida como uma categoria de gênero, ou seja, é pensada a partir da construção social dos significados que o ser mulher possui nas sociedades. Por isso, a categoria “mulher” é pensada sempre na forma desnaturalizada. Assim, o ponto de partida para a análise das mulheres integrantes desses dois movimentos de mulheres camponesas é a percepção de que o ser mulher e camponesa são partes das construções sociais e históricas delas, enquanto sujeitas e nunca categorias naturais e inerentes a uma essência feminina.¹⁵⁶

Essa linha de raciocínio, no entanto, não é algo homogêneo nas fontes que foram analisadas; por vezes as categorias “mulher” e “mulheres” aparecem sendo entendidas como uma construção social e histórica. Mas aparece, em outros momentos, de forma essencializada. Minha opinião é de que essa diversidade de posicionamentos com relação à essas categorias aparece nos discursos desses movimentos sociais de formas estratégicas e com sentidos muito nítidos, sobretudo quando aparece na sua forma essencializada. Afirmando isso, pois percebi durante as observações dos discursos das reuniões desses movimentos de mulheres, que ambas as concepções estiveram presentes e variaram de acordo com o objetivo a que o discurso se destinava. Ou seja, existe uma plena convicção, por parte das dirigentes desses movimentos de mulheres, com relação aos usos de determinados termos e conceitos, sejam eles essencialistas, sejam eles entendidos como construções históricas. Isso é visto nas análises seguintes.

3.2. “Sem Feminismo não há socialismo”: um novo projeto de sociedade

¹⁵⁶ É importante ressaltar isso, pois a expressão mulheres camponesas é utilizadas muitas vezes nesta pesquisa, e em determinados momentos pode aparecer como sendo entendida de forma naturalizada, mas não é essa a intenção.

Neste subtópico, o objetivo é entender as razões de, tanto a CONAMURI quanto o MMC, defenderem o feminismo a partir da expressão de ordem amplamente utilizada por ambos atualmente: “Sem Feminismo não há socialismo”. Os feminismos desses dois movimentos sociais estão marcados por propostas de transformação social, superação do patriarcado e combate ao modelo atual de agronegócio. Este último existe, tanto no Brasil quanto no Paraguai, de formas muito semelhantes - guardadas as devidas proporções em termos de extensão territorial -, sobretudo no que diz respeito à exportação de soja e tudo o que isso implica, em termos de degradação ambiental, grilagem de terras e exclusão social de pequenos produtores.

Como já afirmamos anteriormente, tanto a CONAMURI quanto o MMC tem defendido uma corrente do feminismo, que pode ser chamada de feminista socialista. Essa corrente, de modo geral, defende um feminismo que seja popular, camponês e revolucionário. Ambos os movimentos entendem atualmente que a defesa desse feminismo é fundamental para a “superação de uma cultura patriarcal e machista [...]”¹⁵⁷. Essa corrente do feminismo vem atrelada a um posicionamento classista, autônomo, popular e massivo, fortemente difundido pelos dois movimentos.

O Feminismo Popular e Camponês, defendido por ambos os movimentos de mulheres, e a proposta de Soberania Alimentar caminham juntos com a proposta socialista de sociedade. Assim, outro pilar fundamental dessa luta é a defesa da dignidade humana e da soberania alimentar dos povos, tal qual está registrado em uma das publicações do MMC:

[...] O Projeto Popular de Agricultura está baseado na realidade vivida pelas mulheres camponesas, na tentativa de se contrapor à ofensiva do capital no campo, através do agronegócio, sua reestruturação. O projeto é fundamentado nos princípios da agroecologia, da cooperação e da soberania alimentar, como direito, de modo que o povo possa produzir e comer seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas e o

¹⁵⁷ COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Géneros, Patriarcado y Feminismo - **Curso de formación Pytyvôhára 1**. Assunción – Paraguay. Feb 2012, p. 23. (Cartilha de curso de formação política).

ambiente e promovendo a vida, com soberania política dos povos.¹⁵⁸

A expressão de ordem, ‘Sem Feminismo não há socialismo’ possui uma série de significados, que estão necessariamente relacionados em torno das categorias: “mulheres camponesas”, “feminismo”, “patriarcado”, “socialismo”, “soberania alimentar” e “agroecologia”. Portanto, destrinchar essa expressão e entender de que maneira foi elaborada são pontos chaves para o entendimento, de forma mais ampliada, das escolhas, convicções e posicionamentos das militantes em seus movimentos sociais.

Para buscar entender, dentro de uma perspectiva comparada, as várias menções à expressão ‘Sem Feminismo não há socialismo’, presentes nos materiais impressos do MMC e da CONAMURI, a forma explicativa escolhida foi colocar alguns trechos desses materiais em quadros, para que na sequência, sejam relacionados a outras fontes e referências bibliográficas, analisadas de forma articulada.

QUADRO 1¹⁵⁹

Feminismo Socialista: Campanhas com o tema central ‘Sem Feminismo Não Há Socialismo’

MMC	CONAMURI
CARTILHA 1.1 ¹⁶⁰	CARTILHA 1.2 ¹⁶¹
<p>A emancipação das mulheres pretende considerar:</p> <p>- A discriminação das mulheres ocorre em todos os âmbitos da sociedade humana e as situações de violência e opressão em que vivem são marcadas pela carga de trabalho, dominação, exploração, discriminação e violência, gerador de</p>	<p>Sin feminismo no hay socialismo:</p> <p>- [...] Las mujeres tenemos que tener propuestas políticas contra el patriarcado, sin perder la cultura campesina, la identidad indígena. Construir nuestra soberanía alimentaria como mujeres. Ir construyendo una decisión más política.</p>

¹⁵⁸ PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres, resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo – CBI, 2009, p. 125.

¹⁵⁹ Os trechos destacados muitas vezes estão relacionados aos de outros quadros, mas decidi fazer essa separação para que a compreensão seja facilitada.

¹⁶⁰ Cartilha MMC: Mulheres Camponesas em defesa da vida, 2008. p. 15 e 16.

¹⁶¹ Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas. La lucha feminista por la erradicación de la violencia hacia las mujeres del campo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SIN FEMINISMO NO HAY SOCIALISMO. 2., Assunção, 2011, **Anais...** 2011.

<p>sofrimento, doenças e morte.</p> <p>- A importância da dimensão política e prática das mulheres de movimentos e organizações sociais, as quais vêm descrevendo cenários de transformações e mudanças efetivas na realidade em que estão inseridas.</p> <p>- A inserção das mulheres nestes movimentos e organizações decorre de fatores relacionados com as necessidades econômicas, como também, fazem parte de uma opção consciente de lutar pela implantação de um projeto de sociedade que está em construção.</p> <p>- As mulheres camponesas que se identificam com a vida, a terra, a biodiversidade e sua preservação, tomam posição e expressam sua indignação frente às formas de destruição da vida buscando romper com a concepção de naturalização dos fenômenos socioculturais, dos papéis e relações sociais de classe, gênero, étnico-raciais.</p> <p>Por isto, afirmamos: sem feminismo não há socialismo!</p>	<p>- Socialismo y feminismo son parte del horizonte estratégico de las luchas de las mujeres, pero podrían y sería interesante que se volvieran parte también de los objetivos de todas las organizaciones emancipatorias, volviéndose una meta también de los hombres, de las diversidades sexuales, es decir, de todos y todas las que pretenden crear una nueva sociedad, un nuevo mundo en el que quepan todos los mundos, todas las sensibilidades, todas las subjetividades históricamente oprimidas.</p> <p>- Hablamos de un feminismo popular. Insumiso, socialista, que cuestiona a las concepciones patriarcales de ciertas izquierdas, y también a las perspectivas domesticadoras de feminismo burgués, en función de las políticas de explotación capitalista.</p> <p>- Hablamos también de un socialismo construido desde abajo, que cuestiona las concepciones que en nombre del socialismo sostuvieron y reprodujeron opresiones.</p> <p>- Esta propuesta de que sin feminismo no hay socialismo no fue aceptada fácilmente dentro de la CLOC/VC, se buscan estrategias para ir estudiando más: hacer debates como este seminario, buscar elementos políticos. Está satanizado el feminismo y eso lo usan los compañeros para atacarnos, dicen que no tenemos argumentos políticos. Por eso dicen que el feminismo es igual que el machismo.</p>
CARTILHA 1.3 ¹⁶²	CARTILHA 1.4 ¹⁶³

¹⁶² Cartilha MMC: Gênero, Sexualidade e direitos das Mulheres, 2008.

¹⁶³ COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Géneros Patriarcado y

<p>O feminismo na perspectiva popular e socialista é uma ferramenta política de afirmação das mulheres como protagonistas da sociedade. Constitui-se como uma teoria sociológica que, aliada ao materialismo histórico-dialético, contribui para desvelar, compreender o mundo, a sociedade, o ser humano e suas relações, bem como, produzir consciência crítica de classe e construir parâmetros, princípios e bases para a transformação da sociedade.</p>	<p>Feminismo y socialismo de los pueblos, como parte del desafío de unir en un mismo cuerpo colectivo las rebeldías frente a la explotación capitalista, a la violencia imperialista que mata/ invade/ destruye en nombre de la absurda racionalidad occidental; para desafiar la opresión patriarcal, el racismo, la xenofobia, el neocolonialismo transnacionalizado.</p>
<p>PANFLETO 1.5¹⁶⁴</p> <p>O verdadeiro socialismo, só poderá acontecer se houver plena participação das mulheres na sua construção.</p>	<p>PANFLETO 1.6¹⁶⁵</p> <p>Sem feminismo não pode haver socialismo, [...] este tema não pode estar ausente dos grandes debates políticos e deve ser encarado pelos dois sexos. É impensável que um movimento avance se não incorpora em todos os programas das organizações sociais o tema da mulher e suas problemáticas específicas. Feminismo e socialismo não são coisas isoladas.</p>

A campanha ‘Sem feminismo não há socialismo’ foi uma iniciativa idealizada pelas mulheres integrantes da CLOC/Via Campesina, tendo suas primeiras manifestações se iniciado no final da década de 2000, em variadas conferências de organizações de mulheres do campo e da cidade (estas últimas são, sobretudo, oriundas de Ongs feministas, como MMM e Sof).¹⁶⁶ Então, como o MMC e a

Feminismo. **Curso de formación Pytyvõhára 1.** Assunción - Paraguay, feb 2012. (Cartilha de curso de formação política).

¹⁶⁴ Panfleto MMC: Produzir Alimentos Saudáveis – Cuidar da vida e da Natureza, 2010.

¹⁶⁵ Panfleto CONAMURI, Nuestras luchas, 2010.

¹⁶⁶ Informação disponível no site da Universidade Livre Feminista: <<http://feminismo.org.br/sem-feminismo-nao-ha-socialismo/>>. Acesso em

CONAMURI fazem parte da CLOC/Via Campesina, possuem representantes que participam das reuniões gerais da CLOC e da Via e são informadas das ações e campanhas lançadas por esses movimentos internacionais. A decisão de concordar e de fazer parte dessas campanhas cabe a cada movimento social tomar, de acordo com o que for resolvido internamente de forma coletiva em cada um deles.

Ao que tudo indica, como pode ser observado no quadro acima, tanto a CONAMURI quanto o MMC, resolveram fazer parte dessa campanha lançada pela CLOC/Via. Através dos argumentos lançados por esses movimentos e que estão registrados na forma de material de divulgação e cartilhas de formação é perceptível que os argumentos em defesa de um projeto socialista e feminista de sociedade são muito parecidos no MMC e na CONAMURI.

Esses movimentos têm procurado superar a realidade de opressão patriarcal mais geral, encabeçada pelo capitalismo, a partir dessa proposta. Mas para além disso, é possível perceber que essa campanha tem o intuito de fazer os próprios militantes homens, de outras organizações do campo, entenderem que o feminismo pode ser importante também para suas lutas. Que o feminismo não se restringe unicamente a ser substrato teórico para movimentos sociais de mulheres, mas pode ser um importante elemento, que possibilita o entendimento de que as relações de poder desiguais existentes entre os sexos, o patriarcado e a dominação masculina são elementos favoráveis à permanência e reprodução do sistema capitalista.

Logo, se os militantes homens - assim como algumas poucas mulheres -, de organizações mistas do campo não entenderem que a opressão de gênero é ainda preponderante e que a violência de gênero desencadeada por isso é uma realidade que precisa ser problematizada e debatida, não somente por mulheres, mas por todas as pessoas que vislumbram uma sociedade melhor, diferente e mais justa, dificilmente vai ocorrer uma transformação efetiva, mesmo que uma revolução socialista aconteça de fato e com êxito inicial. Por isso, a escolha por incorporar essa campanha foi uma decisão estratégica desses movimentos. Apropriaram-se dela, a resignificaram e a incorporaram em seus discursos, adaptando-a em suas realidades específicas, tal como ocorreu quando resolveram se definir como movimentos feministas.

dezembro de 2013. E também no site da CPT: <
<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/v-congresso-da-cloc/445-iv-assembleia-de-mulheres-da-cloc-discute-patriarcado-e-capitalismo>
>. Acesso em dezembro de 2013.

A CLOC/Via Campesina lançou essa campanha, também, para colocar em debate a questão da violência contra as mulheres. O tema da violência, como anteriormente esboçado, foi um dos grandes motivos para a identificação desses movimentos com o feminismo. A Via tem, desde o seu surgimento, lançado uma série de esforços para tentar modificar o quadro grave de violência que existe no campo. Há uma série de parcerias entre a Via Campesina, os movimentos e as ONGs feministas. Um deles é bem representativo neste sentido, a Marcha Mundial das Mulheres.¹⁶⁷

Assim, no que diz respeito às alianças, a CLOC/Via Campesina estabeleceu colaboração com várias organizações e movimentos sociais, em nível internacional, nacional e regional. Uma das mais significativas tem sido o trabalho conjunto, em cada um destes níveis, com a Marcha Mundial das Mulheres, uma das principais redes globais feministas, com quem convocaram ações conjuntas, encontros e tem colaborado em atividades e conferências internacionais, juntamente com outros movimentos sociais, como por exemplo, o Fórum Internacional pela Soberania Alimentar, que aconteceu em Mali, em 2007, entre outros.¹⁶⁸

A partir do último trecho presente na Cartilha 1.2, do quadro 1, na citação que fala sobre a CLOC/Via Campesina,

[...] esta propuesta de que sin feminismo no hay socialismo no fue aceptada fácilmente dentro de la CLOC/VC, se buscan estrategias para ir estudiando más: hacer debates como este seminario, buscar elementos políticos. Está satanizado el feminismo y eso lo usan los compañeros para atacarnos, dicen que no tenemos argumentos políticos. Por eso dicen que el feminismo es igual que el machismo.

Diante do exposto acima, considero importante fazer um breve histórico da incorporação das ideias de igualdade de gênero do feminismo pela Via Campesina e pela CLOC, pois isso está estreitamente relacionado com a própria atmosfera feminista que havia no momento em que o MMC e a CONAMURI optaram pela identificação com o feminismo.

¹⁶⁷ Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. **Cadernos Marcha Mundial das Mulheres** – número 1. Junho de 2008. Disponível em <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazi_1.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

¹⁶⁸ Idem

A Via Campesina incorporou a perspectiva de igualdade de gênero em seu interior de forma lenta e gradual. A preocupação com a maior representatividade feminina se iniciou nos anos 1990 e se estende até atualmente. Ocorreu primeiramente pela necessidade de inclusão maior das mulheres em seus espaços de atuação. Essa incorporação se deu por meio de processos ocorridos durante a década de 1990, após a percepção de que a representatividade das mulheres era muito pequena, se comparada com a dos homens ali dentro. Para conseguir a igualdade de gênero no interior de suas organizações a Via e a CLOC estabeleceram alianças e parcerias com grupos feministas como, por exemplo, a Marcha Mundial das Mulheres, anteriormente citada, entre outros grupos. Isso foi feito com o intuito de, principalmente, elaborar argumentos mais consistentes e convincentes para a superação dessa realidade de desigualdade de gênero existente dentro e fora do movimento.¹⁶⁹

Como de praxe, inicialmente não haviam mulheres nas lideranças dos movimentos que compunham a Via e a CLOC. Logo, as demandas específicas de mulheres eram consideradas ou inexistentes, ou desimportantes. Por outro lado, desde suas primeiras reuniões no início da década de 1990 foi sendo percebido que a representatividade das mulheres era muito pequena. De acordo com Desmarais:

Na maioria dos países, as organizações camponesas e agrícolas estão dominadas por homens. As mulheres da Via Campesina se negam a aceitar estas posições subordinadas. Mesmo reconhecendo o caminho longo e difícil que têm pela frente, elas aceitam de forma entusiasmada o desafio e prometem alcançar um papel de destaque na transformação da Via Campesina como um movimento comprometido com a igualdade de gênero.¹⁷⁰

Diante desse quadro de baixa representatividade foram surgindo iniciativas de representantes mulheres de variados movimentos sociais de que existiam na época para que suas vozes fossem ouvidas e suas demandas consideradas no interior da Via Campesina. A partir disso,

¹⁶⁹ Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. **Cadernos Marcha Mundial das Mulheres** – número 1. Junho de 2008. Disponível em <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazi1.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

¹⁷⁰ DESMARAIS, A. **La Vía Campesina**. La globalización y el poder del campesinado. Editorial Popular: Madrid, 2007. p. 265.

várias conferências de mulheres começaram a ser organizadas em períodos imediatamente anteriores as conferências nacionais ou mundiais da Via Campesina. Em fins dos anos 1990 foi criada a Comissão de Mulheres da Via Campesina, uma iniciativa que visava modificar o quadro de desigualdade de representatividade das mulheres com relação aos homens associados a Via Campesina. Esther Vivas nos dá indícios de que, a partir da década de 2000 essas as mobilizações pela igualdade feminina foram dando certo na medida em que as mulheres tomavam consciência de que precisavam se organizar e se impor para terem suas demandas reconhecidas e implementadas.

Em outubro de 2000, exatamente antes da 3ª Conferência Internacional da Via em Bangalore, na Índia, se organizou a 1ª Assembléia Internacional das Mulheres Camponesas, que permitiu uma maior participação das mulheres na Conferência. Esta Assembléia aprovou três grandes objetivos para realizar: a) garantir a participação de 50% de mulheres em todos os níveis de decisões e nas atividades da Via Campesina. b) manter e fortalecer a Comissão das Mulheres. c) garantir que os documentos, os eventos de formação e os discursos da Via Campesina superassem o conteúdo sexista e a linguagem machista. Desta forma, se acordou uma mudança de estrutura, que garantiu a equidade de gênero. Esta estratégia forçou as organizações que são membros da Via Campesina, em nível nacional e regional, a repensar seu trabalho em uma perspectiva de gênero e incorporar novas ações encaminhadas para fortalecer a participação das mulheres.¹⁷¹

Assim, na medida em que esses objetivos iniciais foram sendo alcançados as reivindicações de cunho feminista, como a opressão do patriarcado, o papel das mulheres nas lutas camponesas foram ganhando cada vez mais espaço nas reflexões dessas reuniões de mulheres das Via. Esther Vivas novamente nos trás importantes questões neste sentido:

¹⁷¹VIVAS, Esther Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, nº 288. Barcelona - Espanha, Janeiro de 2012. p. 52. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/web/revistas.php?numRevista=288>>. Acesso em dezembro de 2013. Versão traduzida disponível em <<http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>>. Acesso em dezembro de 2013.

O Congresso Mundial das Mulheres da Via(2006) pôs em destaque a necessidade de fortalecer ainda mais a articulação das mulheres da Via e aprovou a criação de mecanismos para um maior intercâmbio de experiências e planos de lutas específicos. Além disso, observaram-se avanços na redução da discriminação das mulheres, apesar de que ainda havia muito por fazer. Dentre as propostas concretas aprovadas estava articular uma campanha mundial para lutar contra as violências que se exercem sobre as mulheres; estender os debates a todas as organizações que fazem parte da Via; e trabalhar para que os direitos das mulheres camponesas sejam reconhecidos, exigindo igualdade real no acesso a terra, aos créditos, aos mercados e aos direitos administrativos.¹⁷²

Não podemos deixar de frisar, no entanto, que apesar desses esforços a participação das mulheres na CLOC/Via Campesina permaneceu em desvantagem por muito tempo, inclusive se estende até os dias de hoje em vários aspectos. Isso ocorre principalmente pelo fato de muitas das mulheres ainda estarem presas ou submetidas a amarras sociais consideradas naturais. Por exemplo, muitas camponesas organizadas não podem viajar com a mesma frequência e/ou facilidade com que os homens organizados viajam e isso ocorre, sobretudo porque há ainda nas relações sociais entre os gêneros os mais diversos tipos de impedimentos sobre as mulheres, como o cuidado com os filhos que quase sempre recai totalmente sobre elas, duplas ou triplas jornadas de trabalhos, que as impedem de se mobilizar mais em esferas públicas, dentre outros obstáculos. Ou seja, o desafio de superar a baixa representatividade feminina que ocorre nos mais diversos âmbitos da nossa sociedade também existe na CLOC/Via campesina.¹⁷³

Nesse sentido, tem importância as campanhas mais explicitamente feministas que tem sido lançadas pela Via Campesina e

¹⁷² Ibidem. p.53

¹⁷³VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 154 -155. Disponível em: < <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/FlaviaBragaVieira.pdf> >. Acesso em dezembro de 2013.

pela CLOC desde meados da década de 2000. Importa dizer sobre isso que ocorreram e ocorrem muitas alianças entre a Via campesina e algumas ONGs feministas. A Marcha Mundial das Mulheres, exemplo disso, tem desenvolvido um trabalho em conjunto com a Via para o desenvolvimento da ideia da soberania alimentar aliada a uma visão feminista de mundo. Como resultado, há diversas publicações em conjunto que são distribuídas como material de estudo e divulgação.¹⁷⁴

O trecho a seguir é um exemplo dessas associações:

[...] A Via Campesina convidou a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e outros movimentos sociais a construir alianças necessárias para concretizar a luta por Soberania Alimentar.¹⁷⁵

Essa aliança tem também fortalecido a visão de que o feminismo pode ser uma ferramenta estratégica para se pensar a opressão e a desigualdade entre homens e mulheres camponesas. Sobre esse contexto de inserção gradual de pautas feministas podemos destacar:

Em outubro de 2006 foi realizado o Congresso Mundial das Mulheres da Via Campesina em Santiago de Compostela (Espanha), no qual participaram mulheres de organizações agrárias da Ásia, América do Norte, Europa, África, e América Latina, com o objetivo de analisar e debater o que significa a igualdade no campo a partir da perspectiva feminista e estabelecer um plano de ação para conseguí-la. Como mostrava Sergia Galván, do Colectivo Mujer y Salud da República Dominicana, em uma das conferências do Congresso, as mulheres da Via tinham três desafios adiante: a) Avançar na reflexão teórica para incorporar a perspectiva camponesa nas análises feministas. b) Continuar trabalhando na

¹⁷⁴ VIVAS, Esther Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, nº 288. Barcelona - Espanha, Janeiro de 2012. p. 46-55. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/web/revistas.php?numRevista=288>>. Acesso em dezembro de 2013. Versão traduzida disponível em <<http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>>. Acesso em dezembro de 2013.

¹⁷⁵ Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. **Cadernos Marcha Mundial das Mulheres** – número 1. Junho de 2008. Disponível em <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MMM_Brazi1.pdf>. Acesso em janeiro de 2014. p. 33.

autonomia como referência vital para a consolidação do movimento de mulheres camponesas. c) Superar o sentimento de culpa na luta para alcançar maiores espaços de poder frente aos homens.¹⁷⁶

Dentro desse contexto é importante ressaltar que é em âmbito latino-americano que a campanha “Sem feminismo não há Socialismo” tem emergido. Surgiu como um desdobramento de todos os debates promovidos pela Via internacionalmente, nos espaços de suas conferencias mundiais, mas foi por meio da CLOC que começou a ganhar força. A esse respeito Sepulveda nos indica:

En América Latina, la solución de la soberanía alimentaria se ha enmarcado en la construcción de un modelo socialista. Sin embargo, desde las Asambleas de Mujeres regionales también se reivindica la necesidad de avanzar hacia la construcción de un modelo socialista pero de la mano de un proyecto feminista, bajo el lema de “Sin feminismo no hay socialismo”. Así, se progresa cada vez más tanto en la visibilización como integración de la perspectiva de género en el movimiento. Esta cuestión marca un punto de inflexión debido a que el reconocimiento, e incluso la utilización de la palabra “feminismo”, marca una diferencia entre las últimas asambleas y las realizadas anteriormente, donde se hablaba de la lucha contra el patriarcado, pero no se reconocía explícitamente como una lucha feminista. Sin embargo, no se prioriza ni el proyecto feminista ni el socialista, puesto que se entiende que ambos están relacionados y que se necesitan mutuamente para conseguir los objetivos propuestos.¹⁷⁷

¹⁷⁶ VIVAS, Esther Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, nº 288. Barcelona - Espanha, Janeiro de 2012. p. 53. Disponível em: < <http://www.elviejotopo.com/web/revistas.php?numRevista=288>>. Acesso em dezembro de 2013. Versão traduzida disponível em < <http://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>>. Acesso em dezembro de 2013.

¹⁷⁷ SEPÚLVEDA, Fernanda Palacios. Movimientos sociales y género: La siembra feminista de La Vía Campesina. **Rev. Sociedad & Equidad**, Nº 4, Julio de 2012. Disponível em < http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/10/mmss_ygenero.pdf>. Acesso em Janeiro de 2014.

Portanto, foi nesse contexto que começou a emergir a campanha “Sem feminismo não há Socialismo”.¹⁷⁸

As falas das militantes sobre a atuação da Via Campesina/CLOC confirmaram essa grande rede que tem sido tecida em torno das discussões feministas no interior de determinados movimentos sociais do campo. Perla Alvarez, ao elaborar seu raciocínio sobre a história do feminismo na CONAMURI, nos mostra exatamente isso:

Na CONAMURI estávamos debatendo o feminismo, mas, todavia, não nos afirmávamos feministas. As discussões estavam se iniciando, essas questões do feminismo popular faz um ano aproximadamente que começamos a discutir. Essa discussão não vem tanto da CONAMURI. Essa discussão vem mais da Via Campesina, da CLOC.¹⁷⁹

Silrlei Gaspareto, militante do MMC, ao relembrar sobre a identificação do seu movimento com o feminismo, indica que:

[...] uma das expressões fundamentais para nós do nosso assumir-se enquanto mulheres feministas empoderadas foi - e isso eu sempre defendi no movimento, isso é uma construção que eu tenho e nós temos discutido e tal - mas pra mim do ponto de vista simbólico a forma de dizer qual é o nosso feminismo camponês foi o 8 de março de 2006 quando nós mostramos para a humanidade a situação em que vivem as mulheres camponesas, em que vivem as famílias, subordinadas a uma lógica do capital e que ao cuidar dos nossos filhos, se nós lutamos por creches, se nós lutamos por melhores condições, se nós lutamos por direitos previdenciários, nós entendemos que esses direitos estão colocados na ordem do direito e não da tutela, que são direitos que não nos consagram como libertação, mas que junto com isso nós queremos mostrar o nosso potencial de que as relações precisam ser transformadas. Todas as

¹⁷⁸ SEPÚLVEDA, Fernanda Palacios. Movimientos sociales y género: La siembra feminista de La Vía Campesina. *Rev. Sociedad & Equidad*, Nº 4, Julio de 2012. Disponível em < http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/10/mmss_ygenero.pdf>. Acesso em Janeiro de 2014.

¹⁷⁹ PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 1705/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

relações para nós; e junto com essas relações, nessa concepção feminista, o capitalismo se ancora, se abraça, precisa do patriarcado para continuar dominando. Então é por isso que para nós o feminismo não está desligado da luta contra o capitalismo.

Nesse seis de março quando nós fizemos a denuncia do que o capitalismo faz em cima dos povos... Essa denuncia foi uma ação das mulheres da Via Campesina, das quais a grande maioria são (sic) de movimentos autônomos que naquele contexto aonde existia a Conferencia Mundial da reforma Agrária, onde estavam presidentes de vários países definindo os rumos das terras no mundo, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais do sul do Brasil foram até o laboratório da Aracruz Celulose, arrancaram lá algumas mudas de eucaliptos e foram até Porto Alegre, arrebentaram os portões, entraram dentro da conferência e apresentaram as mudas de eucaliptos, dizendo aos presidentes dos países que se eles se alimentavam de eucaliptos, as famílias camponesas queriam comer arroz e feijão, queriam ter o direito de produzir com a produção agroecológica. E a partir desse momento do ponto de vista para nós do movimento de camponesas, da nossa luta, nós mostramos ao mundo, para a sociedade em qual feminismo nós acreditamos. Nem todas as feministas aceitaram essa proposta, compartilharam isso. Tanto que depois com as conseqüências desses atos, foram poucas as que tomaram posição e nos disseram que aquela ação foi acertada, mas foi aquela ação que nos tornou simbolicamente, que disse [em] qual feminismo nós acreditamos.¹⁸⁰

Sirlei estabelece como marco inicial essa ação ocorrida em 2006. Apesar de oficialmente terem se declarado um movimento feminista em 2004, foi em 2006 que essa decisão ganhou proporções maiores. Mas, ainda assim, o feminismo não era algo consensual entre as militantes da MMC. Na fala de Sirlei, é possível ver também que há tensões entre o

¹⁸⁰ SIRLEI GASPARETO. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

feminismo defendido pelo MMC e outras correntes feministas. Outro trecho de sua fala demonstra esse aspecto:

O feminismo significa para nós o processo de empoderamento das mulheres camponesas do ponto de vista de protagonistas, de mulheres que ao buscarem a sua própria libertação, buscam a libertação da sociedade. Nós não temos a concepção de é aquele feminismo que só se referencia na questão das mulheres, na questão de gênero, nas questões mais “pontuais”.¹⁸¹

Há uma crítica aparente ao feminismo que não seja o popular e de classe, que é defendido pelo MMC. A pretensão do MMC com o feminismo é a elaboração de propostas de mudanças estruturais na sociedade. Por isso, são contra aquilo que consideram ser um feminismo reformista, que ambiciona o cumprimento e a ampliação de direitos sociais para as mulheres, mas não pensa que, para isso, seja preciso modificar o sistema econômico vigente, ou seja, de capitalismo para socialismo.

Ainda sobre as concepções feministas e processos de inserção do feminismo, no que diz respeito à CONAMURI, a linha de raciocínio de Julia Alicia Amarillla, outra liderança do movimento paraguaio, se direciona em um sentido muito parecido ao discurso de Sirlei.

Larissa - O que aconteceu para que ocorresse essa maior visibilidade do feminismo na CONAMURI?

Julia- Foi um processo longo de discussão. Não foi fácil no começo porque o próprio movimento chegou a ‘satanizar’ o feminismo, dizendo que era igual o machismo invertido, assim como fizeram os de direita, dizendo que o socialismo era ruim para o mundo, fizeram isso com o feminismo também. Nós fizemos reuniões para que as companheiras se sentissem feministas. Depois elas aceitavam o feminismo, mas não se reconheciam enquanto tal. Faziam isso, não sei, por medo, porque ainda não conheciam muito. Muitas vezes desistiram de discutir, pensando que muitas das feministas são da cidade, não são “de classe”... São de ONGs e não questionam sua

¹⁸¹ Idem.

classe social, se acomodam. Mas temos discutido bastante sobre isso. E vamos continuar discutindo. E não falta muito para que coloquemos esse tema para as companheiras indígenas. Para elas especialmente esse tema é muito novo. Elas tem muita dificuldade com esse tema, porque a estrutura de organização de suas comunidades não permite que as mulheres se organizem. Elas tem que estar submetidas a um líder que decide suas vidas e as vidas de todas da comunidade. Então isso é muito complicado. Mas até agora, temos algumas companheiras indígenas que participam da CONAMURI que já são lideranças em suas comunidades.

Houve muitas dificuldades em se falar do tema do feminismo com as organizações que a CONAMURI coordena. Fizemos uma campanha sobre o tema do feminismo em organizações mistas e nos custou muito levar isso adiante.

[...] O tema do feminismo está em tudo. Está em toda a nossa maneira de fazermos política. Nas campanhas de Soberania Alimentar também isso aparece.

[...] Na CONAMURI entendemos, atualmente, que a situação de opressão das mulheres existe a partir de uma interação entre capitalismo e patriarcado. O patriarcado é muito anterior ao capitalismo e o capitalismo se apropriou disso como uma ferramenta a seu favor. Então, enquanto não lutarmos pela igualdade entre companheiros e companheiras, não iremos avançar na igualdade social.¹⁸²

Essa fala de Julia Alicia Amarilla basicamente sintetiza as razões iniciais que motivaram a identificação da CONAMURI com o feminismo e inclusive a adoção da campanha “Sem Feminismo Não há socialismo”. Publicamente, foi elaborada com o intuito de debater o tema da violência no mundo capitalista atual. Mas no âmbito das discussões internas, ou seja, no interior das articulações de movimentos

¹⁸² JULIA ALICIA AMARILLA. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 1705/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

sociais do campo no Paraguai, há a tentativa de inserir o feminismo no debate, exatamente pela compreensão de que a violência de gênero é também simbólica e pode ser vista nitidamente quando as mulheres têm sua representação política limitada e desconsiderada em espaços de decisão. Conforme Pérola Alvarez,

[...] no marco da Via Campesina estão as assembléias de mulheres que são muito ricas em debates desse tipo. Acontecem de dois em dois anos essas assembleias. A cada quatro anos há o encontro geral, mas de dois em dois anos são feitas conferências mais regionais. Esses espaços têm contribuído para levantar o tema da violência que existe no interior das organizações, o tema das desigualdades extraordinárias que existem nas formas de dirigir as organizações, a falta de espaços para as mulheres; e com esses elementos se vai construindo esse discurso feminista.

[...] Para mim o feminismo campesino e popular, ou popular e campesino vem da raiz da campanha contra a violência. E vem como um apelo para os companheiros para que se assumam de forma conjunta, para que reconheçam que existe a realidade da violência, e por outro lado impulsionar essa necessidade desse tema desde a prática organizativa. Porque isso de falarem: “Quando tomarmos o poder vai ocorrer a transformação social...” já sabemos que é falho. Então eu creio que ter me afirmado como feminista me deixou muito mais comprometida com a causa da CONAMURI. Porque a CONAMURI, também como um coletivo de mulheres, tem também o compromisso de impulsionar o debate sobre esse tema com as demais organizações. E isso não é fácil. Às vezes é mais fácil dialogar com autoridades do Estado do que com nossos companheiros.

A gente pensa que violência é um golpe. Não é só isso. O golpe mais doloroso é a violência psicológica, aquela que não se sente no físico, mas se sente na alma. É muito dolorosa.¹⁸³

¹⁸³ PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 17/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

Mas, para um entendimento mais amplo sobre essa máxima, de que sem o feminismo não pode haver socialismo, optei por separar também em quadros alguns trechos de publicações que falam de forma mais direta sobre os temas do socialismo e do feminismo, mas de formas separadas. Embora todos os temas que estão presentes nos três quadros e neste subtópico estejam relacionados e, muitas vezes se repetam, considero importante essa separação temática, pois tornará a análise mais articulada com os meus objetivos iniciais, além de facilitar o entendimento dos leitores e leitoras sobre a linha de raciocínio que pretendi construir.

Nos dois quadros seguintes, a ordem de temas são o socialismo e o feminismo. Considerei essa ordem, pois o feminismo foi o último conceito a entrar nas discussões desses dois movimentos sociais. Num primeiro momento, quando se formaram e se definiram como movimentos sociais pertencentes à classe trabalhadora e que defendiam o socialismo. Num segundo momento, quando as discussões sobre feminismo entraram em suas agendas políticas de forma mais sistematizada.

Como já vimos acima, os conceitos do feminismo foram acrescentados às discussões do MMC e da CONAMURI, com vistas a se adaptarem às teorias e princípios já existentes anteriormente nesses movimentos. Ou seja, foi após densas discussões e processos de formação, que o raciocínio sobre as formas e caminhos em que o socialismo, enquanto projeto político, poderia ser implementado no mundo atual é que foi entendida a importância da incorporação de um projeto de igualdade de gênero. A defesa do feminismo socialista foi elaborada nesse contexto. Os trechos presentes nos materiais a que tive acesso podem ajudar a entender melhor como tem ocorrido esse processo.

QUADRO 2
SOCIALISMO MMC E CONAMURI:
IDEIAS CENTRAIS

MMC	CONAMURI
<p data-bbox="185 300 378 327">CARTILHA 2.1¹⁸⁴</p> <p data-bbox="185 363 535 416">O Movimento de mulheres camponesas se caracteriza por ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="185 451 563 679">- Socialista: Onde todos tenham direito a viver com dignidade e igualdade. A Mensagem pública do MMC é a emancipação das mulheres camponesas e a construção da agricultura camponesa e ecológica, combinadas com a luta pela transformação da sociedade. <li data-bbox="185 715 575 1059">- O Movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza. 	<p data-bbox="602 300 804 327">CARTILHA 2.2¹⁸⁵</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="602 363 1002 740">- Por un socialismo que tome la vida cotidiana, que tome la vida de mujeres campesinas, indígenas, trabajadoras. El socialismo tiene que ver con plantearse con todas las luchas históricas. Si resolvían la vida económica se solucionaban los problemas. Cambiar una sociedad estatizada no resuelve los problemas. Hace falta discutir el colonialismo, el patriarcado, la familia, la sociedad y las organizaciones. <li data-bbox="602 775 1002 1120">- Hablamos del feminismo popular porque también hay un feminismo burgués que ha dado su aporte, pero si pensamos en un cambio de la sociedad, no sirve. Que una mujer decida vivir sola si lo desea, o si decide vivir con un hombre o una mujer lo haga porque quiera hacerlo. Un socialismo que enfrente simultáneamente todas las formas de opresión al colonialismo, al patriarcado, al racismo.

¹⁸⁴ Cartilha MMC: Uma história de organização, lutas e conquistas, 2008.

¹⁸⁵ COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. La lucha feminista por la erradicación de la violencia hacia las mujeres del campo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SIN FEMINISMO NO HAY SOCIALISMO. 2., Assunção, 2011, *Anais...* 2011.

CARTILHA 2.3 ¹⁸⁶	CARTILHA 2.4 ¹⁸⁷
<p>- O movimento das esquerdas brasileiras, mesmo durante ou após a ditadura militar não foi capaz de incluir em sua agenda, de forma efetiva, as questões das mulheres, entendendo que tais questões se resolveriam automaticamente com as transformações de cunho econômico e, no Brasil um grande número de mulheres passou a ser militante de partidos políticos e sindicatos, porém, nada mudava dentro dessas estruturas, pensadas por homens. Para ilustrar, eis a citação abaixo:</p> <p>- Agora me pergunto se a incapacidade do socialismo de abrir espaço para a agenda feminista — para realmente adotar esta agenda à medida que emerge naturalmente em cada história e cada cultura — seria uma das razões pelas quais o socialismo não poderia sobreviver como sistema (MÉSZARÓS, 2002: 290). É oportuna a colocação do autor acima citado, entretanto, há de se concordar que o movimento feminista não é algo que surge naturalmente na história. Se fosse pela naturalidade e pela naturalização das coisas, justamente o feminismo jamais existiria. As mulheres feministas eram acusadas, pelos chamados esquerdistas, de dividirem a luta, de serem contra o socialismo, e de serem, portanto, anti revolucionárias.</p>	<p>- El encuentro del socialismo y del feminismo es fundamental a la hora de pensar, en nuestro continente, la interacción de las diferentes opresiones: clase, raza, género, y para poder proyectar tanto las alianzas necesarias, como una teoría de la transformación social que permita constituir un sujeto colectivo que abra caminos emancipatorios, y que conjugue a un mismo tiempo la lucha por todas las libertades.</p> <p>- Mientras que haya desigualdad entre hombres y mujeres no habrá socialismo, decimos nosotras. No significa agarrar cargos de poder. El debate debe centrarse en qué oportunidades tendremos en una sociedad socialista. El proyecto de sociedad que queremos. Esto es lo que hay que incorporar para el debate, el feminismo, qué cuestionamos al sistema capitalista y la experiencia socialista en los países del mundo. Nuestra cabeza se está abriendo recién, entre tantas turbulencias, agarremos espacios para ir a hablar, a debatir, a cuestionar. Este es un tema de interés político para la mujer y todas las organizaciones. Porque podemos tener un socialismo corrompido y vicioso con todo el poder para los hombres otra vez y esto no es socialismo, porque el socialismo es la sociedad más justa.</p>

¹⁸⁶ PALUDO, Conceição (org.) **Mulheres, resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo – CBI, 2009.

¹⁸⁷ Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas, op. cit.

	<p>- El socialismo va a surgir cuando termine la explotación. Las organizaciones de mujeres también cuentan. Todos los esfuerzos serán compartidos. Por primera vez en 30 años las mujeres se animaron a denunciar las violaciones a los derechos en la dictadura. Por primera vez hay un criminal de lesa humanidad porque violó mujeres. Somos víctimas, sufrimos la violación y nos da vergüenza. Creemos que somos responsables. En la cárcel de mujeres el 99% fue violada, o maltratada. Son mujeres pobres. Nos costó un montón el hablar de lo que habíamos sufrido.</p>
--	--

Apesar de seguirem linhas de raciocínio muito parecidas, no que se refere a prioridades de lutas e ideais políticos e da sociedade que vislumbram, é perceptível a partir do que está exposto no quadro 2, que há uma espécie de hierarquia de prioridades que se reproduz nesses discursos impressos. Se por um lado a CONAMURI expõe os ideais socialistas em vários momentos, o MMC, apesar de ter esse ideal, e de também defendê-lo enquanto projeto de transformação da sociedade, não o coloca de maneira muito explícita em suas publicações mais recentes, tal qual o faz a organização uruguaia.

As publicações colocadas nos quadros possuem temporalidades próximas, mas enquanto o discurso da defesa do socialismo é uma bandeira de luta nítida na CONAMURI, no MMC é um pressuposto, mas não um registro impresso recorrente. Esse discurso aparece mais nas falas. Talvez essa distância entre o discurso impresso e o discurso falado apareça no MMC porque as impressões que possuem são financiadas pela secretaria especial de políticas públicas para as mulheres, que faz parte do governo do PT. Este governo, apesar de se mostrar favorável às causas sociais mais ligadas a um projeto de esquerda, sobretudo em comparação com o governo anterior do PSDB, não se coloca como um governo socialista e nem defende esse sistema político. O Brasil possui atualmente um modelo econômico capitalista por excelência. Por isso essa defesa do socialismo no caso do MMC é mais enfática em gritos de ordem proferidos verbalmente em reuniões

políticas do que propriamente em suas publicações. Na CONAMURI, por outro lado, seus materiais impressos não recebem financiamentos governamentais, mas são oriundos de ONGs estrangeiras, o que pode ser um facilitador na entonação de expressões mais explicitamente defensoras de uma transformação do sistema para o socialismo.

Ambos os movimentos defendem basicamente as mesmas ideias, porém, em termos discursivos, em determinadas defesas aparecem de formas mais explícitas do que em outras. No caso do socialismo, a CONAMURI possui um discurso mais enfático. No caso do feminismo, o MMC parece estar mais confortável para defender tais posições. No caso da defesa da máxima “Sem feminismo não há socialismo” é nítida a influência em ambos dos movimentos da Via Campesina e da CLOC, já que foram esses dois movimentos que deram o “pontapé inicial” para a defesa desse ideal político. Porém, cada movimento ao se apropriar dessa campanha, o fez de maneiras específicas para que se adequassem às suas realidades cotidianas. Assim, apesar de os discursos serem muito semelhantes, são repletos de singularidades devido aos cotidianos ímpares vividos por cada organização, como pôde ser visto nos quadros 1 e 2.

Ainda sobre o feminismo defendido pelas organizações estudadas, embora ambas possuam referências e aproximações com o ecofeminismo, posso afirmar que o MMC defende um feminismo ligado a uma linha ecofeminista de maneira muito mais nítida, como pôde ser visto na parte final do quadro 1. As expressões “em defesa da vida” e “cuidadoras” da vida são recorrentes nos discursos do MMC. Na CONAMURI, isso não aparece muitas vezes, é mais sutil.¹⁸⁸ Em larga medida, isso se deve ao fato evidente de que, se a defesa do feminismo é algo extremamente difícil de ser explicitado pela CONAMURI quando esta se articula com organizações mistas de movimentos sociais - ainda que seu discurso seja em defesa do socialismo -, é de se imaginar que se for exposto uma tendência a essencializar as práticas de cuidado com a terra como femininas, tal qual coloca o ecofeminismo, suas defesas e propostas feministas seriam provavelmente muito mais rejeitadas do que já o são. Porém, como forma de discurso estratégico para convencer a participação de camponesas nas bases do movimento, a entonação ecofeminista é muito mais visível. Isso também acontece com o MMC. Se nos discursos impressos há nítidas referências ecofeminista, nas falas das militantes essa defesa é muito mais perceptível também como estratégia de convencimento.

¹⁸⁸ Isso pode ser visto nas imagens mais adiante neste capítulo.

É importante atentar para o fato de que esse discurso mais essencializado e que remete ao ecofeminismo aparece como algo geracional. As militantes mais antigas do MMC entoam o discurso essencializado, que relaciona mulheres com a terra e o nascimento das plantas, muito mais do que as militantes mais jovens. Essas, por sua vez, se forem parte da direção do MMC, seja a nível estadual, seja a nível nacional, dificilmente agregam em seus discursos falas ecofeministas. Suas falas caminham muito mais para a defesa do feminismo socialista do que do ecofeminismo. Não que sejam coisas excludentes no interior dos movimentos, mas o caráter que adquiriram possuem características únicas, que dificilmente caberão em elucubrações conceituais acerca do que seriam de forma estática o ecofeminismo ou o feminismo socialista. Portanto, apesar de referências teóricas diversificadas existirem, as formas como esses movimentos se apropriaram dessas categorias e as instrumentalizam em suas práticas e discursos cotidianos conformam um conjunto único e específico, que varia em cada um desses movimentos de mulheres camponesas.

Pode-se dizer que vem ocorrendo uma releitura de práticas e teorizações feministas socialistas ou eco-feministas¹⁸⁹ oriundas de ações ocorridas em várias temporalidades do século XX. De um modo geral, o feminismo socialista que foi praticado nas décadas de 1960 e 1970, teve suas bases formadas a partir das revoluções Russa, Chinesa e Cubana, ocorridas em 1917, 1949 e 1959, respectivamente. Assim, o feminismo que é proclamado como camponês e popular, por parte tanto da CONAMURI quanto do MMC, absorveu referências socialistas elaboradas nessas revoluções e, também, referências das correntes feministas, formadas pelas feministas socialistas. Essas últimas, por sua vez, também foram influenciadas por essas revoluções.

Mas, dentre todas essas referências socialistas, duas são mais destacadas; a primeira é a própria teoria marxista, substrato de tudo o que foi falado no parágrafo anterior. A segunda se concentra na figura de Rosa Luxemburgo.

¹⁸⁹ O debate sobre ecofeminismo foi trabalhado mais adiante neste capítulo.

QUADRO 3
Feminismo MMC e CONAMURI:
Ideias centrais

MMC	CONAMURI
<p>CARTILHA 3.1¹⁹⁰</p> <p>[...] O feminismo se constitui numa forma de pensar o mundo, a sociedade, o ser humano e as suas relações, afirmando as mulheres como protagonistas da história, junto com todos os sujeitos sociais e não apenas os homens, brancos, ricos, heterossexuais, como impõe a cultura patriarcal, racista e a sociedade capitalista.</p> <p>[...] Além disto, o feminismo se constitui também como uma teoria sociológica, ou seja, uma forma de ver, analisar, refletir sobre o mundo, a sociedade e as relações humanas que traz como contribuição fundamental, a reflexão de que todas as relações humanas são relações de poder. E que estas relações de poder podem ser de reciprocidade, respeito, pluralidade e policultura ou podem ser de opressão, dominação, monocultura.</p>	<p>CARTILHA 3.2¹⁹¹</p> <p>¿Qué es el Feminismo? Es una corriente crítica de pensamiento y movimiento social y político, que trata de superar la situación de subordinación y sometimiento de las mujeres y que propone un nuevo modelo de sociedad basado en la igualdad real entre hombres y mujeres. También es una ideología que busca cambiar las relaciones sociales de género.</p> <p>Para cambiar este sistema patriarcal y capitalista que tanto nos oprime, podemos encontrar una gran herramienta de lucha en el feminismo, ya que gracias a esta corriente de pensamiento y movimiento social, hemos podido analizar la situación de las mujeres y buscar formas para superar las relaciones de opresión y desigualdad entre hombres y mujeres, que aún existen en nuestra sociedad.</p>

A partir do que pôde ser lido nos três quadros anteriores fica mais nítido o entendimento dos significados desse feminismo popular camponês e revolucionário, que estabeleceu o patriarcado e o capitalismo como estruturas causadoras da opressão de classe e gênero existente na atualidade. As alternativas encontradas por esses dois movimentos de mulheres para a superação dessa realidade generalizada

¹⁹⁰ Cartilha MMC: Em defesa da vida, 2008.

¹⁹¹ COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Géneros Patriarcado y Feminismo. **Curso de formación Pytyvõhára 1.**¹⁹¹ Assunción - Paraguay, feb 2012. (Cartilha de curso de formação política). p. 23.

de opressão giram em torno da adoção da soberania alimentar, agroecologia e do feminismo socialista.

Conforme já foi dito no início deste texto, essa corrente feminista socialista possui teorizações que vem de longa data, desde inícios do século XX. Com Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo como suas principais precursoras. A primeira, feminista declarada e a segunda, embora defendesse linhas de pensamento próximas as de Clara, não possui entre suas publicações a defesa de questões especificamente feministas. Todavia, é a ela que a maior parte das camponesas recorre quando são indagadas sobre leituras feministas¹⁹². A fala de Perla é ilustrativa neste sentido:

Essa identificação com o feminismo por parte da CONAMURI acontece assumindo os aportes do marxismo clássico e também das pensadoras, como Rosa Luxemburgo, por exemplo. Ela teve um papel preponderante na política e a CONAMURI defende fundamentalmente a participação política das mulheres. Propomos coisas vendo que tudo é político. As relações e as decisões em casa são políticas. Não se assumem como tal, mas são políticas, pois envolvem questões de poder. Na CONAMURI o que buscamos é que as mulheres camponesas e indígenas tenham sua voz, representação em seus espaços nos âmbitos de tomada de decisões, nos âmbitos de poder. Isso se dá no âmbito familiar, da comunidade, nas redes sociais, e no âmbito social político. Mas nós não estimulamos a participação político-partidária.¹⁹³

Dentre as várias teorizações propostas por Rosa Luxemburgo, uma delas era sobre o papel dos partidos e do Estado na condução da revolução socialista. Rosa defendia que o povo deveria ter maior participação nas tomadas de decisão. Era contra a ideia de uma vanguarda revolucionária, que iria direcionar o povo durante e após a revolução. Sua defesa pela maior participação popular nas decisões foi motivo de discórdia entre seus colegas do partido socialista alemão e, inclusive, chegou a se desentender com o líder do partido socialista russo, Lênin, quando debateram, em algumas correspondências trocadas,

¹⁹² Diário de Campo dia 17 de maio de 2012

¹⁹³ PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 1705/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

sobre os rumos da Revolução Russa.¹⁹⁴ Rosa Luxemburgo foi uma das precursoras da ideia de autonomia participativa e influenciou tendências apartidárias em organizações de esquerda e marxistas, que se formaram posteriormente. Portanto, essa defesa das ideias de Rosa Luxemburgo por parte de Perla, ocorreu também porque a pensadora alemã produziu um raciocínio que combina com os preceitos políticos defendidos pela CONAMURI.

Um outro ponto que pode ser levantado a partir da fala de Perla, é que Rosa Luxemburgo teve um papel importante no pensamento socialista alemão do começo do século XX. Foi uma liderança em uma época em que poucas mulheres participavam de organizações políticas. Por isso, apesar de não ter defendido ideias diretamente voltadas ao feminismo, seu pensamento sobre igualdade social e política, elaboradas a partir da teoria Marxista, tem inspirado as militantes da CONAMURI, como ocorre com Perla. Como ela mesma disse: “Rosa Luxemburgo defende fundamentalmente a participação política das mulheres”, e o papel ideológico principal da CONAMURI é defender esta participação.

A partir desse momento, a ideia principal é situar os discursos feministas presentes nos quadros acima e nas falas que foram selecionadas, a partir de entrevistas realizadas com algumas militantes, dentro de um contexto histórico, procurando articular o que está presente nas fontes com algumas discussões teóricas, que embasam esses conteúdos das fontes.

Determinadas palavras que foram usadas nos discursos desses movimentos, tanto impressos quanto verbais, como: feministas, libertação, patriarcado, feminismo camponês, popular e revolucionário - possuem historicidade, ou seja, são palavras carregadas de significados, que remetem às práticas do feminismo conhecido como de primeira onda, onde mulheres como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai¹⁹⁵, dentre outras, desenvolveram teorias que iriam levar à elaboração de um feminismo, conhecido como marxista ou socialista.

Esse feminismo socialista foi sendo construído ao longo de todo o século XX. No Brasil dos anos 1970 e 1980, teóricas feministas como Heleith Saffioti e Zuleica Alambert se tornaram as principais teóricas da

¹⁹⁴ Ver LOUREIRO, Isabel. **Vida e obra de Rosa Luxemburg**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2007.

¹⁹⁵ Essas mulheres, no entanto, não se reconheceram como feministas, mas suas teorias foram apropriadas posteriormente em teorizações feministas, principalmente naquelas ligadas ao socialismo.

corrente feminista socialista no Brasil, sob a influência de mulheres socialistas e, muitas das quais também feministas, do começo do século XX. Elas elaboraram suas análises com base nessas teóricas socialistas e com base nas teorias do próprio Karl Marx. Utilizaram os pressupostos da existência de “base e superestrutura”, “classe trabalhadora” e “luta de classe” existente entre capital e trabalho.¹⁹⁶

O feminismo marxista parte do princípio de que há uma inter-relação entre a opressão de classe e a opressão contra a mulher, assim a “luta das mulheres” e a “luta de classes” não podem ser dissociadas. Para as feministas marxistas a opressão das mulheres não ocorre da mesma forma para todas as mulheres, ou seja, isso depende da classe, cor ou cultura em que uma determinada mulher está inserida. Isso quer dizer que apesar de todas as mulheres sofrerem a opressão de gênero, no entanto, isso se dá de formas diferentes, depende das categorias em que essas mulheres estão inseridas.

Foi possível perceber, a partir das análises das fontes, que os argumentos de Heleieth Saffioti são os utilizados para embasar discursos sobre as práticas feministas do MMC. Nas referências bibliográficas das cartilhas que discorrem sobre feminismo, Saffioti é figura recorrente, sobretudo a partir de suas obras “A Mulher na Sociedade de Classe”, de 1976 e “O fardo das trabalhadoras rurais”, de 1983.¹⁹⁷ Saffioti consagrou-se também por seus estudos sobre violência de gênero e por relacioná-la à estrutura patriarcal. Logo, essa alusão ao patriarcado, que apareceu nos vários trechos que foram destacados nos quadros, possuem em suas bases ideias de pensadoras como Saffioti.

As argumentações feministas do MMC, que foram influenciadas pelas teorias de Saffioti, por sua vez, influenciam fortemente as práticas e discursos feministas da CONAMURI. Como já foi mencionado anteriormente, o MMC e a Via Campesina foram os grandes impulsionadores do “assumir-se feminista” da CONAMURI. As militantes desta organização perceberam os sentidos estratégicos da identificação de seu movimento social como feminista e têm se assumido como tal desde 2009, aproximadamente.

Essa identificação estratégica ocorreu após a percepção do êxito obtido – em termos de visibilidade e ampliação do debate – nas

¹⁹⁶ LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹⁹⁷ Exemplos disso são as cartilhas tais e tais. Em defesa da Vida, Op. Cit. e Gênero, sexualidade e Direitos das Mulheres, Op. Cit.

campanhas contra a violência, promovidas pela CLOC/Via Campesina a partir de 2008. Julia Alicia expõe sua visão sobre esse processo:

Somos parte também da CLOC/Via Campesina. E desde a CLOC estamos levando essa campanha, “Basta de violência contra as Mulheres”. Mas estamos discutindo um pensamento desde as mulheres camponesas e indígenas que é o feminismo camponesino e popular. E nisso estamos em plena discussão. Porque desde nossa própria cultura, desde o trabalho que fazemos, é disso que se trata o feminismo que queremos. E estamos rediscutindo e desenvolvendo esse novo pensamento, pois nós cremos que nós mulheres camponesas estamos desenvolvendo uma luta que é também feminista dentro da nossa organização e em nosso país. E aqui na CONAMURI temos tido vários encontros. Dentro da nossa formação mesmo há o tema do feminismo, mas do lado de fora, custa às pessoas aceitarem, porque desde muitos anos dentro das organizações mistas está marcado muito forte que o feminismo é igual ao machismo, que o feminismo é algo ruim, que é uma ferramenta do capitalismo. Toda essa campanha tem sido feita; é um discurso ideológico que está ainda muito forte dentro das organizações. E muita gente pensa isso. As próprias mulheres não querem se dizer feministas por causa disso. Até hoje isso continua.¹⁹⁸

Como já foi mostrado em discussões anteriores e tal qual pôde ser visto na fala de Julia, a CLOC/Via elaborou sua campanha contra a violência feita às mulheres, utilizando como bases as categorias gênero, patriarcado e feminismo. O discurso utilizado pela CLOC/Via na campanha “Basta de violência contra as mulheres”¹⁹⁹ foi bem contundente e convincente. Convenceu o MMC. E, posteriormente, as mulheres da CONAMURI, para que considerassem a possibilidade de inserir os conceitos de feminismo e patriarcado, após perceberem que poderiam ser ferramentas importantes na explicação e combate ao

¹⁹⁸ JULIA ALICIA AMARILLA. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 17/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

¹⁹⁹ Uma imagem dessa campanha aparece no sub tópico seguinte.

quadro grave de violência que vêm acometendo as mulheres camponesas do Paraguai.

Mas para além desse feminismo estratégico, é importante perceber, também, os efeitos que esse assumir-se feminista teve nas subjetividades das militantes da organização paraguaia. Zulma Priero, uma das dirigentes nacionais, falou disso:

Larissa - Você se considera feminista?

Zulma - Sim. Mas esse foi um ponto difícil para mim.

Larissa - É mesmo? Por quê?

Desde quando se considera feminista?

Zulma - Eu passei a me reconhecer como feminista faz um ano ou dois anos, depois de ter feito muitos cursos. Não sabia muito do que se tratava, mas depois que fiquei conhecendo, então me reconheci como feminista. Mas tive que refletir muito sobre o que passei na vida. Não havia pensado nisso; mas depois de refletir fui me percebendo feminista. Foi primeiro por um impulso da organização, e depois me reconheci como feminista. Muitas mulheres não aprovam que você seja feminista, mas elas não conhecem a nossa realidade. Não sabem o que é ser feminista

Larissa - E para você o que significa ser feminista?

Zulma - Depois de todo um processo de formação e reflexão, isso é muito novo para mim, eu percebi que sou feminista porque sou uma mulher, sou lutadora, sou feminista. Lutar sempre pelas mulheres, e vou dizer sempre que somos feministas. Mas isso para compartilhar com as minhas próprias companheiras ainda é algo difícil.

Larissa - E porque é difícil?

Zulma - Porque o patriarcado, o machismo está presente também entre as mulheres. E muitas mulheres pensam que porque se é feminista que se quer competir com os homens, passá-los para trás,

ou seja, o patriarcado está também nas cabeças das mulheres.

Eu antes da CONAMURI não queria falar. Não falava porque tinha vergonha, porque estava insegura. Entendia tudo o que acontecia, mas não falava. Achava que não iriam querer me escutar. Cresci numa lógica em que quando um homem falava, eu tinha que me calar. Tenho esse trauma de que tinha que calar-me. Que poderia falar somente dentro de casa. Isso tem mudado com a participação na CONAMURI. Vejo hoje que tenho que falar na frente das pessoas, defender minhas ideias. Hoje faço muitas denúncias de violência na minha comunidade. O feminismo ajuda nisso. Temos que falar com todos na comunidade sobre violência.²⁰⁰

A fala de Zulma trouxe vários elementos para pensarmos nas práticas feministas da CONAMURI. Ela se identificou como feminista, após a identificação oficial de seu movimento como feminista. “[...]. Foi primeiro por um impulso da organização, e depois me reconheci como feminista. Muitas mulheres não aprovam que você seja feminista, mas elas não conhecem a nossa realidade. Não sabem o que é ser feminista”. O feminismo não é um tema aparentemente muito aceito entre as mulheres do campo no Paraguai, assim como também não foi, por muito tempo, aceito no meio rural brasileiro e no MMC.

Há uma série de resistências e preconceitos que impedem que a teoria feminista seja inserida de fato em movimentos sociais de mulheres rurais no Paraguai. Talvez essa identificação com o feminismo – que pode ser chamada de tardia, se comparada com a trajetória do feminismo em outros movimentos sociais pelo mundo nas últimas décadas –, tenha ocorrido mais recentemente, exatamente devido a essas incompreensões e polêmicas que o termo carrega. Isso é algo histórico. A rejeição e o preconceito com o feminismo têm feito parte do senso comum desde o seu surgimento.²⁰¹ E isso é algo que se reproduz socialmente. Nos casos dos dois movimentos sociais estudados, isso aparece de forma muito nítida.

²⁰⁰ ZULMA PRIERO. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 12/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

²⁰¹ FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1997.

Outro ponto a se pensar, a partir do que a fala de Zulma nos mostrou, é que, novamente, é perceptível a distância entre o que está escrito e o que se pratica, se pronuncia verbalmente. Os debates feministas, para acontecerem nesse movimento, precisaram de um material impresso que pudesse encaminhar e impulsionar os pontos a serem discutidos. Esse foi o papel de algumas cartilhas de formação, como aquelas que debateram o tema da violência. Essas cartilhas sobre violência de gênero vieram inicialmente da Via Campesina. Posteriormente a CONAMURI se apropriou desse debate e passou a publicar material próprio sobre esse tema, elaborados pelas próprias dirigentes.

Esse material que foi publicado em defesa do feminismo certamente foi elaborado por militantes que já tinham tido outras experiências de formação e por isso levaram as ideias feministas para dentro da organização paraguaia, com o objetivo de expandir tais debates com outras lideranças que ainda não possuíam tanta familiaridade com esse tema, como é o caso de Zulma. Na época das visitas à entidade do Paraguai, percebi que em seu interior havia uma dinâmica interna, na qual havia pessoas encarregadas para diferentes tarefas. Perla Alvarez, anteriormente citada, era uma das encarregadas da produção dos materiais impressos. Para Perla, o seu assumir-se feminista ocorreu, também, de forma conflituosa tal qual como aconteceu com Zulma, como vemos a seguir:

Larissa - E você, Perla, quando se declarou feminista?

Perla – Eu, faz dois anos. Antes eu não me declarava feminista. Parecia-me que o feminismo era uma questão muito urbana e não chegava às camponesas. Os discursos feministas eu via saindo de bocas de gente urbana e de ONGs. Mas me relaciono muito bem com as companheiras feministas, de todas as correntes.

Para que isso deixasse de ser urbano o que me ajudou a tomar a decisão pessoalmente foram os cursos de formação que tenho feito nesses dois anos desde que me assumi. Os cursos que fiz no CDE, como o “Mujeres de Organizaciones”. Foi um curso que ocorreu por três dias. Para mim esses cursos foram importantes porque ali eu vi o cruzamento entre o feminismo e o socialismo. Eu

não via esse debate fora dali, fora desses espaços. Na CONAMURI estávamos debatendo o feminismo, mas, todavia, não nos afirmávamos feministas. As discussões estavam se iniciando, essas questões do feminismo popular faz um ano aproximadamente que começamos a discutir. Essa discussão não vem tanto da CONAMURI. Essa discussão vem mais da Via Campesina, da CLOC.²⁰²

A partir das falas de Perla e de Zulma podemos ter uma ideia sobre como se deu esse complexo processo de identificação com o feminismo por parte das militantes paraguaias. Novamente é notável o papel impulsionador da Via Campesina e da CLOC.

Outra questão levantada por Perla diz respeito à sua percepção anterior, quando afirmou pensar que o feminismo era algo *muito urbano*. Perla e Zulma, portanto, nos trouxeram em seus depoimentos pontos significativos dessa identificação, tanto pessoal quanto coletiva das militantes da CONAMURI com o feminismo. Para Zulma, houve tensões e preconceitos de outras pessoas que participavam do seu movimento, que postergaram sua identificação com o feminismo. Para Perla, da mesma maneira, sua identificação ocorreu em 2010, devido à sua opinião anterior de que o feminismo era algo mais urbano, logo tratava de questões que estavam distantes das mulheres camponesas.

Essa concepção que essas duas militantes paraguaias possuíam sobre o feminismo é algo que vem se reproduzindo de forma muito mais comum do que se imagina. Um questionamento que surge a partir disso é o quanto o tempo histórico é algo sempre relativo. Por exemplo, se pensarmos que o feminismo - enquanto movimento social e teoria filosófica - perpassou de diferentes formas todo o século XX, possibilitou a aquisição de direitos para mulheres de diferentes partes do mundo e, inclusive, influenciou de formas diretas e indiretas a formação de inúmeras organizações de mulheres, mobilizações e movimentos sociais tanto os formados exclusivamente por mulheres, quanto os mistos. A partir dessas constatações, poderíamos, de forma ingênua, inferir que organizações de mulheres tivessem conhecimento desse contexto histórico e percebessem, de maneira consciente, as influências do feminismo em suas organizações. Entretanto, não é exatamente isso que acontece na prática. Parece-me que as organizações estudadas, são

²⁰² Zulma Priero, Entrevista citada.

apenas duas, entre tantos outros exemplos de militância com tais limitações.

Através das análises realizadas no texto até aqui, pudemos observar que os contextos de formação dos movimentos de mulheres oriundas de áreas rurais foram muito semelhantes no Brasil e no Paraguai. Aqueles períodos compreenderam historicamente os ocassos de regimes militares, os processos de redemocratização, mulheres na busca por organizações em torno de ampliação de direitos, após todo um contexto complexo ocorrido na década de 1960 e 1970, de mulheres que se mobilizaram mundo afora, também reivindicando direitos: civis, sociais e pessoais. No entanto, apesar de todo esse quadro histórico de mobilizações sociais de mulheres ao longo de todo o século XX, a memória coletiva preponderante nos movimentos estudados é que o feminismo é um tema, que até poucos anos atrás, não contemplava suas demandas. Ainda que ambos tenham surgido dentro de uma lógica de inúmeras influências feministas que vinha sendo construída há décadas.

Pois, ainda que essas mulheres mantivessem uma relação de identificação com o feminismo e isso refletisse em suas práticas, a iniciativa de assumirem-se feministas foi dificultada pela série de receios que as militantes mantinham em relação aos preconceitos que o termo carrega historicamente. Como já mostrado anteriormente Maguierina Balbuena, uma das lideranças mais evidentes de Caaguaçu, em um pronunciamento feito no final dos anos 1990, demonstrou que seu conhecimento acerca do feminismo estava mesclado com os preconceitos que acompanham este movimento desde quando surgiu, quando disse:

A nosotras se no ha acusado de feministas, pero hay que definir-lo, ser feminista no es malo, [...] Y el feminismo surge porque hay opresión, porque hay desigualdad, porque hay exclusión [...];

Ahora si con el correr del tiempo [...] el feminismo se convierta en una contradicción y en un choque permanente con los varones... porque si vá por ese caminõ la lucha de las mujeres entonces se va a crear movimiento machista a nivel mundial [...];

Hay tendencias feministas donde las mujeres piensan que hay que apuntar al varón y bombardearlo. Y no es así, con eso no se

construye. ¿Después qué viene? ¿Con eso se va a lograr la igualdad?²⁰³

Falou ainda que há que se atentar para os caminhos que o feminismo tomará para que não possibilite a criação de um “movimento machista em nível mundial”. Como se o machismo não estivesse por toda parte, desde tempos imemoriais. Ou seja, esse pensamento aponta que, mais uma vez, a responsabilidade pelo suposto “surgimento” do machismo estaria sendo colocada sobre as mulheres.

Outro preconceito que apareceu entre os mais diversos movimentos sociais de esquerda desde os anos 1960 até os dias hoje, é o de que o feminismo desviava a luta socialista de fato e que a superação da condição de desigualdade das mulheres seria alcançada com a revolução socialista e derrubada do capitalismo. Que primeiro deveria ser feita a luta de classes num sentido mais universal, sem que se atentasse para as especificidades das questões das minorias, entre elas as das mulheres, pois isso somente desviaria o foco da luta. Logo, entendemos que o feminismo tem sido visto, durante muito tempo e por muitos militantes de esquerda, como uma questão secundária. É necessário lembrar que o feminismo foi visto por vários militantes de grupos de esquerda que participaram das lutas de oposição às ditaduras implantadas na América Latina na segunda metade do século passado, como um movimento cujas lutas pertenciam aos anseios burgueses e, assim, não necessárias para a superação do capitalismo.

Este tipo de pensamento está ligado a uma crítica ao que é chamado de feminismo liberal ou feminismo burguês. Seria entendido como um feminismo que luta por igualdade de direitos de gênero, mas que para isso não considera a luta de classes, como sendo um elemento fundamental nesse processo. Maguiorina faz parte dessa linha de raciocínio e reproduz a lógica histórica de discordâncias entre as chamadas feministas liberais e feministas socialistas.

Com relação ao movimento brasileiro, as declarações das militantes obtidas através de entrevistas, proporcionaram uma compreensão mais complexa sobre os entendimentos que elas possuem, tanto individualmente quanto enquanto lideranças, representantes das ideias defendidas pelo movimento do qual fazem parte.

Catiane Sinelli, liderança nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, quando descreveu e refletiu sobre o feminismo no MMC, trouxe ideias, temas e discussões que são bastante parecidas com as que

²⁰³ ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena**: Semilla para uma siembra. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008. p. 83.

apareceram nos discursos da CONAMURI, tanto por parte das falas das militantes, quanto por parte do que está impresso na forma de cartilhas e fôlderes, conforme podemos observar logo abaixo:

Eu penso que o feminismo é um conceito, um tema, um movimento que se trabalhou muito nos movimentos feministas das cidades. O feminismo no campo nunca foi um ponto tão forte. Então eu acho que é até por isso e pelas dificuldades que em muitos momentos, pelas diferentes interpretações do feminismo, que assusta, é pesado, e nós sabemos que até hoje ao se assumir como feministas a gente assume um compromisso muito grande, então o feminismo não deixava de acontecer no movimento, ele sempre aconteceu, mas nos nossos documentos do MMA até o que eu pude perceber havia discussões sobre as novas relações de gênero e sobre uma nova sociedade, a igualdade de direitos, o respeito às diferenças – eu tenho os meus direitos enquanto mulher.

[...] Desde o começo o movimento tinha um caráter feminista, de acordo com as ações, mas que não se assumia. Pelo tema ser pesado, pelo tema ser ainda muito difícil. No campo até hoje não tem muitas autoras que falem sobre o feminismo no campo.

Que eu saiba o nosso movimento é o único que se assume como movimento camponês e feminista no Brasil. Eu não conheço outro. Então eu acho que nesse processo de discussão sobre o movimento em que também há um processo em que também acontecem articulações com movimentos feministas e também com universitárias e professoras universitárias que vinham discutindo esse tema, então eu acho que é a partir disso que se assume o feminismo.

E também é nessa discussão do que seria o movimento nacional que veio para os estados que esse debate veio também. Que é um movimento de mulheres, que posição iríamos assumir. Se seriam 'novas relações de gênero' ou 'feminismo'. Quais eram as diferenças entre uma e outra expressão.

Feminismo você assume junto a uma luta de classes. Para nós é isso: feminismo é a transformação da sociedade entre os seres

humanos, entre os seres humanos com a natureza, então é uma transformação também das relações de produção. E feito pelas mulheres, com a autonomia das mulheres. Então é um movimento de classe, é um movimento camponês, é um movimento popular e é um movimento de mulheres. Então é um movimento feminista pelas práticas. E é isso que nós queremos reforçar. É essa a nossa identidade. Foi naquele momento também que começamos a nos assumir com uma identidade feminista.

E também não dá pra negar o processo que as dirigentes já tiveram, que já estavam há anos no movimento. Que vem sendo feito esse amadurecimento sobre o que é ser feminista, sobre o que é o movimento feminista na história. Então acho que é esse amadurecimento que vai dando condições concretas para que o movimento a nível nacional se assuma como feminista. Porque é a partir do documento tese do movimento nacional que os movimentos a nível estadual vão passando a se assumir como feministas.²⁰⁴

Essa aproximação entre os discursos do MMC e da CONAMURI, que como vimos acima, pode ser explicada pela atuação da Via Campesina no seu papel de articuladora internacional de organizações do campo, mas também pelos contatos próximos entre esses dois movimentos, ou seja, interagem mesmo sem a mediação da entidade internacional.

A proximidade territorial entre o Brasil e o Paraguai certamente é um dos facilitadores desses intercâmbios, que tem ocorrido entre os dois movimentos de mulheres estudados. Essas duas constatações já foram exploradas em outros momentos desse texto, porém, é importante que sejam complementadas com as falas orais das militantes de ambos os movimentos. Em um determinado momento da fala de Perla, essas conexões foram brevemente comentadas:

Então nesses temas de gênero e de mulheres se incorporam conteúdos da história das mulheres no mundo e na América Latina e no Paraguai e vão dizendo que há vários tipos de feminismo. E por

²⁰⁴ CATIANE CINELLI. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

outro lado o intercâmbio constante com outras organizações de mulheres, como a Anamury do Chile, o MMC do Brasil, são fundamentalmente essas duas organizações que dialogamos continuamente.

[...] Há bastantes diálogos contínuos com as companheiras do Brasil. E também no marco da Via Campesina estão as assembléias de mulheres que são muito ricas em debates desse tipo. Acontecem de dois em dois anos, essas assembleias. A cada quatro anos há o encontro geral, mas de dois em dois anos são feitas conferências mais regionais.

[...] Esses espaços têm contribuído para levantar o tema da violência que existe no interior das organizações, o tema das desigualdades extraordinárias que existem nas formas de dirigir as organizações, a falta de espaços para as mulheres; e com esses elementos se vai construindo esse discurso feminista. Eu creio que com essas convivências, as trocas de experiências, essa solidariedade afetiva ocorre entre as mulheres em geral, acaba tornando os nossos discursos mais feministas.²⁰⁵

Outra questão que precisa ser levantada sobre as práticas desse feminismo camponês, são as estratégias que estão sendo elaboradas para a ampliação da aceitação do discurso feminista, dentro desses movimentos de mulheres. Perla indicou que a implementação desse ideal feminista ocorreu de maneiras diferenciadas, dentro da CONAMURI. Todavia, percebemos que vem ocorrendo uma série de problemas durante as tentativas de se levar as discussões sobre o feminismo para as bases do movimento.

Situação um tanto tranquila vemos nos debates e os acordos discursivos que as lideranças possuem entre elas, e que foram construídos ao longo de complexos processos de formação política. É a partir disso, inclusive, que elaboram esses discursos, tão semelhantes entre si quanto às causas que defendem, como foi possível observar nas falas das militantes dos dois países e nas cartilhas que elaboraram. Isso tudo é feito de forma acordada e consciente entre elas. Faz parte da

²⁰⁵ PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 1705/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

estratégia de militância possuir discursos parecidos, que não sejam conflitantes entre si, mas de consenso.

Entretanto, as dificuldades surgem quando se busca convencer militantes que não estão entre as lideranças e que tem uma participação menor nesses movimentos, como, por exemplo, líderes comunitárias que, de alguma maneira, interagem e se articulam com esses movimentos. De modo geral, convencê-las de que o feminismo pode ser útil para o entendimento, tomada de consciência e perspectiva de mudança de suas realidades é uma tarefa bastante árdua. Elaborar cursos nas bases sobre teorias, que muitas vezes são difíceis de entender, sem que seja feito toda uma sequência de estudos e leituras direcionadas, é aparentemente um dos grandes desafios atuais desses dois movimentos sociais. A esse respeito, Perla também nos fala:

Com relação ao feminismo ainda temos dificuldades com a questão da metodologia. Porque ainda não aprendemos a trabalhar a oralidade. As companheiras estão inseridas em uma cultura oral em guarani. E os materiais dos cursos que nós temos estão em castelhano. Muitas companheiras não lêem castelhano, nem tampouco lêem em guarani.

[...] Estamos na CONAMURI num processo interessante desse debate sobre feminismo. Estamos agora nesse compromisso de levar esse debate mais até as bases. Porque a coordenação nacional já está com esse debate incorporado, mas falta ocorrer essa distribuição de formação e informação entre as companheiras das bases. Isso já existe, em algum grau; esse debate chega às bases, mas eu não sei se chega com toda a importância que esse tema possui.

Há por parte de organizações mistas de lutas do campo um discurso até feminista, mas suas práticas são machistas. Dizem: “Nós damos espaços as mulheres, mas as mulheres não assumem seus papéis, não vem nas reuniões, não participam, não querem participar.” (entonação de voz de deboche). Esse tipo de discurso é o que mais tem. Então se há uma reunião, marcam as cinco da manhã (!). Iremos deixar os nossos maridos para irmos a essas reuniões, como eles fazem com suas mulheres? Não é bem assim que funciona na prática. Uma dirigente comunitária

que se levantar nesse horário para ir a uma reunião não é muito bem aceita. Isso ocorre, elas o fazem, mas é com muita luta. Há casos de companheiras que tiveram que romper com seus parentes. Às vezes o marido até entende, mas o resto da família, não. Se sua sogra, sua cunhada, sua mãe, sua irmã moram perto, geralmente fica muito difícil. Geralmente as mulheres da própria família te repreendem muito mais que o próprio companheiro.²⁰⁶

Noeli Taborda, outra liderança do MMC também traz à tona esse tema e tenta elaborar soluções para os conflitos encontrados:

[...] E essa questão do feminismo dentro do movimento, algumas palavras... algumas companheiras ainda não compreendem, então dentro do movimento a todo o momento a gente vem trabalhando a questão da cultura camponesa e feminista. Para que as mulheres comecem a perceber o que é. Porque no começo quando falávamos em feminismo se pensava que era o contrário de machismo. Mas as concepções sobre feminismo foram se construindo. A partir do momento em que as mulheres perceberam que ser feminista é ser uma mulher que assume a função de camponesa, que produz alimentos, mas que também faz a luta que quer construir uma nova sociedade, que isso é ser feminista, as mulheres começaram a se assumir como feministas. Mas é todo um processo de construção que vai fazendo isso, não foi de uma hora para outra.

[...] Não dá pra afirmar que o feminismo começou em 2004, porque já tiveram outras experiências. A partir do momento em que as mulheres começaram a se organizar, mesmo elas não tendo a consciência de que isso era feminismo, quando se assumiram como feministas, isso já era resultado de um processo feminista. Isso já vinha se construindo, mesmo que inconscientemente. Então a partir do momento em que as mulheres começaram a estudar e entender os processos históricos, começaram a perceber que o que

²⁰⁶ Idem.

faziam eram práticas camponesas e feministas. A partir disso começam a se assumir como tal.²⁰⁷

A partir dessas duas falas, e pensando também em falas destacadas anteriormente, pudemos observar que em ambos os movimentos há várias impedimentos para o desenvolvimento do tema do feminismo em determinados setores desses dois movimentos sociais, porém, essas dificuldades são trabalhadas de maneiras diferentes por cada movimento.

No caso do Paraguai, há a tentativa de inserir o debate feminista em organizações mistas do campo, e ao que parece, as rejeições a esse tema são intensas. Muito mais do que no Brasil, inclusive. Como foi possível ver na quantidade de vezes em que esse problema foi abordado nas fontes do MMC, em comparação com o quanto esse problema foi diversas vezes retomado nas fontes do Paraguai.

Perla, inclusive, quando trata desse tema da divulgação e defesa do feminismo por parte da CONAMURI em outros movimentos sociais camponeses do Paraguai, nos informa: “[...] Isso de nos declararmos feministas foi um choque muito forte para os companheiros, pois eles achavam que defender os direitos das mulheres é uma coisa, mas declararem-se feministas já era demais.” Ou seja, publicamente há no Paraguai um discurso de aceitação da defesa dos direitos das mulheres enquanto projeto político da CONAMURI, algo que em grande medida tem sido bastante estimulado pelas discussões promovidas pela CLOC e pela Via Campesina; mas no que diz respeito à identificação como feministas há uma série de rechaços e rejeições, em virtude dos preconceitos históricos que o termo carrega.

Com relação ao Brasil e às militantes do MMC parece que essa situação de abordar temas feministas é vista com menos hostilidade em organizações mistas do campo. Ainda existe, evidentemente, tendo em vista a cultura sexista que tem se reproduzido por décadas no Brasil e no mundo, mas esse tema é tratado por aqui de maneiras menos combativas em espaços de organizações rurais mistas. Em tese, isso pode ser explicado, pelo apoio maior que é dado por parte do Governo Federal Brasileiro – através da Secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres (SPM) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) – a projetos que visam a problematização desse tema da participação,

²⁰⁷ NOELI TABORDA, Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

ainda minoritária, das mulheres do campo em espaços de poder e de decisões políticas.

No Brasil grande parte dos financiamentos obtidos pelo MMC são oriundos de projetos enviados que, depois de aprovados, são financiados pelo Governo Federal, através da SPM. Se compararmos esse fato, com os apoios provenientes do Governo Federal Paraguuaio para financiar projetos dessa mesma natureza para a CONAMURI, perceberemos que há um abismo em termos de financiamentos e incentivos governamentais pela promoção da igualdade de gênero entre esses dois países. Os financiamentos que são obtidos pela CONAMURI são, em grande parte, oriundos de organizações internacionais, que financiam projetos variados de direitos humanos e promoção da melhoria de vida das populações de países em desenvolvimento. Essa modalidade de financiamento ocorre em menor escala para a entidade brasileira.²⁰⁸

No interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ou do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), por exemplo, as discussões sobre igualdade de gênero e feminismo estão muito mais avançadas do que no Movimento Campesino Paraguuaio, ou no *Movimiento de los Obreros Rurales*.²⁰⁹

Conforme já foi mostrado, a CONAMURI passou a inserir o feminismo em suas discussões e publicações, com maior frequência e clareza principalmente, a partir de 2010. Entretanto, o entendimento sobre o que é considerado feminismo entre as mulheres no interior desse movimento é bem variável, como pôde ser visto nas falas das militantes focalizadas anteriormente. Muitas ainda não se dizem claramente feministas, afirmam que estão estudando e entendendo o que isso significa. Entre aquelas que já fizeram cursos de formação específicos dessa temática, a identificação é mais clara.

²⁰⁸ Cadernos de Crítica Feminista, ano IV, Nº3, 2010. Recife: SOS Corpo edições.

²⁰⁹ Constatação feita a partir dos depoimentos coletados e da leitura dos textos: DURÉ Elizabeth. Feminismo Movimientos Sociales y expresiones políticas em Paraguay. In. PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresion Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005. GUZMAN, Tomás. Breve Historia del Campesinado Paraguayo. In: ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena**: Semilla para uma siembra. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

Nas entrevistas, foi possível notar que entre as que já fizeram cursos de formação sobre feminismo, as motivações para a auto identificação como feminista são bem semelhantes, como foi o caso de Zulma, Julia Alicia, Maguiorina e Perla, anteriormente citadas. Todas, em suma, entendem serem feministas, devido a uma tomada de consciência de que vivem, enquanto mulheres, em uma realidade de opressão, e ser feminista para elas significa basicamente lutar contra isso.²¹⁰

Esse feminismo “tardio” da CONAMURI também pode ser explicado pelo próprio processo de inserção do feminismo no Paraguai, que também ocorreu depois, se comparado a outros países do Cone Sul, como Brasil. No Paraguai o feminismo passou a ser pauta efetiva em mobilizações sociais no começo da década de 1980. No Brasil, isso ocorria desde a década de 1960.²¹¹ Essa distância de aproximadamente vinte anos teve consequências diretas nas formas como as mulheres se organizaram em movimentos sociais posteriormente.

Sonia Alvarez, ao fazer uma análise sobre as configurações dos tipos de feminismos que se desenvolveram na América Latina desde os anos 1980 nos indica que no decorrer da década de 1990 o feminismo havia se reconfigurado significativamente e se constituía em um “amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico campo.”²¹² Essa tendência desvelada por Alvarez naquele período, se estendeu até os dias de hoje. Outro entendimento dela era que o feminismo poderia ser

²¹⁰ Diário de campo, dia 17 de maio de 2012.

²¹¹ Ver DURÉ Elizabeth. Feminismo, movimientos sociales y expresiones políticas en Paraguay. In. PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresión Política**. Asunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005 e THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 104. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf> >. Acesso em abril de 2013.

²¹² ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1998, v. 6, n. 2, p. 265. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293> >. Acesso em novembro de 2013. A esse respeito ver também: ALVAREZ, Sonia E. Encontrando os feminismos latino americanos e caribenhos. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2003, v.11, n.2. p. 541-575 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19138.pdf>>. Acesso em novembro de 2013.

compreendido como um campo discursivo de atuação e ação, e que as feministas latino-americanas tem estado envolvidas em diversas disputas por sentidos, significados e legitimação de suas lutas; que travam lutas discursivas em batalhas essencialmente culturais. No campo feminista, internamente, ocorrem inúmeras disputas discursivas e de estratégias. Isso acontece devido aos variados pontos de vistas e as várias referências culturais e sociais que as feministas possuem – todavia, os feminismos latino-americanos também possuem pontos em comum devido aos vários processos políticos e sociais semelhantes que marcaram as histórias de seus países nas últimas décadas. Voltando às especificidades, podemos afirmar que se travam disputas por legitimidade de discursos. Isso é possível de ser visto nos feminismos que estão sendo construídos pela CONAMURI e pelo MMC. Há distinções muito bem demarcadas entre os feminismos que estão sendo reivindicados por essas militantes e o feminismo, que elas denominam como acadêmico, ou aquele que mais criticam – o feminismo “burguês” ou liberal.

De todo modo, ainda que existam diversificados campos no feminismo, eles possuem em seu substrato pautas que, de algum modo suas trajetórias se encontram. A ampliação de direitos, as lutas por igualdade, por liberdade, por autonomia, por emancipação, por libertação, se assemelham em vários sentidos dentro dessa gama de teorias feministas existentes. Seja como for, ainda há longas e variadas batalhas a serem travadas. E enquanto existirem batalhas, enquanto existir opressão de gênero de qualquer natureza, o feminismo será necessário. Então, ao terem adquirido essa convicção, ainda que tardiamente, se levarmos em conta os seus tempos de existência, o MMC e a CONAMURI, entraram para esse campo heterogêneo e plural dos feminismos Latino Americanos, analisado por Alvarez.

3.2.1 Feminismo Camponês e “libertação” das mulheres: questões de cunho geracional e religioso.

O feminismo no MMC e na CONAMURI também pode ser entendido a partir de um viés geracional. Pois as novas gerações de militantes demonstraram mais segurança e convicção em se auto afirmarem como feministas, enquanto aquelas que estão nestes movimentos há mais tempo mostram, quase sempre, certa insegurança ao falarem sobre esse tema. Isso se deve em grande medida ao acesso à educação, que muitas jovens tiveram, e aos processos de formação das militantes líderes. Sobre a situação das brasileiras militantes mais jovens

podemos inferir que tais iniciativas devem-se ao contexto de ampliação do acesso à formação acadêmica, que vem sendo destinada diretamente às integrantes de momento sociais do campo, proporcionada pelo NEAD e pela SPM.

Por meio das entrevistas realizadas com militantes do MMC e da pesquisa realizada na biblioteca desse movimento, pude observar que as lideranças que defenderam com mais ênfase os discursos feministas se formaram em cursos de graduação e pós-graduação, com a realização de pesquisas que estavam diretamente relacionados às concepções de feminismo, agroecologia e combate à violência contra as mulheres. O feminismo apareceu como um tema transversal em todas essas pesquisas.²¹³

Esse acesso à formação acadêmica tem sido ampliado desde 2002, e tem sido algo recorrente e crescente no interior do MMC. O aprofundamento teórico e a opção consciente dessas militantes pelo feminismo estão diretamente relacionados a isso. Por outro lado, militantes mais antigas no movimento foram mais relutantes em me conceder depoimentos sobre suas práticas ligadas ao feminismo. Ao que parece, estas militantes, apesar de se auto afirmarem como feministas, demonstraram insegurança em expressar essa opção publicamente, pois consideraram não possuir bagagem teórica suficiente para sustentarem sua opção. E apesar de algumas serem da executiva estadual do movimento, não chegaram a fazer cursos de graduação e pós-graduação como fizeram as militantes mais jovens. Entretanto, chegaram a fazer vários cursos de formação, mas estes estiveram ligados muito mais às iniciativas de ONGs, como a SOF e a SOS Corpo, que já ministraram vários cursos de formação feministas para o MMC.

Com relação ao Paraguai, esse quadro esboçado acima se mostra bastante diferente. Lá, o acesso à educação superior é muito mais

²¹³ Tive a oportunidade de analisar as pesquisas de Catiane Cinelli e Sirlei Krotch. Com elas realizei entrevistas também. Os títulos de suas pesquisas são: CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. Dissertação - Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em < <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/752/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Catiane%20Cinelli.pdf?sequence=1> > Acesso em outubro de 2013. KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da Luta: Trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (1983 - 1993)**. Dissertação – Mestrado. Pontifícia Universidade Católica – PUC –SP, 1999.

escasso do que no Brasil. Não há neste país universidades públicas e gratuitas. A Universidad Nacional de Asunción é a principal instituição universitária do país, mas seus cursos são pagos e seu acesso é bastante restrito às classes sociais mais altas. Outra instituição de ensino superior importante do país é a PUC, instituição católica e bastante cara, que também possui acesso bastante restrito.²¹⁴

As militantes da CONAMURI são todas ligadas às camadas sociais muito pobres e poucas tiveram acesso ao ensino superior. Uma série de cursos de formação feminista foi realizada pela CONAMURI em parcerias com ONGs feministas, como o *Centro de Documentación e Estudios (CDE)*. Esse escasso acesso aos cursos de formação mais extensos, que aprofundam discussões mais teóricas, pode ser um importante aspecto para explicar esse processo de identificação mais recente da CONAMURI com o feminismo.

Na cartilha “Sin Feminismo no hay Socialismo”, da CONAMURI, há um importante artigo que explica o socialismo feminista dos dois movimentos sociais aqui estudados – ele foi escrito por Isaura Isabel Conte, liderança do MMC em âmbito nacional. Isaura Isabel possui uma série de publicações sobre o feminismo camponês e revolucionário, que tem sido defendido por esses movimentos é uma das grandes articuladoras desse ideário feminista mais recente dos dois movimentos, já que realiza uma série de conexões entre o MMC, a CONAMURI e a Via Campesina. Seu artigo é um exemplo bem nítido da maior desenvoltura das militantes mais escolarizadas com o feminismo no interior do MMC. Isaura estudou tanto em sua dissertação de mestrado, como em sua tese de doutorado, o tema do feminismo camponês. Isso explica, em grande medida, a importância de sua figura para a defesa do feminismo feita por esses dois movimentos.

De acordo com Renk [*et al.*], “[...] a transmissão do conhecimento, de geração em geração, constitui-se num patrimônio cultural”²¹⁵, e isso vale para as duas gerações que interagem atualmente nesses movimentos. A geração mais antiga de lideranças e fundadoras

²¹⁴ A esse respeito ver: Szwako, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

²¹⁵ RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: **Gênero e Geração em contextos Rurais**. 2010.

dos primeiros processos de organização e de reivindicações desses movimentos fornece, a partir de experiências concretas, adquiridas em anos de militância, importantes elementos para a construção das bases, que vem impulsionando a formação de novas gerações de lideranças.

E essas novas gerações de lideranças, ao terem mais acesso à formação acadêmica, vem fornecendo importantes instrumentos teóricos para o aprofundamento das discussões sobre feminismo, conforme vimos logo acima. Não que gerações mais antigas não tenham tanto acesso a cursos de formação quanto as novas gerações possuem, mas foi possível constatar que aquelas que mais tem se motivado para a formação universitária são as lideranças mais jovens.

Renk [*et.al.*] indica também que essas mudanças geracionais estão diretamente relacionadas ao processo progressivo de empoderamento das mulheres que militam em movimentos sociais do campo. Essa é uma realidade perceptível, tanto no MMC quanto na CONAMURI. De acordo com Bertoncello e Rossi,

[...] estudos têm demonstrado também a relação entre juventude rural, movimentos sociais e reprodução social da agricultura familiar. Os jovens rurais buscam nestes movimentos espaços para estudar e se profissionalizar, o que têm possibilitado a reprodução social da agricultura familiar a partir de novas alternativas para permanecer no meio rural a partir de novos conhecimentos, experiências e expectativas. Estas novas alternativas se constituem, por um lado, a partir de conhecimentos técnicos que possibilitam novos modos de produção e alternativas de renda; por outro lado, do ponto de vista político, os jovens rurais compartilham de valores ideológicos e de uma identidade coletiva associada aos movimentos do campo que justificam a sua permanência.²¹⁶

E, novamente, Renk, [*et. al.*] segue essa mesma lógica ao nos indicar que:

²¹⁶ BERTONCELLO, Andressa; ROSSI, Adriana May. **“Minhas perspectivas... o que eu quero... é permanecer no campo e a minha família também quer isso”**: refletindo sobre as subjetividades de jovens envolvidos em movimentos sociais do campo. Trabalho (Conclusão de Curso Psicologia), Unochapecó, 2007.

No acesso à cidadania podemos observar a inserção das mulheres na formação e capacitação, assim como nos espaços comunitários, nos movimentos sociais, na conquista de direitos sociais, na formulação de políticas públicas, no acesso a crédito, dentre outros. A busca de reconhecimento e visibilidade por parte das agricultoras tem se desenvolvido como um processo político particular do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), porém, não desvinculado de espaços mais amplos voltados para a reprodução social das unidades familiares, como os sindicatos da agricultura familiar, as cooperativas

familiares, as organizações governamentais e não governamentais. Enfim, estudar a diferença geracional significa que, implicitamente, estamos abordando democracia, cidadania, agroecologia e desenvolvimento sustentável no mundo rural. Essas questões se inserem na linha de cidadania e políticas públicas que atuam como temas transversais no mundo rural.

A dinâmica societária conspirou a favor das mulheres. As gerações mais recentes gozam de direitos anteriormente inconcebíveis. Fazem-se presentes na sociedade e questionam o caráter androcêntrico que permanece resistindo, persiste de forma rançosa. No entanto, a economia e o modelo da integração vertical com aves, suínos, leite e a industrialização de frutas retira da economia feminina os recursos que outrora eram angariados em seu favor. Enfim, com as fronteiras esgarçadas entre a cidade e a área rural, padronizam-se gestos, hexis corporal, padrões de linguagem, retirando a estereotipia de outros tempos.²¹⁷

Essa discussão geracional nos remete a outro tema que está diretamente relacionado a isso: os sentidos do termo libertação, que tem sido utilizados nas práticas discursivas desses movimentos sociais do campo.

²¹⁷ RENK, Arlene; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no oeste catarinense. In: **Gênero e Geração em contextos Rurais**. 2010.

Libertação dentro desses movimentos possui ao menos dois significados históricos. Nas gerações mais antigas desses movimentos de mulheres, os usos da palavra libertação estiveram estreitamente relacionado à Teologia da Libertação, ou seja, a ala progressista e com influências marxistas da Igreja Católica, que teve importante atuação durante o início dos movimentos sociais que se organizaram em meios rurais. Contudo, há também outro significado, que pode ser atribuído a essa palavra, que está ligado ao feminismo socialista do começo do século XX. Nessa época, os discursos de teóricas socialistas utilizavam a palavra libertação, numa alusão direta às concepções marxistas de libertação da classe trabalhadora.

Ambos os sentidos de “libertação” foram utilizados por esses movimentos de mulheres, como pode ser visto nas capas das cartilhas²¹⁸ impressas há alguns anos atrás, que aparecem a seguir:



1



2

No caso do Brasil há ainda uma forte influência religiosa nas práticas de muitas militantes do MMC. A própria prática da mística que ocorre antes de qualquer reunião do MMC faz alusão há uma série de símbolos religiosos. Durante o tempo em que estive em Lages presenciando as reuniões dessa regional, as referências à Irmã Jandira Bertoni foram várias. Jandira foi uma freira que desenvolveu uma série de trabalhos de base na região de Lages, desde meados dos anos 1970.

²¹⁸ Cartilhas de 1987 e de 2007, respectivamente.

Era adepta da Teologia da Libertação e faleceu em um acidente de carro em 1992. As memórias em torno da Irmã eram marcadas por muita emoção por parte das militantes que estavam naquelas reuniões, sobretudo as mais antigas no movimento.²¹⁹

As militantes que possuem maior carga religiosa em seus discursos são, de modo geral, as mais antigas no movimento e ainda possuem vínculos com as práticas religiosas de suas comunidades. Frequentam missas e atividades variadas, que são promovidas pelas paróquias as quais frequentam. Eduardo Guzmán nos indica que, em termos gerais, os movimentos sociais rurais que tem se organizado na América Latina dentro da conceituação dos novos movimentos sociais, possuem alto teor religioso ligado a cultos cristãos católicos.²²⁰

No entanto, apesar de no Brasil esse tipo de afirmação ser perfeitamente cabível acerca das práticas de militantes oriundos de variados movimentos sociais, o mesmo não é possível dizer do caso paraguaio, aqui analisado. É que a CONAMURI, como já foi apontado anteriormente, possui um discurso político e práticas muito mais afastadas da Igreja Católica. A sua formação no final dos anos 1990 pode servir para explicar isso. Nessa época, a Teologia da Libertação já não atuava no Paraguai com a força que existira na década de 1970 e 1980. E apesar de a Teologia da Libertação ter tido uma influência importante em movimentos camponeses no Paraguai durante o regime militar, no período conhecido por redemocratização que abarcou toda a década de 1990, a Igreja Católica estava marcada naquele país por uma retomada conservadora. E isso a afastou muito das organizações sociais camponesas.

Como venho afirmando ao longo do texto, a Teologia da Libertação teve um papel muito importante para a formação e consolidação de muitos movimentos sociais do campo, em variados países da América Latina e, principalmente, do Cone Sul. Sua atuação foi forte, sobretudo no decorrer das décadas de 1970 e 1980. No caso do Paraguai, essas influências se expressaram nas chamadas Ligas Agrárias Cristianas²²¹. No caso do Brasil, ocorreu com as comunidades Eclesiais de Base, entre os anos 1970 e 1980. Muitas das militantes que atuavam em movimentos sociais do campo nesse período tiveram, portanto, influências dessa corrente teológica.

²¹⁹ Diário de Campo, outubro de 2012.

²²⁰ Idem

²²¹ Ver TELESKA, Ignacio. **Ligas Agrarias Cristianas: Origenes del Movimiento Campesino en Paraguay, 1960-1980**. Asunción: CEPAG, 2010.

Muitas dessas militantes continuam até a atualidade participando desses movimentos de mulheres camponesas. Apesar das transformações nos perfis de militância dos dois movimentos aqui analisados terem ocorrido de forma ampla e gradual ao longo da última década – a identificação com o feminismo é o maior exemplo disso –, e concomitante a isso, terem ocorrido afastamentos importantes em relação às instituições religiosas²²², ainda existem, nas vivências cotidianas desses dois movimentos, resquícios religiosos importantes, que se justapõem às práticas da militância feminista, que estão sendo gradativamente construídas por elas. Sobre tais constatações, trago aqui o que anotei em campo:

As militantes mais jovens, no entanto, rejeitam com mais facilidade os símbolos religiosos entoados pelas mais antigas. As militantes mais jovens que tive oportunidade de conhecer e entrevistar estavam todas ligadas a direções estaduais e nacionais de seus movimentos. O caráter marxista de seus discursos era muito mais destacado em comparação com o discurso de militantes mais antigas. Mas é notável que a tentativa de horizontalidade presente nas direções desses movimentos permite a existência conjunta de discursos que num primeiro momento parecem controversos, mas que acabam se relacionando, se adaptando e formando algo específico, com signos tanto religiosos como feministas.²²³

Há todo um conjunto de permanências culturais e discursivas de cunho religioso – ligado à teoria de libertação dos povos formulada pela Teologia da Libertação – que se inseriram em uma longa duração de costumes, que procedem dos anos 1970 e que ajudaram a produzir esse caráter diferenciado e repleto de especificidades desse feminismo, chamado camponês e popular, das mulheres camponesas da MMC e da CONAMURI.

²²² A esse respeito ver DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense. 1996. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

²²³ Diário de campo, dezembro de 2012.

3.3 O “Feminismo Camponês” em campanhas, discursos e práticas cotidianas do MMC e da CONAMURI: (Eco)Feminismo, agroecologia e os projetos de soberania alimentar

As campanhas implementadas atualmente pela CONAMURI e pelo MMC possuem temas variados, mas giram basicamente em torno de quatro eixos: alimentação (soberania alimentar), saúde, violência e transformação social. Todas essas campanhas colocam, na atualidade, o feminismo como um tema transversal. O discurso feminista parece em maior ou em menor escala, dependendo do objetivo a que se destina uma determinada campanha. Essa inserção do feminismo - entendido como uma ferramenta relevante de análise estrutural e impulsionador de políticas públicas -, vem ocorrendo de forma gradual desde a segunda metade da década de 2000.

A cartilha “Uma história de organização e conquistas”, publicada pelo MMC no ano de 2008, nos fornece alguns elementos para compreendermos esse quadro:

Desafios da luta camponesa

- O campo passa por profundas mudanças provocadas pelo modelo capitalista neoliberal e pela cultura Patriarcal, num período de crise do capitalismo financeiro mundial. Isso agrava as situações de pobreza e violência principalmente contra a mulher, idosos e crianças. Vejamos alguns desafios para a luta camponesa:

- Vivemos um tempo onde enfrentamos muita confusão ideológica, de classe, de identidade camponesa e feminista desafiando o movimento a buscar novas formas de organização, lutas e formação.

- Êxodo rural da juventude e especialmente da mulher provocando envelhecimento e masculinização do campo;

- Modelo de produção integrado, agro-indústria de leite, suínos, frangos... A produção de milho e soja principalmente para o trato dos animais exigindo muito trabalho das famílias. Quanto às mulheres, continua a tripla jornada e a não

valorização do trabalho e consequentemente pouco tempo para organização, lazer, descanso, estudo, entre outros.

-Processo de urbanização do campo, ou seja, pessoas residem na roça e exercem trabalho assalariado especialmente nos frigoríficos ou em serviços públicos. Pesquisas revelam que as empresas preferem contratar trabalhadores(as) rurais porque trabalham bastante e obedecem.²²⁴

A CONAMURI, em seu material impresso, também trilha um caminho parecido em relação a seus objetivos prioritários de lutas. O trecho a seguir demonstra bem isso:

Las mujeres tenemos que tener propuestas políticas contra el patriarcado, sin perder de vista la cultura campesina, la identidad indígena y la defensa de la naturaleza. Construir nuestra soberanía alimentaria como mujeres. Ir construyendo una decisión más política.²²⁵

As militantes da CONAMURI e do MMC, quando indagadas sobre suas práticas e discursos que remetem às tendências ecofeministas, negaram categoricamente que estivessem ligadas a isso. Disseram-se feministas, mas ligadas às discussões da classe trabalhadora - feminismo socialista -, e não a qualquer tipo de “essencialismo”, segundo elas, que a tradição ecofeminista propõe. Ainda assim, suas práticas e, principalmente, seus discursos, sugeriram o contrário. Todavia, é possível afirmar, a partir da análise de determinados materiais elaborados por elas e também através de suas práticas discursivas, que o ecofeminismo tem sido utilizado estrategicamente. Ou seja, como uma forma de chamar a atenção das mulheres não engajadas em movimentos sociais, para que sintam vontade de conhecer mais o movimento de mulheres. No entanto, notei que ocorrem transformações de percepção à medida que elas vão se inserindo nos debates e aprofundando as suas análises e discussões com vistas a tornarem-se lideranças dentro do movimento, e consequentemente, seus discursos são direcionados muito mais para o feminismo marxista do que para o ecofeminismo.

Em princípio podemos superficialmente definir o ecofeminismo como um movimento que faz uma interconexão entre a natureza e o

²²⁴ Cartilha MMC: Uma história de organização e conquistas, 2008.

²²⁵ Cartilha CONAMURI. Semilla Roga, 2008

feminino. Dessa forma, traz à tona uma relação entre a exploração e a subordinação da natureza e a das mulheres pelo poder patriarcal dominante. No entanto, essa definição não diz muito. E, assim como em outros movimentos, dentro do próprio ecofeminismo há variações que são fundamentais²²⁶. Emma Siliprandi possui reflexões importantes para pensarmos essa questão:

[...] o ecofeminismo vem se constituindo desde a década de 1970, a partir de um conjunto de posições teóricas e de experiências práticas dentro dos movimentos de mulheres que compartilham o reconhecimento da necessidade de reinterpretação das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas se dêem em uma perspectiva não-sexista e de respeito e valorização a todos os seres existentes. Este conjunto de posições não é homogêneo, e tem recebido críticas tanto dos movimentos ecologistas como de dentro do feminismo; no entanto, reflexões feitas a partir de sua prática política por vários autores e autoras contemporâneos têm mostrado que esses aportes podem ser bastante inovadores, ajudando a estabelecer novas bases para articulações entre o feminismo e outras lutas sociais emancipatórias (anti-racistas, ambientalistas e ecologistas, antiglobalização, entre outras).²²⁷

De acordo com Valdete Boni, o ecofeminismo pode ser dividido em oito correntes. Duas dessas correntes se aproximam muito do que é defendido pelo MMC e pela CONAMURI, portanto, podem ser usadas para afirmar que muitos dos discursos e ações políticas empreendidas por esses movimentos possuem características ecofeministas. Essas correntes seriam a espiritualista e a construtivista. Sobre elas destaco, respectivamente:

²²⁶BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253p. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Cap. 4.

²²⁷SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. p. 88.

O ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo é aquele que teve suas origens nos países considerados do Sul, principalmente na Ásia e na América Latina. É considerado como espiritualista pela sua influência dos princípios religiosos de Ghandi, especialmente na Índia, e da Teologia da Libertação na América Latina. Segundo essa corrente, é o desenvolvimento desigual, baseado nos princípios do lucro e da dominação masculina que oprime tanto a mulher como também a natureza. As ecofeministas espiritualistas acreditam que as mulheres, por serem geradoras de vida, assim como a natureza, têm uma ligação mais forte com esta e se preocupam mais com as questões ambientais. Como as mulheres foram as primeiras vítimas, foram também as primeiras a se organizar, assim como os homens se organizaram em torno dos processos que envolviam o mercado de trabalho ainda no início do desenvolvimento do capitalismo.

[...] A partir de críticas ao essencialismo dessa corrente surgem as análises construtivistas. Todas elas tentam, por um lado, superar o essencialismo do ecofeminismo clássico e, por outro, conservar o ponto de partida do ecofeminismo, a existência de uma relação entre domínio patriarcal sobre as mulheres e domínio da natureza. Há também construtivistas que se inserem no que se pode chamar de ecofeminismo socialista, pois pretendem analisar as noções de natureza com base nos escritos socialistas. Mas suas argumentações residem especialmente na negação do dualismo que é marcante na teoria ecofeminista clássica. O ecofeminismo construtivista, embora partilhe da concepção de dominação da natureza e da mulher pelo homem, não identifica essa relação mulher/natureza de forma essencialista ou religiosa. Nesta corrente, a relação entre mulher e natureza não se deve a características inatas femininas, mas à responsabilidade que as mulheres têm na garantia da sobrevivência da família. Responsabilidade

essa fruto da divisão social do trabalho e das relações desiguais no seio das famílias.²²⁸

Maria Ignez Paulilo ao escrever sobre o ecofeminismo considera as colocações elaboradas por Maria Luisa Femenias, nos indicando que falar em ecofeminismo

[...] es decir que, la manera em que se trata al medioambiente se relaciona fuertemente com la manera em que se piensa y se trata a las mujeres. Así el feminismo ecológico tiene sus raíces em uma amplia variedad de corrientes feministas (liberal, marxista, radical, socialista, feminismo negro o de tercer mundo), pero lo que distingue es su insistência em que la naturaleza no-humana es um assunto feminista. Em efecto, al extender las críticas propias del feminismo a la naturaleza, permite comprender el solapamiento y el entrecruzamiento de todos los modos de dominación.²²⁹

Se analisarmos os discursos do MMC e da CONAMURI a partir dessas perspectivas ecofeministas indicadas por Siliprandi, Boni, Paulilo e Femenias, poderemos de fato reconhecer que essas duas correntes se aproximam em vários aspectos das práticas desses dois movimentos sociais que aqui estão sendo pesquisados, apesar de que isso ocorre em proporções diferenciadas em cada um deles. Talvez esses discursos sejam mais notáveis nas práticas da organização brasileira do que nas práticas da paraguaia. Nesta última, essa perspectiva aparece com formas mais sutis, como poderá ser visto através das imagens abaixo.

Há muitas trocas entre o MMC e a CONAMURI, por isso, algumas influências e aproximações de discursos são notáveis. Se formos analisar essas práticas discursivas ecofeministas de forma comparada entre estes dois movimentos sociais, iremos perceber que apesar de seus discursos serem muito semelhantes em vários aspectos que já foram anteriormente abordados, no que diz respeito aos discursos

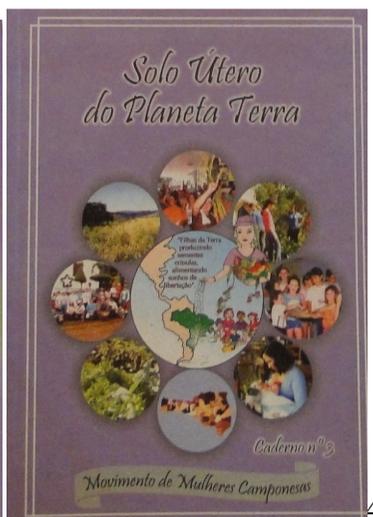
²²⁸ BONI, Valdete. O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA E SUA IDENTIDADE (ECO)FEMINISTA. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. A esse respeito ver também BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. 253p. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

²²⁹ PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Rev. Estud. Fem.**, Dez 2010, vol.18, n.º.3, p.927-940.

que tendem a essencializar as mulheres contido em uma das vertentes do ecofeminismo, no MMC é muito mais aparente do que na CONAMURI.

Na entidade paraguaia o discurso de classe é geralmente o carro chefe dos discursos. Tanto os falados quanto aqueles que estão impressos nas formas de cartilhas e fôlderes. No MMC, por outro lado, parte significativa do material impresso delas faz algum tipo de alusão ao ecofeminismo. Nas falas delas em encontros, essa alusão é relativa. Variam de acordo com o tipo de evento. Por exemplo, se for uma reunião de base – como já expliquei anteriormente –, que visa despertar o interesse das mulheres para a militância e participação política dentro de um movimento social, há o discurso essencialista. Que coloca a mulher como um ser que, por poder ser mãe e possuir um tipo de sensibilidade “natural” para o trato com a terra e com a produção de alimentos saudáveis, uma vez que o cultivo da terra por uma mulher consciente de seu lugar privilegiado em termos de sensibilidade e conexão com a “mãe terra”, tem plenas capacidades de gerar alimentos saudáveis.

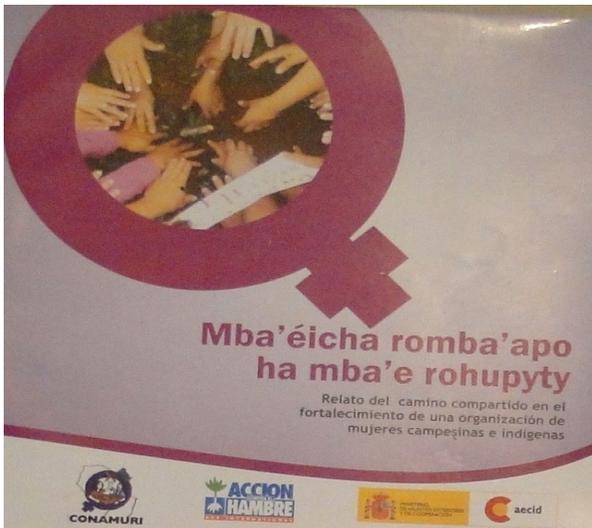
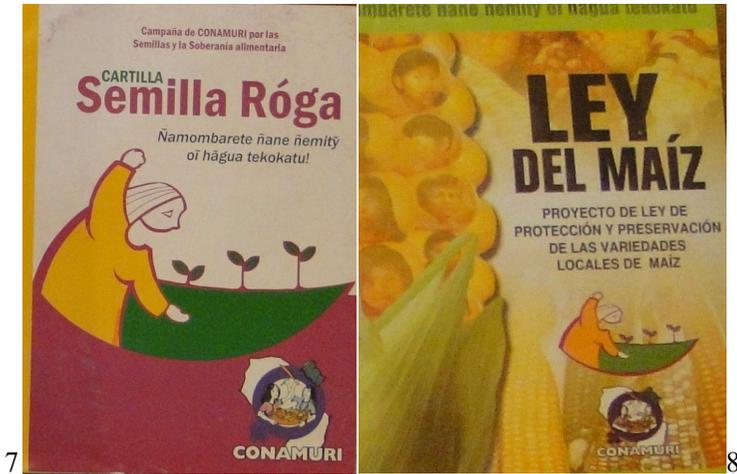
As imagens presentes nas capas de algumas cartilhas do MMC ilustram bem isso:





Através dessas capas e do que está escrito nelas é possível perceber uma série de alusões a um essencialismo com relação à mulher, o que está fortemente ligado a uma das vertentes ecofeministas já demonstrada acima. Nas imagens 3 e 5 há mulheres com sementes e carregando crianças em seus colos. Nas imagem 4 e 6, abaixo das palavras “útero” e da expressão “necessidade vital” existem imagens de crianças e novamente de mulheres com sementes, em uma construção imagética que nos leva a interpretar que no país em que vivemos são as mulheres camponesas as responsáveis pela alimentação saudável – algo que deve ser implementado como uma ideia predominante nos meios sociais.

A CONAMURI, apesar de centrar seus discursos nas questões de classe e gênero, também se utiliza de discursos que remetem ao ecofeminismo, porém, isso ocorre de maneira mais sutil. As capas dos encartes “*Semilla Roga*”, “*Lei de Maíz*” e “*Relato del camino compartido*” demonstram exatamente isso:



Com relação às sutilezas que podem ser vistas nas capas dessas cartilhas, nessa última do Paraguai (9) é possível notar que as mãos manipulando sementes no interior do símbolo feminista, algo que seria identificado como um útero, pode ser associado à ideia de fertilidade das mulheres com a terra.

O ecofeminismo é bastante evidente nessa imagem. As cartilhas expostas acima são todas direcionadas aos trabalhos de base. Talvez fazer essa conexão entre mulher que pode ser mãe, uma essência feminina sensível e a existência da “mãe terra”, que é capaz de fornecer

os alimentos necessários para a sobrevivência dos habitantes do planeta seja uma das formas encontradas por esses movimentos de chamar a atenção, sensibilizar e convencer aquelas e aqueles que estejam participando de uma reunião de grupos de base, para se tornarem participantes efetivos desses movimentos.

A negação contundente que muitas militantes fazem, quando perguntadas sobre suas tendências ecofeministas, vem de uma espécie de autodefesa instantânea, que é elaborada para justificar que são feministas, sim, mas marxistas. Pois o feminismo marxista também serve de instrumento de convencimento no trato com lideranças de outros movimentos sociais do campo, que de um modo geral, apresentam fortes tendências de esquerda marxista, como o MST ou o MCP. Então, podemos enxergar que há a instrumentalização dos dois discursos feministas adotados por parte desses movimentos de mulheres, dependentes do público alvo.

As capas das cartilhas vistas anteriormente também podem nos ajudar a entender outros objetivos das campanhas promovidas por esses dois movimentos de mulheres. Por exemplo, aquele que está ligado a projetos de agroecologia e de soberania alimentar. Ambas as campanhas, pode-se dizer, são como carros-chefes nas reivindicações desses dois movimentos sociais. Essas campanhas estão diretamente ligadas a Via Campesina e a CLOC.

Lembro que há uma nítida tentativa de junção dos assuntos ligados às reivindicações feministas com as proposições acerca da soberania alimentar e da alimentação saudável, que por sua vez são orientados a seguir a perspectiva da agroecologia.

Agroecologia e soberania alimentar são temas que têm sido amplamente debatidos por movimentos sociais que estão ligados a Via Campesina. Em 1996, esta entidade, em seu segundo congresso internacional, realizado junto com a FAO, lançou esses conceitos, indicando que a soberania dos povos e a erradicação da fome no planeta estavam estreitamente atrelados a essas ideias.²³⁰

O feminismo entrou nessas discussões de soberania alimentar e de agroecologia como um aliado na tentativa de convencimento, tanto dos movimentos sociais quanto do Estado, pois indica que a superação da situação de pobreza está diretamente relacionada às formas como as pessoas se relacionam socialmente, e também, com as formas como as

²³⁰ VIA CAMPESINA – BRASIL. **Via Campesina** – Histórico, natureza, linhas políticas internacionais e projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: Edição Via Campesina Brasil, 2002.

pessoas, de um modo geral, se relacionam com o consumo e com sua alimentação diária. A partir da agroecologia, da soberania alimentar e do feminismo, acreditam esses movimentos, que as desigualdades sociais, de gênero e econômicas irão diminuir. Por isso devem necessariamente caminhar juntas.

No entanto, assim como em outras campanhas desses movimentos sociais, tanto na CLOC, Via Campesina, como na CONAMURI e no MMC, o feminismo enquanto ferramenta útil e estratégica para a superação da pobreza e desigualdades sociais tem sido mais utilizado a partir de 2009. Ou seja, faz parte também desse processo de reflexões e influências mútuas que esses movimentos sociais exercem, uns sobre os outros.

3.3.1 Campanhas por igualdade de gênero, combate à violência, saúde e direitos das mulheres: feminismo articulado em redes de movimentos sociais e na operação de políticas públicas

Se nas campanhas de alimentação e agroecologia o feminismo aparece sob a tendência ecofeminista, de comparação das mulheres com a terra na questão da fertilidade e de natureza - especialmente essencialista -, mais carregadas no MMC e mais sutis no CONAMURI. Nas campanhas ligadas à saúde e à violência de gênero há toda uma produção mais recente, que começou a ser publicada, sobretudo após 2006, nas quais as defesas do feminismo, como algo importante para se pensar a condição das mulheres rurais, tem sido cada vez mais recorrente nas publicações desses dois movimentos.

Com relação ao movimento paraguaio, um dos pontos mais notáveis referentes à análise de suas publicações mais recentes, diz respeito ao fato de que o feminismo tem um sentido bastante pragmático, pois vem sendo utilizado para tratar principalmente de assuntos ligados à violência de gênero. Há uma realidade de opressão e violência contra as mulheres no Paraguai, que é bastante grave, tal como ocorre no Brasil. O número de mulheres que sofrem violência doméstica é alarmante, segundo dados de pesquisas mais recentes de ONGs feministas do país e da Unifem, que é o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.²³¹

²³¹ Szwako, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

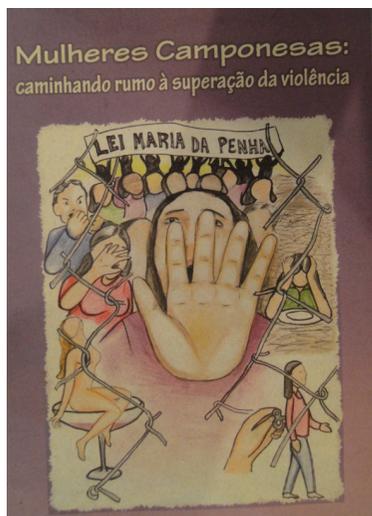
O panorama da violência contra mulheres parece comum em países latino americanos. Especificamente às áreas rurais isso é algo que também se confirma através de dados alarmantes. A situação da violência contra as mulheres tem sido pauta de discussões na CLOC e na Via Campesina de um modo geral. Uma das campanhas encabeçadas por esta organização ganhou bastante força nos últimos anos e tem sido reproduzida tanto pela CONAMURI quanto pela MMC. É a campanha “Basta de Violência contra as mulheres”, tal como é observável adiante, a partir de alguns exemplos de cartilhas publicadas sobre o tema pelos três movimentos, em períodos próximos de tempo:



10



11



12



13

As cartilhas publicadas pelo MMC e pela CONAMURI seguem os mesmos moldes de capa das que foram publicadas pela Via Campesina e pela CLOC. Essas semelhanças de formato e de mensagem, presentes nessas campanhas, demonstram mais uma vez o quanto esses três movimentos compõem redes muito próximas de sociabilidades. As mãos das mulheres ilustradas nessas capas possuem um mesmo formato, que simboliza o termo “Basta”!

A especificidade de cada lugar também aparece nessas capas, como por exemplo, na cartilha brasileira (12), na parte de baixo à esquerda está escrito “Lei Maria da Penha”, um dos símbolos mais fortes sobre o combate à violência no Brasil. Nas capas dos encartes paraguaios há homens presentes também, e que aparentemente simbolizam homens camponeses, o que demonstra uma tentativa de apelo, para que essas questões sejam tratadas de maneira igualitária nas pautas dos movimentos sociais mistos de camponeses, uma vez que, como já vimos anteriormente, temas ligados às relações desiguais de gênero, violência e feminismo são geralmente considerados assuntos pouco importantes nas discussões promovidas no interior dos movimentos rurais mistos do Paraguai.

No caso do Brasil também existe rejeição no tocante a esses assuntos nas discussões políticas de outros movimentos sociais do campo. Porém, tem existido nos últimos tempos uma aceitação maior desses tipos de questões ligadas às relações de gênero, principalmente

no interior do MST, que parece demonstrar, ao menos discursivamente, um pouco mais de abertura para tratar desse tema, que até pouco tempo atrás era considerado secundário e segregado de lutas “mais urgentes”.²³²

As campanhas ligadas à saúde e à sexualidade das mulheres também são outro foco importante, nas quais o feminismo é instrumentalizado por esses movimentos. Muitos materiais elaborados e discursos pronunciados são proferidos a favor de políticas públicas para melhorias na saúde e qualidade de vida das mulheres do campo.

No MMC, há um número maior de publicações que são direcionadas especificamente a isso. Na CONAMURI, há campanhas por melhorias na saúde das mulheres, mas elas aparecem em conjunto com outras reivindicações, principalmente aquelas ligadas à violência contra mulheres, entendida como uma questão de saúde pública; há também cartilhas e panfletos com relação à criação dos filhos, numa perspectiva mais ligada as dificuldades existentes nesse âmbito para as mulheres camponesas. A parte da criação dos filhos é algo geralmente delegado às mulheres. Ultimamente isso tem sido problematizado por esses movimentos de mulheres camponesas, na tentativa de (des)essencializar essa prática e colocar os cuidados com os filhos sob a responsabilidade, tanto das mães, quanto dos pais, de forma igualitária. Essa é uma realidade ainda distante para as mulheres camponesas, tanto para aquelas que militam em movimentos sociais, quanto para aquelas que não participam de organizações.

3.4 Feminismo para que, afinal? Algumas reflexões sobre feminismo, sujeitos, identidades e empoderamento²³³

²³² Diário de campo, de maio de 2013, referente a parte da comemoração do trinta anos do MMC, o qual vários militantes homens de outros movimentos sociais do campo, como o MST, o MPA, o MAB se pronunciaram publicamente a favor dessas questões sobre mulheres, gênero, feminismo e violência de gênero.

²³³ Sobre o conceito de empoderamento utilizo a proposta de Ana Alice Costa: “O conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas o empoderamento compreende a alteração

Na parte introdutória da obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”²³⁴, a filósofa Judith Butler lança o questionamento sobre o sujeito mulher, que está presente nas defesas empreendidas pelo discurso feminista contemporâneo. Indica-nos que a categoria “mulher”, quando levantada como o cerne principal do feminismo, sendo entendida no singular como um sujeito universal, remete a uma identidade de mulher que seria branca ocidental, heterossexual e urbana. Essa identidade seria, neste sentido, excludente, pois há vários outros sujeitos para além da forma “hegemônica” que se identificam como mulheres, como as lésbicas, as negras, as indígenas, aquelas que se denominam como camponesas, meu objeto central neste estudo, entre outras. Essa pluralização poderia levá-las a utilizar o feminismo como instrumento de mudança para as mais variadas formas de opressão vividas cotidianamente.

Há, portanto, uma limitação nítida nesse sujeito feminista universal, representado pela categoria “mulher”, quando pronunciada de maneira singular e como representante de todas as mulheres do mundo. Isso é uma ilusão excludente. Assim como é importante a pluralização da categoria amparada pelo feminismo, deveríamos também falar em feminismos, no plural, assim, ficaria mais nítido o entendimento de sua multiplicidade, conforme percebemos nas análises contidas nesta pesquisa. Nessa mesma linha de raciocínio, ao invés de pronunciarmos que o feminismo trata da tentativa de resolução da situação de opressão do sujeito mulher no mundo, deve ser dito que este trata de diversas situações de opressão de diversos tipos de mulheres, cujas realidades são marcadas, sobretudo por suas singularidades, e não por uma suposta universalidade ilusória e excludente. Entender isso significa ampliar as possibilidades transformadoras que os feminismos, enquanto teorias filosóficas e práticas políticas, podem proporcionar.

radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.” COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 1999. p. 7 Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acesso em julho de 2013.

²³⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2003.

Cláudia Lima Costa²³⁵, por outro lado, quando levanta a discussão sobre os sujeitos do feminismo contemporâneo, em seu artigo intitulado “Sujeitos do Feminismo”, após perceber a validade de se considerar a multiplicidade identitária que a categoria mulheres no plural possibilita, chama a atenção ao perceber que é preciso ter cuidado, para que as reflexões sobre esses sujeitos do feminismo não se restrinjam unicamente ao campo da abstração filosófica e teórica, pois há, nas práticas de movimentos feministas, defesas de sujeitos que são concretos.

Esses sujeitos defendidos, dependendo da realidade em que se inserem e da situação em que são realizadas defesas em seu favor, podem se situar em um campo identitário mais restrito ou específico, mas ainda assim não deixam de ter a sua legitimidade em reivindicar seus direitos. Ou seja, as ideias filosóficas, elaboradas para entender o amplo campo de possibilidades que a “des-universalização” do sujeito “mulher” pode trazer é algo extremamente válido para as lutas dos movimentos feministas no mundo, porém, há que se prestar a atenção para que esses sujeitos não percam a sua materialidade, algo que pode facilmente ocorrer em casos de teorizações muito abstratas – que se circunscrevam única e estritamente no campo da linguagem, das representações e dos discursos, do simbólico – como as que se dedicam a pensar os sujeitos em termos psicanalíticos e identitários²³⁶.

Essa materialidade indica, ainda de acordo com Costa, a ação em torno de uma percepção identitária mais concreta. As outras categorias não devem ser, em absoluto, extintas das análises. A autora, que é especialista em estudos sobre gênero e linguagem, entende que a materialidade identitária é capaz de delimitar sujeitos em determinadas categorias, que podem ficar estáticas e segmentadas. Mas a partir das reflexões que ela nos instiga a fazer, é possível entender também que isso poderia ser superado, em nome da intenção a que essa materialidade fosse proclamada. Mesmo que a materialidade dos sujeitos possa ser algo que os delimite em categorias identitárias específicas, ainda assim ela não os limita ou os restringe unicamente a essas identidades. Ou seja, há a percepção de que um sujeito possui múltiplas identidades, e

²³⁵ COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no Feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**. Nº 19, 2002, pp.59-90. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2014.

²³⁶ Ibidem.

que, de acordo com Stuart Hall²³⁷, são fluidas e maleáveis e aparecem de acordo com uma necessidade específica, ganhando características, que variam também de acordo com o lugar e o momento específico, dentre outras variáveis. Portanto, para fins estratégicos e políticos, delinear com traços fortes as identidades, sejam elas coletivas ou individuais, pode ser uma ferramenta importante para o encaminhamento de determinadas demandas de reivindicação por direitos sociais e políticos.

No caso do feminismo, é importante, de acordo com as características e demandas específicas de um determinado movimento que se autoproclama como feminista, que as demais identidades de suas participantes sejam também notavelmente especificadas, para que sejam percebidas sobre formas mais aparentes e coesas. A finalidade disso é ampliar o acesso a políticas públicas, que possibilitem melhorias para o grupo social que esse movimento representa. Seguir esse caminho é importante para que esses movimentos possam, através de argumentos mais consistentes, alcançar de fato seus objetivos.

No caso das sujeitas que fazem parte do MMC e da CONAMURI, elas se identificam como mulheres, camponesas, pertencentes à classe trabalhadora e direcionam suas lutas em defesa de uma sociedade que seja agroecológica, com soberania alimentar e socialista. São feministas, pois entendem que para que essa transformação aconteça, é necessário que ocorra concomitantemente a superação da realidade de opressão generalizada, que acomete as mulheres em nível mundial. Para que isso ocorra, é necessária a extinção do patriarcado, um sistema de opressão ligado a categorias sociais masculinas, como homens, pais, maridos, etc, que tem perpassado quase que impunemente a maior parte da história da humanidade, e que auxilia o capitalismo a manter sua hegemonia misógina no mundo.

Para a superação desse quadro, a teoria feminista passou a ser incorporada por esses movimentos, após a compreensão de que pode ser uma ferramenta útil na luta por direitos e transformações sociais. Dentro da vasta e diversificada teoria feminista, aquela que foi escolhida por elas é a corrente feminista socialista. Por isso, se dizem atualmente mulheres, camponesas, feministas, socialistas e antipatriarcais. Suas múltiplas identidades não são, no entanto, estáticas ou fechadas. São, pelo contrário, articuladas a outras identidades, que não aparecem necessariamente em suas militâncias políticas mais ligadas ao público, mas possuem igual importância, como suas identidades como mães,

²³⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

como filhas, como esposas, irmãs, como companheiras de lutas umas das outras.

Essas categorias não são vistas por essas militantes como naturais, mas como culturais. Isso é possível de ser visto no trecho da cartilha 1.1, presente no quadro de número 1 e em todos os relatos de memórias coletados:

CARTILHA 1.1²³⁸

A emancipação das mulheres pretende considerar:

- A discriminação das mulheres ocorre em todos os âmbitos da sociedade humana e as situações de violência e opressão em que vivem são marcadas pela carga de trabalho, dominação, exploração, discriminação e violência, gerador de sofrimento, doenças e morte.

- A importância da dimensão política e prática das mulheres de movimentos e organizações sociais, as quais vêm descrevendo cenários de transformações e mudanças efetivas na realidade em que estão inseridas.

- A inserção das mulheres nestes movimentos e organizações decorre de fatores relacionados com as necessidades econômicas, como também, fazem parte de uma opção consciente de lutar pela implantação de um projeto de sociedade que está em construção.

- As mulheres camponesas que se identificam com a vida, a terra, a biodiversidade e sua preservação, tomam posição e expressam sua indignação frente às formas de destruição da vida buscando romper com a concepção de naturalização dos fenômenos socioculturais, dos papéis e relações sociais de classe, gênero, étnico-raciais.

Por isto, afirmamos: sem feminismo não há socialismo!

No entanto, essas mesmas categorias são, por outro lado, vistas, por algumas militantes, como categorias que carregam uma essência.

Apesar de aceitarem a hipótese de que são social e culturalmente construídas como mulheres, ou seja, entendem que não possuem características femininas inatas, isso paradoxalmente não anula o fato de pensarem que o ‘ser mulher’ estaria acompanhado de uma certa essência feminina. Entendem que não são naturalmente possuidoras de

²³⁸ Cartilha MMC: Mulheres Camponesas em defesa da vida, 2008. p. 15 e 16.

características, como emoção, afetuosidade, fragilidade, submissão, fraqueza, e outros predicados, que têm sido historicamente entendidos como inerentes as mulheres, numa perspectiva neutralizante, mas, por outro lado, o fato de possuírem biologicamente um aparelho reprodutor que é capaz de carregar e alimentar um ser vivo antes de nascer, as faz interpretar determinadas situações com perspectivas que correlacionam esse fato à capacidade geradora de alimentos para a sobrevivência dos seres vivos que a terra possui.

Isso quer dizer que seus discursos são elaborados, relacionando a geração da vida humana, com a geração de alimentos vindos da natureza. Esse tipo de linha de raciocínio agrega a essas militantes outra identidade, que pode ser entendida entre outras coisas, como ecofeminista. Apesar de que esta é negada por muitas delas, principalmente pelas que compõem as coordenações desses movimentos. Preferem se auto identificar como feministas, sim, mas materialistas históricas, defensoras da filosofia da práxis, logo, concordam muito mais em serem reconhecidas como feministas marxistas ou feministas socialistas.

A partir das considerações, problematizações e reflexões feitas até aqui, foi possível constatar que há um nítido processo de empoderamento das mulheres que militam nesses dois movimentos sociais e o feminismo aparece como um importante elemento impulsionador disso.

Por um lado, os processos de identificação com o feminismo desses movimentos sociais apareceu primeiramente como algo mais institucionalizado, que procurava encaixar suas reivindicações numa agenda política feminista, que estava cada vez mais em destaque nos dois países em questão. O feminismo, enquanto movimento social, tem influenciado governos e políticas públicas variadas para a melhoria de vida das mulheres, inclusive das que se entendem como camponesas. Com o fortalecimento das secretarias das mulheres no Brasil e no Paraguai - graças à existência de governos mais voltados para as causas sociais, que entraram no poder nesses dois países no decorrer da década de 2000 -, a utilização estratégica do feminismo foi uma questão de tempo.

Por outro lado, a atuação influente de determinados movimentos sociais autônomos, que se identificavam há algum tempo como feministas, bem como as parcerias variadas que foram feitas com ONGs feministas, também ajudaram a formar um campo fértil de articulações de cunho feminista, que acabariam influenciando ações posteriores dos

dois movimentos aqui pesquisados. Um dos principais movimentos sociais articuladores desse processo de identificação foi a Via Campesina.

As campanhas da Via Campesina sobre feminismo e soberania alimentar, que já vinham ocorrendo desde o começo dos anos 2000, ajudaram a elaborar justificativas coerentes para a identificação desses dois movimentos com o feminismo. Isso porque foram capazes de conciliar, numa mesma formulação teórica, os camponeses e as camponesas, como sujeitos políticos relevantes para a história, para a soberania alimentar, enquanto projeto político alternativo ao sistema excludente atual, e o feminismo, enquanto solução para a superação das desigualdades de gênero, ainda muito presentes nas realidades latino americanas.

Como já foi indicado anteriormente, esse processo de aumento da importância da agenda feminista em governos e movimentos sociais vem ocorrendo desde a década de 1970, e ganhou mais força, principalmente após o surgimento de secretarias especiais de políticas para as mulheres, ligadas aos governos federais, tanto do Brasil, quanto do Paraguai, oriundas de meados da década de 1990.

Foi exatamente essa incorporação estratégica e inicialmente institucionalizada de discursos feministas, que desencadeou os processos de reflexão e cursos de formação, que proporcionaram às militantes desses dois movimentos a ampliação dos debates, a compreensão da história do feminismo e a identificação conscientemente com ele. O conhecimento sobre feminismo foi sendo gradativamente construído por ambos os movimentos e para que fosse operacionalizado foi necessário que ocorressem discussões mais aprofundadas.

Foi a partir desse aprofundamento que passaram a compreender que o feminismo poderia favorecê-las em variados aspectos. Estes estão ligados tanto as suas lutas coletivas, quanto as suas lutas pessoais. Por isso, pode-se dizer que o feminismo ajudou a ressignificar as subjetividades das militantes desses movimentos. Ou seja, para além das questões estratégicas e de adequação discursiva para serem integradas às agendas políticas feministas, dizer-se feminista passou a ser um importante elemento do próprio processo de empoderamento delas, exatamente pela utilidade disso e pela força retórica que a identificação com o feminismo poderia lhes proporcionar.

O dizer-se feminista fez com que essas militantes avançassem em muitos de seus objetivos políticos, tanto no sentido teórico - pois

forneceu a elas mais instrumentos discursivos para argumentarem nas suas lutas por direitos -, quanto no sentido de libertação pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as categorias e formulações identitárias elencadas no último subtópico desta dissertação não foram, evidentemente, forjadas por essas militantes nos dias de hoje. São concepções que vieram à tona em outros momentos da história do feminismo no mundo, logo, possuem historicidade. Portanto, procurar traçar alguns pontos dessa historicidade, juntamente com a elaboração de um registro histórico e comparativo das ações e discursos auto proclamados feministas por esses movimentos, dentro do período delimitado, algo que se configura dentro das concepções da história do tempo presente, correspondeu, em linhas gerais, aos meus objetivos nessa pesquisa.

O processo de elaboração do raciocínio histórico leva tempo. São tantas ramificações que um tema possui e tantas possibilidades analíticas que podem ser exploradas sobre um mesmo tema, que às vezes é difícil saber qual caminho de pesquisa escolher. Portanto, tenho a convicção de que essa pesquisa correspondeu a um recorte pequeno de um tema amplo, complexo e cheio de possibilidades interpretativas, a partir do que pôde ser extraído das fontes consultadas. Minha discussão, portanto, está longe de ser esgotada ou concluída. Busquei aqui, apenas trazer uma singela contribuição para um tema, que considero interessante e pertinente, para pensar a história dos feminismos na América Latina.

Lembro-me que, em uma das minhas primeiras aulas do mestrado, um professor da disciplina de Historiografia chamou a atenção para o fato de que, para a construção desse raciocínio histórico supracitado, seria preciso sair da zona de conforto. Confrontar ideias pré-concebidas, questionar categorias de análises, modelos conceituais considerados “acabados”, prontos. Neste sentido, percebi que para a elaboração dessa pesquisa, o *meu feminismo*, ou seja, a forma como eu pensava o feminismo, precisaria ser confrontado com outras visões, outras leituras. Precisaria ser questionado, desconstruído, repensado, ressignificado. Esse foi meu ponto de partida para essa empreitada rumo ao entendimento dos significados do feminismo dentro do MMC e da CONAMURI.

Neste sentido, uma das primeiras constatações obtidas foi que as militantes desses dois movimentos de mulheres fazem usos políticos e estratégicos das palavras. Utilizam-nas como instrumento retórico; objetivam com o uso de algumas palavras um convencimento argumentativo em situações diversas, dentre estas, duas podem ser destacadas para efeito de exemplificação: feminismo e patriarcado.

Feminismo apareceu necessariamente junto com patriarcado e vice-versa. Patriarcado foi utilizado para exemplificar e compreender a realidade de opressão, na qual estão inseridas. É a partir do entendimento desta realidade, que passaram e passam a perceber a necessidade do feminismo. Por isso, a categoria patriarcado assume papel central nas discussões acerca do feminismo defendido por elas. Dificilmente um é pensado sem o outro. O feminismo é visto como necessário para a superação do patriarcado. Há também toda uma resistência ao feminismo dito burguês, que precisa ser levado em conta, pois pode explicar o caráter mais tardio de identificação desses movimentos de mulheres com o feminismo.

Entretanto, o feminismo camponês das militantes do MMC e da CONAMURI não pode ser entendido com um viés unicamente estratégico. Talvez num primeiro momento isso até tenha sido uma premissa, porém, outros elementos também devem ser contemplados. Se levarmos em conta questões mais subjetivas que envolvem esses processos de identificação, poderemos perceber que o fato de terem incluído discussões feministas em suas pautas, tem modificado suas formas de perceber o mundo e o meio onde vivem.

Se pensarmos o feminismo como questionamento, desconstrução e ressignificação de práticas, conceitos e visões de mundo, poderemos entender melhor que tipos de efeitos o feminismo tem gerado nas vidas dessas mulheres. Isso, tanto no nível pessoal, quanto no coletivo ou público. As falas das militantes, ao relatarem suas experiências pessoais nas suas concepções sobre feminismo e nas formas como se identificaram com ele, possuem um grau de entusiasmo e emoção. E esse foi um fator importante percebido durante a pesquisa

A concepção atual de feminismo, que é defendida pelo MMC e pela CONAMURI, possui historicidade, sendo oriunda de uma tradição histórica, ligada a teoria marxista, que se constituiu em diversos países da América Latina em movimentos sociais, partidos e organizações de esquerda, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980. Assim, para uma melhor compreensão sobre a reprodução e propagação dessas ideias, procurei entender os contextos históricos, bem como os pressupostos teóricos e ideológicos nos quais esses dois movimentos estão inseridos.

Tanto o Movimento de Mulheres Camponesas quanto a *Coordinación de Mujeres Campesinas* - cujas militantes posteriormente formariam a CONAMURI -, surgiram, de um modo geral, em contextos de eclosão de movimentos sociais de esquerda, que por sua vez, se firmaram em teorias marxistas.

O período de surgimento de muitos movimentos sociais do campo, entre 1975 e 1985, foi marcado por três pontos importantes: a emergência de movimentos sociais - tanto rurais quanto urbanos -, a atuação da Teologia da Libertação e, por último, as importantes mobilizações feministas, que eclodiram nesta época, marcadas também pela ênfase dada para as chamadas “questões das mulheres”.

A partir dessa constatação, foi possível perceber que a atuação da Teologia da Libertação, junto às construções do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no caso do Brasil, e no Paraguai, do Movimento Campesino Paraguaio, ao longo da década de 1980, possuíam bases nitidamente marxistas, ligadas, sobretudo à teoria da luta de classes e à filosofia da práxis. Muitos dos movimentos feministas que surgiram nessa mesma época, também foram profundamente influenciados pelas teorias marxistas, tal qual outros movimentos sociais e a Teologia da Libertação, supracitados. Todas essas referências teóricas e organizativas influenciam, até os dias de hoje, as bases ideológicas do MMC e da CONAMURI, inclusive as concepções feministas.

Para procurar entender outras nuances desse processo de implementação de ideários feministas nesses dois movimentos de mulheres do campo, a categoria “geração” também foi um importante instrumento de análise. As fundadoras desses movimentos preocuparam-se com seu auto-reconhecimento como mulheres, algo que foi realizado nos grupos de reflexões dos quais fizeram parte, nos tempos das CEBs, cujo fator religioso exerceu fundamental influência em suas concepções de atuação política. Ou seja, as militantes mais antigas desses movimentos de mulheres têm um discurso derivado, em grande parte, da Igreja, ou melhor, de sua influência sobre elas. Perceptível principalmente nas falas de abertura dos encontros, nos textos que são lidos, nas canções, e nas místicas apresentadas.

Porém, a geração atual de lideranças desses movimentos possui discursos muito mais carregados de referências do materialismo histórico e que procuram se afastar de elementos religiosos. Preocupam-se em entender e definir que, para além de mulheres e camponesas, necessitam da identidade feminista, por perceberem que, juntamente com a opressão de classe, existe também a opressão de gênero e patriarcal. Essas interações geracionais constroem discursos coletivos, carregados de significados, que misturam temas aparentemente paradoxais, mas que para suas realidades, fazem todo o sentido, exatamente pelo histórico religioso, marxista e feminista em que suas organizações foram forjadas.

Tem sido percebido pelas militantes desses movimentos que todas essas opressões estão conectadas e por isso a expressão “sem feminismo não há socialismo” é o carro-chefe atual das reivindicações desses movimentos sociais. Portanto, o feminismo defendido por esses dois movimentos de mulheres camponesas é um modelo de feminismo que se adéqua às necessidades sentidas cotidianamente pelas camponesas.

Essas necessidades estão ligadas às perspectivas de mudanças nas questões produtivas, através da implementação de outros modelos de consumo e produção de alimentos, através de propostas de soberania alimentar; tem ligações também às propostas de transformação das relações de gênero e dos modelos culturais opressores que ainda persistem, por estarem relacionados a uma estrutura patriarcal secular.

Mas o feminismo defendido por elas busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações nas relações gênero, transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. Idealizam a superação do sistema capitalista e entendem que para que isso ocorra, o patriarcado precisa ser superado também. Por isso defendem um feminismo que seja camponês, socialista, popular e antipatriarcal.

Por fim, foi possível constatar, através dessa pesquisa, que o discurso feminista é atualmente visto com grande relevância nesses dois movimentos sociais, pois suas militantes têm cada vez mais compreendido que suas teorias ajudam a estimular o protagonismo das mulheres em suas próprias vidas. A militância em movimentos de mulheres tem ajudado na autovalorização dessas mulheres. Foi possível perceber que a auto-estima delas melhorou depois que começaram a participar de um movimento social de mulheres com a inserção do feminismo nesse contexto. Sua presença somente contribuiu para o fortalecimento desse ativismo social já praticado há tempo por elas. E tem auxiliado em suas práticas de cidadania e levado o empoderamento a elas diante de suas realidades. O feminismo, nesse sentido, é entendido atualmente como importante aliado para a superação de suas realidades de opressão de gênero, e para que a tão almejada transformação social ambicionada por essas militantes ocorra de formas mais efetivas.

FONTES

Entrevistas:

CATIANE CINELLI. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela etc al. (orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 225-239 *apud*

PAULILO, M. I. ; SILVA, Cristiani B. da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: Parry Scott; Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1. p. 39-62.

JULIA ALICIA AMARILLA. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 17/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

LUCI CHOINACKI. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital). Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

MAGUIORINA BALBUENA CARDOZO. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff, em Assunção, Paraguai, no dia 22/02/2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas, revisada por María Laura Osta Vázquez.

MAGUIORINA BALBUENA CARDOZO. Entrevista concedida a Pamela Damia. Assunção, Paraguai, 28 de julho de 2005. Disponível em:

<http://www.prensamericosur.com.ar/apm/nota_completa.php?idnota=775>. Acesso em junho de 2012.

NOELI TABORDA, Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

PERLA ALVAREZ. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 17/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

SIRLEI GASPARETO. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Chapecó, no dia 12/12/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

ZULMA PRIERO. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas (digital), em Assunção, Paraguai, no dia 12/05/2012. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

Fontes impressas CONAMURI:

- COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Campaña de CONAMURI por las Semillas y la Soberanía Alimentaria. Assunção. **Semilla Róga**. Paraguay, 2005. (Cartilha de formação política e produtiva)

- COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Campaña de CONAMURI por las Semillas y la Soberanía Alimentaria, **Campaña de Recuperación de Semillas en el Marco de la Campaña Global de la Cloc/Via Campesina**. Assunção - Paraguay, oct 2008 – Jun 2009. (Cartilha de formação política e produtiva)

- COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. **Nuestro Camiño**: Mujeres en Rebeldía y resistencia – sistematización de nuestros relatos, Assunção - Paraguay, octubre de 2009. (publicação sobre a história do movimento)

- COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. La lucha feminista por la erradicación de la violencia hacia las mujeres del campo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SIN FEMINISMO NO HAY SOCIALISMO. 2, Assunção, 2011. **Anais...** 2011.

- COORDINADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES DE MUJERES TRABAJADORAS RURALES E INDÍGENAS. Géneros Patriarcado y Feminismo. **Curso de formación Pytyvõhára 1.** Assunción, Paraguay. Feb. 2012. p. 23. (Cartilha de curso de formação política).

Fontes impressas MMA/MMC

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – SC. **Nossa História nossas lutas.** Chapecó (SC), 1999. (Cartilha de formação política)

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS – SC. **MMA/SC na Luta! Participando e Construindo o MMC Brasil** - Cartilha de Preparação à 9º Assembléia Estadual do MMA/SC. Chapecó (SC), 2004. (Cartilha de preparação/formação política)

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC BRASIL. **Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência.** Passo Fundo (RS), 2005. (Cartilha de formação política).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC BRASIL E ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. **Gênero, sexualidade e direitos das mulheres.** Chapecó (SC), 2008. (Cartilha de formação política)

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Uma História de Organização, Lutas e Conquistas,** 2008. (Cartilha de formação).

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Mulheres Camponesas em defesa da vida,** 2008. (Cartilha de formação)

Livros Publicados por e sobre o MMC:

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz G; SEBASTIÃO, Angélica G. **Protagonismo das Mulheres trabalhadoras Rurais para desenvolvimento sustentável:** Brasil, Cuba e México. Florianópolis: PostMix, 2011.

PALUDO, Conceição (Org.). **Mulheres:** Resistência e Luta em defesa da vida. São Leopoldo – CBI, 2009.

Publicações Via Campesina:

VIA CAMPESINA – BRASIL. **Via Campesina** – Histórico, natureza, linhas políticas internacionais e projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: Edição Via Campesina Brasil, 2002.

VIA CAMPESINA. **Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas**, março de 2009.

VIA CAMPESINA. **La voz de los campesinos y de las campesinas del mundo**. Fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/downloads/profiles/2011/BROCHURE-LVC2011-ES.pdf>>. Acesso em setembro de 2011.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta, Febrero de 2011. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em setembro de 2011.

VIA CAMPESINA. **2ª Asamblea Internacional de Mujeres Campesinas**, 2004. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/4-sao-paolo-2004-mainmenu-43/30-declaracion-la-iv-conferencia-de-la-via-campesina>>. Acesso em dezembro de 2013.

VIA CAMPESINA (2006) **Congreso Mundial de las Mujeres de La Vía Campesina**. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/memoria_mongreso_es.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.

Publicações da SOS Corpo – Instituto feminista pela Democracia:

ÁVILA, Maria Betânia. **Divisão Sexual do Trabalho e Trabalho Doméstico**. Recife: SOS Corpo Edições, 2009.

SILVA, Carmen (Org.). **Encontros Possíveis: feminismo e Agroecologia**. Recife: SOS Corpo Edições, 2007.

CAMURÇA, Silvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS Corpo Edições, 2010.

Revistas SOS Corpo

CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Recife: SOS Corpo Edições. Ano III, Nº3, 2009.

CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Recife: SOS Corpo Edições. Ano IV, Nº3, 2010.

Publicações da SOF – Sempreviva Organização feminista

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SempreViva Organização Feminista, 1997.

NOBRE, Miriam. La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria. In: SOF Sempreviva Organização Feminista. **En busca de la igualdad: textos para la acción feminista**. São Paulo: Publicación de SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2013. Disponível em <<http://www.sof.org.br/artigos/en-busca-de-la-igualdad-textos-para-la-acci%C3%B3n-feminista>>, acesso em novembro de 2013.

Publicações Marcha Mundial das Mulheres

Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. **Cadernos Marcha Mundial das Mulheres** – número 1. Junho de 2008. Disponível em <http://www.feminismo.info/webgalego/images/stories/pdf/Livro_MM_M_Brazil.pdf>. Acesso em janeiro de 2014.

Biografias:

LAURINDO, Rosemeri. **Luci Choinaski**: a primeira camponesa eleita para o Congresso Nacional. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

ROIG, Elizabeth. **Magui Balbuena**: Semilla para una siembra. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

ALVAREZ, Sonia E. Encontrando os Feminismos Latino-americanos e Caribenhos. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2003, v.11, nº 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000200013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em novembro de 2013.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1998, v. 6, n. 2, p. 265-284. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293> >. Acesso em novembro de 2013.

BARREIRO, Line et al. Sociedad Civil y Construcción Democrática en Paraguay: Experiências de participación e incidência de los Movimientos Sociales. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). **La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur**. San Pablo: Instituto Polis, 2004. p. 135-195.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janáina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 219-229.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. (p. 163-188).

BONI, Valdete. O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA E SUA IDENTIDADE (ECO)FEMINISTA. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. 253p. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas linguísticas”. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994; e CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Flávia. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista NERA,** Presidente Prudente, Ano 15, nº. 20 pp. 58-82 Jan-jun./2012.ISSN: 1806-675559

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo:** Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. 87p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991. p. 37.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças:** experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ. Ijuí, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em < <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/752/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Catiane%20Cinelli.pdf?sequence=1> > Acesso em outubro de 2013.

CASTELLS, Alícia N. G. **A criatividade dos sem-terra na construção do habitat:** um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST. 2001. 234f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. O olhar de um historiador modernista. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. **Escrever a história do presente**. Paris: CNRS Editions, 1993.

CONTE, Isaura Isabel. Feminismo e Campesinato no Brasil. **Rev. Elet. Ágora**. Ano IV, nº 8. p. 36, Jun 2009. Disponível em <http://agora.ceedo.com.br/agora8/feminismoecampesitano_IsauraConte.pdf>. Acesso em junho de 2012.

CORVALAN, Graciela. **Situación de las mujeres rurales en sudamerica**. Asunción, Paraguay: Centro de Documentación y Estudios, Ano de Publicação: 1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 1999. p. 7 Disponível em: <<https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>> Acesso em julho de 2013.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no Feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**. Nº 19, 2002, pp.59-90. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2014.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In. NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sociorreligioso ao sociopolítico: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense**. 1996. 104 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

DESMARAIS, AA. **La Vía Campesina**. La globalización y el poder del campesinado. Editorial Popular: Madrid , 2007.

DURÉ Elizabeth. Feminismo, movimientos sociales y expresiones políticas em Paraguay. In: PALAU, Marielle; ORTIZ, Aristides (Orgs.). **Movimientos Sociales y Expresion Política**. Assunción: Base – Investigaciones Sociales, 2005.

ESMERALDO, G.G.S.L. **A produção de um devir prioritário em mulheres sem terra**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 1, Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis, 1989.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Introdução. In: _____. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515 – 3282. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio-jun. 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014.

_____. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História** [online], 2002, vol. 1, n. 5, pp. 314-332. Disponível em <<http://www.ppphis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a13.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In Clifford Geertz. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUZMÁN, Eduardo S; MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução de Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. 3ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HEBETTE, Jean. **Agriculturas camponesas paraenses**. Belém, Mimeo, 2004, 28 p.

KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da Luta**: Trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (1983 - 1993). 1999. 141f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica–SP, São Paulo, 1999.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992, p.535-553.

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LOUREIRO, Isabel. **Vida e obra de Rosa Luxemburg**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2007.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 139 – 140.

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênesis**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACHADO, Lia Zanota. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em fevereiro de 2014.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Trajetórias em Movimentos: A construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. 2008. 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/npp/images/pdfs/dissertao%20manuela.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura. **Rev. Santa Catarina em História** [online] - Florianópolis – UFSC - Brasil, vol.1, n.1, 2007, pp. 17. Disponível em: <<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewPDFInterstitial/35/42>>. Acesso em: setembro de 2013.

_____. (Re) significando memórias e gênero: desafios teóricos e práticos da história oral. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. 11, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340382367_ARQUIVO_MARQUESGabriela.pdf>. Acesso em março de 2014.

MARQUES, Maria Inês M. Terra e Modernidade em Assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (org). **Os Significados da Terra**. Brasília: UNB, 2004. p. 255 – 289.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 21-22.

MOTA, Maria das Dores. Falas de mulheres: narrativas de trabalhadoras rurais em músicas e poesias. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. 4, 2008. **Anais...** 2008.

MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PORTO, Gilson Jr. (Org.). **História do Tempo Presente**. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Soberania Alimentar: a resposta camponesa à agricultura transgênica. In: CONFERÊNCIA ANUAL THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR CRITICAL REALISM

(IACR). 12, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/57T.PDF>>. Acesso em: setembro de 2013.

OCAMPOS, Genoveva. **Mujeres campesinas y estrategias de vida: el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA)**. Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, 2007.

OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Rev. Estud. Fem.**, Dez 2010, vol.18, nº.3, p.927-940.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antonio Celso; PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2006, vol.26, n.52, pp. 249-272. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>> Acesso em 25 de junho de 2012.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em julho de 2012.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLOEG, Jean Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** 2009. Disponível em <
http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/especial/sete-teses-sobre-a-agricultura-camponesa/at_download/article_pdf>. Acesso em setembro de 2012.

POLI, Odilon L. **Leituras em movimentos sociais.** 1ª ed. Chapecó: Editora Grifos, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo.** Vol. 1. Nº 2. 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral, **Projeto História.** São Paulo: EDUC, nº 15, abr/1997, p. 13-49

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História** [online]. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, Nº 153, 2º semestre de 2005, p. 11-34. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/3010757/Revista-de-História-ptbr>. Acesso em junho de 2012.

RENK, Arlene. Mulheres Camponesas: Experiência de Geração. In: MORGA, Antonio Emílio. **História das mulheres de Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2001.

_____; BADALOTTI, Rosana Maria; WINCKLER, Silvana. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o

caso do campesinato no oeste catarinense. In: **Gênero e Geração em contextos Rurais**. 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A. e TÉTART, Ph. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Ainda precisamos avançar** : os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em SC. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Entre a igualdade e a diferença** : mulheres camponesas em lutas de gênero. 289 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista educação e realidade**. Porto Alegre, nº 16. jul-dez, 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63 – 96.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento: relações de gênero e subjetividades no MST**. 1. ed. Florianópolis: Momento Atual, 2004;

_____. O "novo homem" e a "nova mulher" do MST: subjetividades possíveis? In: Luzinete Simões Minella; Susana Bornéo Funck. (Org.). **Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global**. 1 ed. Florianópolis: UFSC, 2006, v. , p. 225-244.

SEPÚLVEDA, Fernanda Palacios. Movimientos sociales y género: La siembra feminista de La Vía Campesina. **Rev. Sociedad & Equidad**, Nº 4, Julio de 2012. Disponível em <http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/10/mmss_ygenero.pdf>. Acesso em Janeiro de 2014.

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Orgs.). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

SZWAKO, José Eduardo León. **Del otro lado de la vereda: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. 2012. 440p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

TEDESCHI, Lisandro A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: Uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Orgs.). **Educação, gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados - MS: EDUFGD, 2009, v. 01. p. 187-202.

_____. **Mulheres camponesas na região noroeste do Rio Grande do Sul: Identidades e representações sociais**. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 85.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estudos Feministas**. [online]. 2001, vol. 9, nº1, pp. 104.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2012. p. 103.

THOMSON, Alistair et al. **Moving Stories: an Intimate History of four women across two countries.** Manchester/ New York: Manchester University Press, 2010.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes.** Barcelona: Ediciones B. 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

VIVAS, Esther Soberania alimentar, uma perspectiva feminista. **El Viejo Topo**, nº 288. Barcelona - Espanha, Janeiro de 2012. p. 46-55. Disponível em: <<http://www.elviejotopo.com/web/revistas.php?numRevista=288>>. Acesso em dezembro de 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: EDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. **Rev. Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, dez 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a03v2754.pdf>>. Acesso em março de 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

Mini Biografias Entrevistadas (em ordem alfabética):

CATIANE CINELLI: Catiane é natural de Pinhalzinho/SC, começou a participar do MMC em 2001, com 17 anos por meio da indicação de sua mãe, que participava esporadicamente de reuniões desse movimento. Em 2003, após voltar do convento (e depois de ter desistido de ser freira) começou a fazer cursos de formação e capacitação por meio do MMC, o que a motivou para se tornar uma liderança do MMC de Santa Catarina. Possui mestrado em educação e atualmente faz doutorado em educação na UNIJUÍ.

JULIA ALICIA AMARILLA: Julia Alicia participava de grupos de jovens camponeses desde seus 18 anos, tendo iniciado sua trajetória em grupos organizados pela Igreja Católica na região de Caaguazú, no Paraguai. Entrou na CONAMURI em 2003, e desde então despontou como liderança, organizando grupos de base em sua região e promovendo cursos de formação para mulheres camponesas que não tem acesso a educação nem a informações sobre formas de resistência que as mulheres do campo podem adotar para mudarem quadros de violência doméstica, misoginia e exclusão social. Participa também de projetos de hortas comunitárias que propõem novas formas de sociabilidades, tratos com a renda e, por consequência, alternativas ao capitalismo.

LUCI CHOINACKI: Luci Choinacki é atualmente deputada federal pelo Partido dos trabalhadores, o PT. Possui uma trajetória marcada por militância em movimentos sociais no campo, como o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, o qual foi uma das fundadoras. Em decorrência disso foi eleita deputada estadual nos tempos de abertura democrática e posteriormente foi a primeira camponesa eleita deputada federal, no final dos anos 1980.

MAGUIORINA BALBUENA CARDOZO. Margiorina Balbuena Cardozo atualmente é coordenadora do CONAMURI, Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas, em Assunção. Foi atuante no movimento campesino paraguaio durante o período de ditadura militar no país lutando contra a forte opressão que se instalou; foi uma das fundadoras do MCP, Movimento Campesino Paraguai que, dentre outras coisas, lutou pela redemocratização e igualdade de direitos para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Paraguai.

NOELI TABORDA: Noeli é natural de São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Começou a participar do MMC em 1999, através das reuniões de grupos de base

que se organizaram na região onde morava. Indica que se “apaixonou” pelo movimento a partir de 2003, quando resolveu se dedicar a cursos de formação que a levariam a ser futuramente uma das principais dirigentes do movimento. Atualmente Noeli faz parte da direção nacional do MMC Brasil.

PERLA ALVAREZ: Perla começou a militar em movimentos sociais do campo a partir de sua entrada na Coordinación de Mujeres Campesinas, coordenação que faz parte do Movimiento Campesino Paraguayo, em finais da década de 1990. Começou prestando acessória técnica a este movimento, devido a sua formação em lingüística. Perla possui doutorado em lingüística, cujo objeto central é a língua Guaraní. Perla entrou na CONAMURI em 2004 e desde então tem figurado como uma das principais lideranças desse movimento.

SIRLEI GASPARETO: Sirlei participa do MMC desde de 1984, quando o movimento ainda estava em sua fase inicial e se chamava MMA. Começou a participar das reuniões desse movimento na regional de Quilombo, em Santa Catarina. Sirlei possui graduação em pedagogia e mestrado em História pela PUC de São Paulo, dissertação a qual pesquisou sobre a história de formação do MMA. Atualmente é uma das dirigentes e principais lideranças do MMC de Santa Catarina. É professora do departamento de educação da UnoChapecó.

ZULMA PRIERO: Zulma entrou na CONAMURI em 2002. Participava anteriormente de organizações mistas de camponeses do norte do Paraguai, desde 1996. Segundo ela, esses movimentos eram mais associações de camponeses homens e as mulheres não tinham voz em praticamente nada. A CONAMURI, de acordo com ela, foi formada exatamente para tentar mudar esse quadro de pouca participação e de exclusão das mulheres do campo de decisões políticas tanto em espaços organizativos como em espaços governamentais. Atualmente Zulma compõe o quadro de lideranças nacionais da CONAMURI.

APÊNDICE 2

Roteiros das entrevistas:

1. Roteiro padrão de entrevistas do LEGH

I – Dados da(o) entrevistada(o)

Nome Completo:

Local e data de nascimento:

Endereço atual:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

II- Dados dos contatos

Data da entrevista:

Local da entrevista:

III- Roteiro de perguntas:

1. No período de 1960 a 1989 identificou-se com o feminismo?
2. Em quais circunstâncias?
3. Como viveu o período da ditadura de 1960-1989(o que fazia, e onde)?
4. Participou de alguma organização de resistência à ditadura no período de 1960-1989?
5. Fez em algum momento dupla militância, ou seja, lutou contra a ditadura e pelo movimento de mulheres e feminista?
6. Participou de movimentos sociais ligados à religião ou a igrejas?
7. Que coisas aconteceram para que passasse a identificar-se com o feminismo?
8. Quais leituras feministas realizou e que a (o) influenciaram?
9. Quais pessoas a (o) influenciaram para que se identificasse com o feminismo?
10. Participou de grupos de reflexão? Qual a influência destes grupos em sua identificação com o feminismo?
11. Quais os temas discutidos?
12. Divulgou estas idéias?
13. Por que meios?
14. A "liberdade sexual" e a sexualidade eram objetos de reflexão ?
15. Participou de eventos, associações, organizações feministas?
16. Circulavam informações sobre as perseguições políticas e sobre as ditaduras nos outros países?
17. Considera-se feminista hoje?
18. Onde e como atua no campo feminista ou movimento de mulheres?

2. Roteiro entrevista MMC (Adaptado do roteiro do LEGH)

I – Dados da(o) entrevistada(o)

Nome Completo:

Local e data de nascimento:

Endereço atual:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

II- Dados dos contatos

Data da entrevista:

Local da entrevista:

III- Roteiro de perguntas:

1. Como ocorreu o início de sua militância? Foi por meio da Igreja, das CEBs, da pastoral ou do partido, como se deu isso?
2. Participou de grupos de reflexão? Quais eram os temas discutidos?
3. Qual a importância para você ter participado desse grupo antes de participar do Movimento de Mulheres Agricultoras?
5. Como eram as reuniões do MMA? Quais eram os temas discutidos?
6. Muitas mulheres freqüentavam essas reuniões?
7. Houve em algum momento conflitos entre idéias religiosas e o MMA?
8. Houve repressão nesta época em que participava do MMA?
9. Como as discussões e leituras sobre o feminismo começaram a ser realizadas no interior do MMC? Desde quando?
10. Considera-se feminista hoje?
11. Se sim, que tipo de diferença acha que o feminismo tem feito em sua vida?
12. Em sua opinião qual a importância da identificação do MMC com o feminismo naquele momento específico de 2004?
13. Houve contatos com grupos de mulheres de outras partes do país, ou de outros países?

3. Roteiro da entrevista CONAMURI (Adaptado do roteiro do LEGH)

I – Dados da(o) entrevistada(o)

Nome Completo:

Local e data de nascimento:

Endereço atual:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

II- Dados dos contatos

Data da entrevista:

Local da entrevista:

III- Roteiro de perguntas:

1. Como ocorreu o início de sua militância? Foi por meio da Igreja, das CEBs, da pastoral ou do partido, como se deu isso?
2. Participou de grupos de reflexão? Quais eram os temas discutidos?
3. Qual a importância para você ter participado desse grupo antes de participar do seu Movimento?
4. Sobre o CMC e/ou CONAMURI: participou da formação deste movimento em sua cidade? Ou quando entrou o movimento já existia? Como isso ocorreu?
5. Como eram as reuniões do CONAMURI no começo? Quais eram os temas discutidos? O que mudou atualmente?
6. Muitas mulheres freqüentavam essas reuniões?
7. Houve em algum momento conflitos entre idéias religiosas e o MCP e/ou MCP?
8. Houve repressão na época em que participava do MCP/CMC ou da CONAMURI?
9. Como as discussões e leituras sobre o feminismo começaram a ser realizadas no interior do MMC? Desde quando?
10. Considera-se feminista hoje?
11. Se sim, que tipo de diferença acha que o feminismo tem feito em sua vida?
12. Em sua opinião qual a importância da identificação da CONAMURI com o feminismo naquele momento específico de 2009/2010?
13. Houve contatos com grupos de mulheres de outros países ou de outras partes do país?